

GILMAR DOS SANTOS NASCIMENTO

A GERAÇÃO ENGAJADA: BUSCA DE ESPAÇOS NA VELHA ESTRUTURA DE PODER
(Um Estudo Sobre o Centro Estudantal Campinense)
1955-1960

Orientadora: **Maria da Guia Santos Gareis**

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1 9 9 0

GILMAR DOS SANTOS NASCIMENTO

A GERAÇÃO ENGAJADA: BUSCA DE ESPAÇOS NA VELHA ESTRUTURA DE PODER
(Um Estudo sobre o Centro Estudantal Campinense)
1955-1960

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Sociologia Rural da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para
obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: **Maria da Guia Santos Gareis**

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1 9 9 0

"Uma coisa é escrever como poeta,
outra é como historiador: o poeta
pode contar ou cantar coisas não
como foram mas como deveriam ter
sido, enquanto o historiador deve relatá-las
não como deveriam ter sido mas como
foram, sem acrescentar ou subtrair da
verdade o que quer que seja".

Dom Quixote de La Mancha

Cervantes.



N244g

Nascimento, Gilmar dos Santos

A geracao engajada : busca de espacos na velha estrutura de poder (um estudo sobre o Centro Estudantil Campinense 1955-1960) / Gilmar dos Santos Nascimento. - Campina Grande, 1990.

231 p.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia Rural) -
Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Dissertacao I. Gareis, Maria da Guia Santos, Dr. II.
Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB) III.
Título

CDU 316.334.55(043)

AGRADECIMENTOS

Registro meu agradecimento a todos aqueles que, de diferentes maneiras, contribuíram para a realização deste trabalho.

- . Ao Mestrado em Sociologia: Coordenação, professores e funcionários;
- . Ao apoio institucional da CAPES;
- . Aos professores Michel Zaidan Filho, Genny da Costa e Silva e Josefa Gomes pelo incentivo e estímulo nos momentos críticos;
- . A Rômulo Araújo e Martha Lúcia que compuseram a Banca Examinadora do Projeto de Dissertação, cujas sugestões procurei incorporar;
- . A Raimundo Nonato Santos, sempre disposto a ler e com extrema seriedade fazer seus comentários a cada fase do trabalho;
- . Aos diversos órgãos consultados que na medida do possível colocaram seus arquivos a nossa disposição: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, Diário da Borborema, Câmara Municipal de Campina Grande, IBGE, Arquivo do Espaço Cultural;

- . Aos amigos de sempre: Noaldo, Nadja, Garibaldi e Edvânia;
- . A Wellington que, em sua inocência, procurava saber o que estava acontecendo;
- . Agradeço especialmente à Professora **Maria da Guia** Ga
reis, não só pelo fato de ter aceitado a incumbência da orientação, mas por ter partilhado positivamente da fa
se mais difícil de gestação deste trabalho;
- . Enfim, agradeço aos ex-militantes do Centro Estudantal Campinense que me receberam e se dispuseram a gravar as entrevistas ou a fornecer depoimentos.

R E S U M O

É propósito desta dissertação examinar o movimento estudantil, expresso na atuação do Centro Estudantal Campinense no período 1955-60, numa tentativa de verificar suas potencialidades enquanto protagonista com capacidade de influenciar, mediar e de articular-se de forma notável numa política mais ampla no cenário campinense daqueles anos.

Uma questão permeia este trabalho: como ocorreu a participação do Centro Estudantal Campinense no processo político de 1955-60? Assim, levamos em consideração o fato de o Centro Estudantal ser apontado como uma das categorias sociais detentora de maior expressão a nível local, principalmente por sua combatividade e capacidade de mobilização em torno dos problemas mais fundamentais que afligia a população.

Desta maneira, foi necessário enveredar no estudo do momento histórico vivido pelo movimento estudantil brasileiro, onde procuramos esboçar, rapidamente, os principais acontecimentos da conjuntura nacional do período. As breves considerações contidas visam acentuar traços do

movimento estudantil e da vida do País, em contraponto à experiência do Centro Estudantal Campinense.

O estudo sobre o Centro Estudantal Campinense põe em destaque as variantes locais que possibilitaram ao movimento dos estudantes secundaristas, constituir-se num ambiente de aglutinação dos reclamos e anseios da população, transformando-o numa das principais caixas de ressonância dos problemas comunitários. Ao mesmo tempo em que se convertia em local exemplar para a formação de quadros da política partidária da cidade e para os movimentos sociais da região, característica que será marca registrada do Centro Estudantal Campinense, como testemunha o exame biográfico de muitos líderes políticos e ativistas de certa relevância na história de Campina Grande.

R É S U M É

Ce mémoire a comme but d'analyser le mouvement des étudiants du Foyer d'Étudiants de Campina Grande pendant les années 55-60. On essaie de vérifier ses potentialités en tant que protagoniste, sa capacités d'influencer, moyonner et de s'articuler d'une façon remarquable dans une politique plus vaste, à Campina Grande à cette époque-là.

Une question s'impose: Comment s'est productive la participation du Foyer d'Étudiant de Campina Grande dans le processus politique de 1955-60? Nous avons donc considéré le fait que ce Foyer était une des catégories sociales de grande expression à niveau local, surtout par sa combativité et sa capacité de mobilisation autour des problèmes fondamentaux qui angoissaient la population.

Ainsi il a fallu acheminer dans l'étude au moment historique vécu par le mouvement d'étudiant brésilien où nous avons essayé d'ébaucher, rapidement, les événements principaux de la conjuncture nationale de l'époque cet ébauche a comme objectif d'accentuer des traits du mouvement étudiantin et de la vie du Pays en s'opposant à l'expérience du Foyer Estudiantin de Campina Grande.

L'étude sur se Foyer met en rrlief les va
riantes locales qui ont rendu possible le mouvement des
étudiants du sécondarie de devenir un endroit d'agglutina
tion de planintes et d'envies de la population et de se
transformer en un des principaux points de diffusion de
problèmes communautaires.

Il est aussi devenu un lieu favorable à la
formation de cadies de la politique partisante de la ville
et aux mouvements sociaux de la région - caractéristique
essentielle du Foyer Estudiantin de Campina Grande. L'exa
mer biographique de plusieurs leaders politiques et
ativistes d'importance dans l'histoire de Campina Grande
en témoigne.

A GERAÇÃO ENGAJADA: BUSCA DE ESPAÇOS NA VELHA ESTRUTURA DE
PODER (Um Estudo Sobre o Centro Estudantal Campinense 1955
1960.

AGRADECIMENTOS

RESUMO

RÉSUMÉ

S U M Á R I O

Página

(7) FONTES DE PESQUISA: UM COMENTÁRIO	
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I - CONTROVÉRSIAS SOBRE O CARÁTER DO MOVIMEN TO ESTUDANTIL.....	27
1. Os Estudantes e Classe Social.....	28
2. Idealização Estudantil e Mobilidade Social.....	37
3. Classe Média e o Comportamento Político.....	40
CAPÍTULO II - O PROTAGONISMO ESTUDANTIL NA SEGUNDA ME TADE DOS ANOS 50.....	45
1. Crise e Eleição Presidencial.....	45
2. J. K. - Composição de Interesses e Capital Monopo lista.....	50
3. Esgotamento do Modelo Desenvolvimentista.....	55
4. A UNE na Segunda Metade dos Anos 50.....	58
CAPÍTULO III - NORDESTE, SUDENE E CAMPINA GRANDE.....	65
1. Questão Nordeste.....	66
2. SUDENE: Acomodação e Redefinição do Espaço Regio nal.....	74
3. Importância e Traços de Campina Grande.....	87
CAPÍTULO IV - PODER LOCAL, SOCIEDADE CIVIL E O CEC... 100	

PRIMEIRA PARTE

1. O Quadro Político: 1955-1959.....	100
2. O Campo Perde Espaço na Articulação do Poder Municipal.....	118
3. Cidade x Campo: Ação Política e Composições.....	123

SEGUNDA PARTE

① 1. O Centro Estudantal Campinense como Movimento Secundarista.....	127
2. Breve Histórico do Centro.....	128
3. Presença do CEC na Segunda Metade dos Anos 50.....	138
4. Distanciamento Político Posterior.....	147
5. Laboratório de Líderes.....	152
6. CEC: Representação ou Legitimação de Projetos Sociais.....	155
7. Articulação do CEC com Outros Movimentos Sociais...	162
8. A Utopia Desenvolvimentista Atinge o C.E.C.....	167
9. Formação: O Órgão Informativo do C.E.C.....	171

CAPÍTULO V - NACIONALISMO E REFORMA AGRÁRIA NA VISÃO DO C.E.C..... 175

1. O Debate Nacionalista Chega ao Centro Estudantal...	179
2. A Presença do C.E.C. no Debate da Questão Agrária..	189

CONCLUSÃO: ATIVISMO, OPÇÕES PROFISSIONAIS E CARREIRAS POLÍTICAS..... 200

FONTES..... 215

ANEXOS..... 227

FONTES DE PESQUISA: UM COMENTÁRIO

A execução desta dissertação constituiu-se numa experiência de pesquisa e num esforço de ensaio no ofício de aprendiz da Ciência. Com esta expectativa envolvemo-nos nas dificuldades pertinentes ao tema escolhido.

A necessidade de compreender o Centro Estudantal Campinense em sua atuação nos anos 1955-60 levou-nos a estabelecer dois momentos imediatos para a realização deste trabalho.

O primeiro momento, desenvolveu-se a partir de uma arrolagem da literatura geral e específica sobre o tema, fixando-nos posteriormente na análise teórica e na leitura de conjunturas.

A importância e dificuldades deste trabalho pode-se aferir pela escassez de literatura sobre a participação política dos jovens e, especificamente, o movimento estudantil. Este quadro recentemente vem sendo modificado com a divulgação de novos estudos e de iniciativas preocupadas em resgatar e preservar a história do movimento estudantil através da formação de acervos e do desenvolvimento de alguns projetos como o de "Fontes para a Histó

ria do Movimento Estudantil Brasileiro", cujo cerne da articulação nacional é o Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP. Tal iniciativa visa, sobretudo, a troca de informações, permitindo conhecimento mais sistemático e significativo sobre a atuação do Movimento Estudantil na Sociedade Brasileira.

Assim, aos poucos, a literatura começa a ser enriquecida com a divulgação de novas análises sobre a temática.

Atualmente existem estudiosos que se dedicam à temática estudantil cujas análises têm servido de balizamento no questionamento de novas pesquisas. Em nosso caso particular foram importantes as contribuições extraídas da leitura de Marialice Foracchi, João Roberto Martins Filho e Décio Saes, através de suas produções acadêmicas específicas sobre os acontecimentos. Comentando brevemente essa produção é possível afirmar que:

. ao analisar o movimento estudantil, a socióloga Marialice Foracchi, em cuja produção acadêmica sobressai a obra: "O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira" (1977) considerada pelos estudiosos do tema como um clássico, procura esclarecer a situação social do estudante, dando encaminhamento a um plano de estudo onde levanta algumas hipóteses de trabalho que evidenciam como e o por

quê da participação do estudante no movimento estudantil e nas lutas gerais da sociedade;

- . Outra obra de Foracchi, cuja importância é re conhecida é: "A Participação Social dos Ex cluídos" (1982); trata-se de uma coletânea de artigos escritos -- em sua maioria nos anos sessenta -- sobre o estudante e indexada por José de Souza Martins alguns anos após a mor te da Socióloga.

Mais uma vez o esquema teórico de Foracchi apon ta para a necessidade de entendimento da transformação do jovem em estudante e enfatiza para o fato de que o movi mento estudantil deve ser compreendido no processo de so cialização que o envolve.

Em estudo mais recente, João Roberto Martins: "Movimento Estudantil e Ditadura Militar" (1987) retoma o esquema teórico de Foracchi e defende a tese de que os es tudantes constituem-se em uma categoria social, exprimin do em suas ações macropolíticas as disposições ideolôgi cas de uma classe. O procedimento metodológico adotado por Martins, aponta para o fato de que não se deve dedu zir automaticamente da filiação da classe dominante no meio estudantil, a natureza da classe da grande política estudantil.

Martins atribui importância também a análise da conjuntura para a compreensão das diferentes posições as

sumidas pelos estudantes em cada momento em que ocorre sua intervenção dentro do movimento.

Por sua vez, Décio Saes, em cuja produção acadêmica sobressai a discussão da temática das classes médias, dedicou alguns artigos ao estudo do movimento estudantil, procurando acentuar seu conteúdo de classe. Um dos artigos que mais chama a atenção foi publicado na revista "Cara a Cara" (1978) "Raízes Sociais e o Caráter do Movimento Estudantil". Saes ressalta o conteúdo de classe do movimento, afirmando que não equivale integralmente ao movimento da classe ou fração de classe de origem do estudante; contudo sua ação decorre em função da categoria estudantil, que, por sua vez, reflete os antagonismos e as lutas presentes em cada conjuntura. Não sendo, assim, possível determinar "a priori", que classe representa o Movimento Estudantil.

Preocupado em perceber melhor a participação dos estudantes no final dos anos cinqüenta, significativo tornou-se a inclusão de duas obras, cuja importância não podem ser desconhecidas no estudo do Movimento Estudantil Brasileiro.

- . "O Poder Jovem" (1979) de Artur José Poener, que permite o acompanhamento da participação política dos estudantes nos principais momentos da história brasileira, e a importância de seu estudo que pode ser ainda revelada pe

lo número de informações que contém.

Por seu lado, em José Luís Sanfelice: - "Movimento Estudantil: a UNE na Resistência ao Golpe de 64". (1986) encontramos um exame da produção teórica da entidade estudantil brasileira, cuja análise serve de embasamento para a discussão dos acontecimentos protagonizados pelos estudantes naqueles anos.

A literatura referente ao Centro Estudantal Campinense é quase inexistente, fato que nos insere numa área praticamente desértica. Todavia, durante a arrolagem das fontes bibliográficas acerca de Campina Grande, as obras de maior destaque para o estudo do período focado são: "Lutas de Vida e de Morte" e "Coronelismo e Nacionalismo" (1982 e 1988) ambas do jornalista Josué Silvestre. O autor dedica sempre um capítulo final ao estudo do Centro Estudantal, fazendo referência aos principais acontecimentos da história da entidade estudantil. Cabe informar ainda, que em termos de bibliografia estas são as únicas obras que abordam informações sobre o Centro Estudantal, o que as transforma em fonte de grande importância para quem analisa a história desta entidade a nível local.

A leitura atenta desta literatura específica, representa a linha mestra que define o quadro teórico deste trabalho de pesquisa.

Com relação ao segundo momento desenvolvido,

constitui-se na busca das fontes primárias relacionadas ao Centro Estudantal Campinense, fase em que procuramos realizar uma vasculhagem nos arquivos públicos e privados de Campina Grande.

Constatamos que a falta de uma política arquivista e a compreensão de que "arquivos não são depósitos de coisas velhas", é ainda um dos principais obstáculos que temos de enfrentar, somando-se, também, a burocracia ao acesso, o péssimo estado de conservação das fontes, a falta de espaços físicos entre outros entraves. Felizmente tivemos a nosso favor a boa compreensão dos funcionários dos diversos órgãos consultados.

Com relação aos arquivos particulares, quase sempre os que detêm maior número de informações, oferecem dificuldades de acesso; chega-se às fontes, mas depende-se quase sempre da intermediação de terceiros para conseguir as informações.

Os impedimentos acentuam-se ainda mais quando se trata da documentação do Centro Estudantal, uma vez que, grande parte de seu acervo foi confiscado nos anos posteriores ao Golpe de 1964, não retornando mais a seu arquivo de origem.

Sendo assim uma das fontes de maior relevância na reconstituição do passado-presente, foi o levantamento dos jornais da época, pois, entre os que pesquisamos dois se apresentaram fundamentais:

- . O jornal "Formação", editado em Campina Grande, órgão oficial do Centro Estudantal; nele pôde-se perceber as análises e reflexões feitas pelos estudantes acerca das questões específicas do Movimento e do cenário campinense, bem como dos temas mais gerais discutidos a nível nacional. Existem alguns números no Museu Histórico de Campina Grande;
- . O jornal "Diário da Borborema", editado em Campina Grande pelo grupo dos Diários Associados constitui-se num documento fundamental para o estudo da cidade; encontram-se neste jornal dados preciosos sobre o Centro Estudantal. Sua coleção completa está no arquivo do próprio jornal em razoável estado de conservação.

Cabe acrescentar ainda que, com o propósito de reconstituir a história do Centro Estudantal Campinense, trazemos à luz aspectos dispersos na memória social, uma vez que quase nada existe escrito; recorreremos a entrevistas e depoimentos; para tanto utilizamos um roteiro mínimo com perguntas fechadas e abertas, visando orientar a relação entre entrevistador/entrevistado. Outro instrumento da pesquisa foi a história de vida nos casos mais recomendados.

Para a consecução dos objetivos do estudo, a se

leção dos entrevistados ocorreu, levando-se em consideração dois fatores: primeiro, a escolha recaiu entre aqueles atores sociais cuja passagem pelo Centro Estudantal aconteceu no período em estudo (1955-60) ou que, de alguma maneira, pudessem fornecer subsídios para o entendimento da entidade. Segundo: consciente das dificuldades que enfrentamos no levantamento das fontes primárias, levamos também em consideração a facilidade de acesso aos entrevistados.

Nós, pesquisadores, ainda somos vistos como bilhoteiros e reviradores do passado. Mesmo assim, ainda conseguimos realizar cerca de vinte entrevistas. A maioria das entrevistas foi composta por membros da diretoria da entidade. Aqui tem-se que computar o fato de que muito dos ex-centristas não residem mais em Campina Grande, fato que nos obrigou algumas vezes ao deslocamento para João Pessoa e Recife.

Por fim, as dificuldades a que nos expomos não nos afastaram do caminho árduo da pesquisa e, ainda, de nosso papel de crítico de uma sociedade que guarda fidelidade à ordem e prima por excelência na conservação de seu passado glorioso.

GILMAR DOS SANTOS NASCIMENTO

INTRODUÇÃO

O objetivo básico que norteia a elaboração desta dissertação é fazer o registro dos resultados finais da pesquisa realizada sobre o Centro Estudantil Campinense no período 1955-60, que constitui o objeto central das análises que se seguem.

A prioridade dada a este trabalho é descrever e explicar as condições de emergência e desenvolvimento da entidade estudantil secundarista na cidade de Campina Grande. Trata-se, obviamente, de um movimento com mecanismos e reivindicações muito específicas, mas que, ao mesmo tempo, pautou sua atuação como forte aliado das lutas gerais protagonizadas, então, pela sociedade campinense, de modo singularíssimo, se comparado com o desempenho do movimento universitário brasileiro da época, ou dos estudantes de modo geral, no período mais recente.

Quanto à periodização dada ao estudo, dois esclarecimentos são indispensáveis: de um lado, procurou-se refletir durante a fase inicial da pesquisa, qual o perío

do que melhor representaria nossos questionamentos, tendo sido de grande valia as sugestões da banca examinadora do projeto desta dissertação. De outro lado, na escolha do objeto de estudo manteve-se nossa opção acadêmica, conservando-se a continuidade do trabalho anterior⁽¹⁾ quando avaliamos a inexistência da bibliografia que nos oferecesse abordagem crítica da história local, qualquer que fosse o recorte considerado.

O interesse pelo estudo do movimento estudantil, particularmente do Centro Estudantil Campinense, derivou basicamente das características apresentadas por este protagonista político-social, e da oportunidade de contribuir para o preenchimento das lacunas ainda hoje existentes na historiografia campinense.

Assim, o cenário da pesquisa não era de forma alguma desconhecido,⁽²⁾ mas os desafios cada vez maiores e a oportunidade de desenvolver estudos acerca da história recente de Campina Grande, apresentou-se para nós como mais um estímulo.

(1) O Movimento Estudantil Brasileiro e seus Reflexos em Campina Grande: 1960-64. Trabalho monográfico apresentado para conclusão do Curso de Bacharelado em História da UFPB, "Campus" II.

(2) O interesse pelo conhecimento histórico campinense nos foi despertado intensamente durante o Curso de História, no qual entramos em contato com as dificuldades de estudar a história local. A partir daí nossa opção acadêmica foi pelo estudo da história de Campina Grande. Dedicamo-nos a realizar pesquisas nos arquivos locais, tendo colaborado como auxiliar de pesquisa para alguns estudos de outros pesquisadores.

Por último, devemos fazer o seguinte esclarecimento: se todas as pesquisas e seus resultados revelam a fase de madurecimento do pesquisador como tal, esse trabalho também espelha nossos equívocos eventuais, vacilações e limitações.

Feitas essas observações iniciais, outra questão que nos tem chamado a atenção para o estudo, é a recente produção acadêmica sobre o Movimento Estudantil, pois esbarramos numa exígua bibliografia acerca da participação política da juventude, dificuldades que se apresentam maiores quando se trata de estudar objetos particulares.

O nível teórico desses trabalhos tem sido ainda pouco trabalhado. No entanto, alguns estudiosos têm valiosas contribuições para reflexão sobre a temática; dentre esses encontram-se: Marialice Foracchi, Décio Saes, João Roberto Martins Filho, que, pela maneira como operacionalizam conceitos e desenvolvem análises, possibilitam-nos a utilização nos marcos definidos da pesquisa, à medida em que tais elaborações foram úteis para explicar certas nuances do Centro Estudantal.

Fundamentado o trabalho a nível teórico, nosso marco de referência geral se desenvolverá de duas maneiras:

a) Através de abordagem do movimento estudante

til;

- b) De análise da conjuntura (1955-60) que tam
bém aparece com importância nas abordagens
da bibliografia selecionada neste estudo.

Diante dessa complexidade, enveredamos para o estudo do momento histórico, no qual o movimento estudan
til exibiu seu protagonismo político. Evitamos estudar iso
ladamente o objeto de estudo por considerarmos que isto acarretaria prejuízos ao trabalho e seu entendimento.

Na análise de conjuntura, buscamos, por um la
do, identificar as práticas do Centro Estudantal e seu po
sicionamento diante dos problemas do momento. Para tanto, tecemos rápidas considerações acerca da conjuntura nacio
nal e do movimento estudantil brasileiro (que foram de grande importância) pois permitiram a compreensão das formas e do conteúdo das mobilizações daquele período, revelando seu caráter político-ideológico, tão apreciado e destacado pela historiografia. Por outro lado, tal estudo ensejou condições para fazermos um contraponto com nos
so objeto de investigação.

A execução desta dissertação consta de duas eta
pas:

A primeira, subdividida em dois momentos: o da continuação da revisão bibliográfica já arrolada, bem co
mo a incorporação de novos trabalhos que permitiram refle

tir sobre as proposições que apresentamos neste estudo. Esta revisão bibliográfica, além de contribuir ao estabelecimento de nexos e relações com o objeto de estudo, visa, também, fazer um balanço acadêmico na área de nosso interesse.

O segundo momento foi propriamente o trabalho de coleta de dados.⁽³⁾ Aqui devemos fazer a seguinte observação diante da repressão desencadeada no pós 64: as fontes documentais sobre o Centro Estudantal quase inexistem hoje, de tal forma que vamos reconstituir a história da entidade, a partir da ótica de seus principais participantes,⁽⁴⁾ utilizando para tanto a história oral, estabelecendo previamente a elaboração de um roteiro que serviu para orientar a relação entrevistador/entrevistado.

A segunda etapa ocorreu em função do material coletado, a sistematização e interpretação das informações que culminaram com a construção da versão final do trabalho.

(3) Devemos informar que nosso trabalho de pesquisa documental ocorreu nos seguintes locais: Arquivo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, Arquivo do Diário da Borborema, Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores, Biblioteca Central da UFPB, IBGE e dois arquivos particulares.

(4) Atendendo solicitação de alguns entrevistados que pediram para não expor seus nomes, guardamos silêncio, até porque nosso interesse é no processo histórico. Assim, agradecemos a todos pelas informações bastante úteis.

Para atingir os objetivos desejados, este estudo na sua estrutura, apresenta certa ordenação que visa permitir uma análise do Centro Estudantal Campinense, permeado com fatos da conjuntura nacional e local. Procuramos evitar o estudo em si, deixando transparecer sua lógica e, tendo sempre presente que nosso objeto de estudo é o Centro Estudantal.

Assim, os resultados da pesquisa foram estruturados em cinco capítulos: o primeiro, intitulado de "Controvérsias em Torno do Caráter do Movimento Estudantil", consiste num alinhamento dos subsídios teóricos para auxiliar a posterior reflexão dos capítulos seguintes.

O segundo capítulo, "O Protagonismo Estudantil da Segunda Metade dos Anos Cinquenta", elaborado também a partir da revisão bibliográfica, tem, assim, caráter de contextualização, indispensável ao entendimento da totalidade, que não esgota em si a importância de explicações particularizadas.

É no terceiro capítulo, "Nordeste, SUDENE e Campina Grande", onde, justamente, iniciamos a delimitação de um eixo que apontasse para nosso objeto de estudo, traçando as linhas principais da situação nordestina e mostrando como Campina Grande nela se insere.

O quarto capítulo, "Campina Grande: Poder Local, Sociedade Civil e o Centro Estudantal Campinense", encon

tra-se dividido em duas partes. Na primeira buscamos compreender aspectos significativos da estrutura de poder a nível local. Na segunda, buscamos compreender a própria dinâmica do CEC na conjuntura local.

O quinto capítulo versa particularmente sobre a visão do Centro Estudantal Campinense com relação ao Nacionalismo e à Reforma Agrária, temas contundentes daquele período.

Por último, desenvolvemos a parte conclusiva, onde procuramos analisar os dados e as informações coletadas à luz dos pressupostos teóricos com vistas a compreender a evolução do ativismo estudantil com opções profissionais e como carreira política.

Em suma, esta dissertação é motivada pela possibilidade de contribuirmos para o preenchimento de lacunas existentes na história de Campina Grande. Procuramos ter como fio condutor da fragmentação histórica aqui reconstituída, uma análise que apontasse sempre para a discussão do Centro Estudantal Campinense.

CAPÍTULO I

CONTROVÉRSIA EM TORNO DO CARÁTER DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

As pesquisas sobre os estudantes brasileiros ainda podem ser consideradas escassas, diante do tratamento dado pelas ciências sociais a outros movimentos sociais no Brasil. E, tratando-se de sua participação política através do chamado movimento estudantil, os obstáculos parecem ser maiores e a bibliografia existente é exigua.

Dificuldade ainda maior para se contar com bibliografia de apoio quando se trata de estudos de natureza teórica, pois são raras as pesquisas dedicadas à atuação da categoria estudantil; não têm sido os estudantes contemplados com análises que possibilitem exame sistemático, úteis, qualquer que seja o recorte considerado.

Assim, mesmo com essas limitações, a bibliografia brasileira existente aponta para dois rumos básicos: enquanto considerável número de estudos sobre o tema pretende dar conta apenas da preservação da memória históri

ca do movimento⁽¹⁾, só uma parte reduzida privilegia, nas análises – discussão com base num referencial mais teórico, como os trabalhos da professora Marialice M. Foracchi e, recentemente, o de João Roberto Martins⁽²⁾. Nestes casos, observa-se a preocupação para entender o Movimento Estudantil como categoria social inserida em determinada conjuntura que permite avanços ao mesmo tempo em que também estabelece recuos, na atuação política dos estudantes.

Este primeiro capítulo refletirá algumas das dificuldades dessa Bibliografia, ao tempo em que contém um alinhamento de subsídios para auxiliar-nos na posterior reflexão sobre os dados coletados acerca do Centro Estudantil Campinense, objeto de nossas preocupações de pesquisa.

1. OS ESTUDANTES E CLASSE SOCIAL

Neste tópico procuraremos arrolar – de conformi

(1) Consideramos entre estes os trabalhos de: PORNER, Artur José. O Poder Jovem. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; MENDES JÚNIOR, Antonio. Movimento Estudantil no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982; HISTÓRIA DA UNE. Depoimento dos ex-dirigentes. São Paulo, Livramento, 1980; RAMAGNOLI, Luiz & GONÇALVES, Tânia. A Volta da UNE. In: História Imediata. São Paulo. Alfa-Omega, 1979. Esses viabilizam um acompanhamento amplo do movimento estudantil no Brasil.

(2) Para este Capítulo as fontes fundamentais são basicamente os estudos de MARIALICE M. FORACCHI. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. São Paulo, Nacional, 1977 e Estudantes e Política no Brasil. In: A Participação Social dos Excluídos. São Paulo, Hucitec, 1982. Décio Saes. Classe Média e Política de Classe. In: Contraponto 2. 1977 e Raízes Sociais e o Caráter do Movimento Estudantil. In: Cara a Cara: 2. 1978. João Roberto Martins Filho. Movimento Estudantil e Ditadura Militar. Campinas, Papyrus, 1987.

dade com a literatura a que tivemos acesso - alguns indi
cadores que apontam para o entendimento do Movimento Estu
dantil - M.E. enquanto categoria social e permitam compre
ender o conteúdo de classe que permeia as ações dos estu
dantes no cenário político.

Muitos são os estudiosos das Ciências Sociais
que têm dado substancial contribuição para o estudo da es
tratificação social, identificando e apontando critérios,
a partir dos quais pode-se entender as classes da socieda
de capitalista.

Não cabe aqui discussão minuciosa sobre a polê
mica que permeia as Ciências Sociais hoje, acerca do con
ceito de classe social, mas, apenas arrolar algumas consi
derações que darão encaminhamento ao uso do conceito nes
te estudo.

Necessário se faz, nos marcos que pretendemos
estabelecer, desenvolver uma análise que leve em conside
ração a discussão das classes sociais, no seu processo de
lutas geradas a partir dos conflitos presentes na socieda
de.

Com relação a isto Marx e Engels afirmam:

"Até hoje a história de todas as sociedades que
existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de
classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e

servo, mestre de corporação e companheiros; numa palavra: opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que termina sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta". (Marx e Engels, Obras Escolhidas: 21-22).

Neste sentido, os movimentos sociais constituem-se em ambientes propícios para a exteriorização dos conflitos. Que por sua vez, demarcam as posições antagônicas presentes na sociedade, possibilitando pela via política a delimitação das classes sociais.

No 18 Brumário de Louis Bonaparte, Marx faz a seguinte colocação:

"Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que os separa pelo modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de um modo hostil, aquelas formam uma classe".

E acrescenta ainda:

"Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhu

ma união e nenhuma organização política, não formam uma classe". (Marx, 1984:126).

Embora a concepção marxista de classes seja bastante clara e rigorosa, ela jamais foi expressa por seu autor em uma fórmula precisa. Observa-se que em quase todos seus escritos persiste a preocupação com o caráter das classes sociais, isto é os antagonismos e os conflitos que ocorrem na sociedade capitalista.

E nisto, a teoria marxista tem o mérito de mostrar que a luta de classe que se instala na sociedade é um fator essencial do antagonismo político. Em outras palavras a luta política constitui-se na condição necessária para a busca de espaços que possibilite em última instância a melhoria da situação que se apresenta como adversa.

Com esta perspectiva, de uma compreensão das classes sociais, a partir de suas ações políticas, urge que a abordagem parta inicialmente das lutas que movem a própria sociedade.

Hã, portanto, inúmeras passagens na história do movimento estudantil que expressam muitas vezes a luta política sem perder o caráter específico das mobilizações estudantis em cada momento histórico.

Partindo dessas referências é necessário esclarecer previamente que, ao compreendermos o estudante en quanto categoria social, estamos entendendo por categoria social:

"Conjunto de indivíduos que não têm uma adscrição de classe única, mas seus membros pertencem em geral a classes sociais diversas". (Poulanzas, 1977:105).

Nesta perspectiva a produção bibliográfica brasileira mais importante aponta para a compreensão do M.E. como categoria que se expressa politicamente no bojo das reivindicações e lutas das chamadas 'classes médias'. (3) Mesmo aqui cabe uma advertência de Décio Saes quando afirma que esta contextualização social é difícil, pois: "Não se pode determinar, num plano puramente teórico, qual é a 'classe média', e proceder desde logo à descrição exaustiva de todas as categorias profissionais que a compõem". (Saes, 1977:99).

Examinar os estudantes como categoria social serã penetrar no nível de seu posicionamento político e

(3) Devemos esclarecer que neste estudo não temos a preocupação de entender o movimento estudantil a partir de marcos conceituais previamente estabelecidos, onde nossa função seria apenas a de estabelecer uma relação direta adequando pesquisa a conceitos. Pelo contrário, nosso procedimento metodológico baseia-se na operacionalização de um esquema teórico a partir do material coletado na pesquisa.

ideológico; será preciso compreender que homogeneidade social e Movimento Estudantil representam para fazer com que pessoas, pertencentes a classes diferentes – embora vinculadas à mesma categoria social –, sejam susceptíveis de manterem relações pessoais e opiniões análogas nas mobilizações que protagonizam e participam.

Para Décio Saes, cabe detectar a ideologia que empurra os estudantes para a política ampla, compreender as articulações e mediações que são estabelecidas na contextualização em que se insere o Movimento Estudantil:

"Não podemos garantir que, em diferentes conjunturas, os mesmos objetivos de classe se exprimem na ação da categoria estudantil". (Saes, 1979:190).

De acordo com esse raciocínio, é fundamental entender o comportamento político do estudante, buscando-o nas suas tomadas de posição e, rompendo com o imaginário estudantil voltado essencialmente para a futura definição profissional e de vida, verificar que sua integração na grande política está relacionado com os limites que são colocados a seus projetos de auto-afirmação.

Embora estejam determinados por interesses de classes diversas – que muitas vezes se antagonizam –, sua condição de categoria social é que os leva a atuarem, exprimindo as posições ideológicas das classes médias, pela

semelhança entre projetos diferentes.

Como esclarece Foracchi:

"O comportamento político do estudante no Brasil pode ser compreendido, como produto 'revolucionário' das frustrações das aspirações da classe média". (Foracchi, 1982:33).

Em outro trabalho a autora afirma:

"Ser estudante equivale viver, nos limites de uma condição social e particular, a ambigüidade da situação de classe. Gerada e alimentada pelos vínculos de dependência que definem as relações da classe média com as camadas dominantes". (Foracchi, 1977:241).

Marialice Foracchi procura ressaltar, assim, a necessidade de compreender-se o estudante como agente social sensível ao projeto de transformação. No entanto, daí vai uma grande distância, atribuir ao M.E. um conteúdo revolucionário. Primeiro porque se trata de uma categoria social, com ações na grande política vinculada ao projeto das classes médias. Segundo, porque não existe rações suficientes para atribuir-se-lhe identidade revolucionária, visto que seu comportamento também é variável e

oscilante.

Portanto, o Movimento Estudantil, enquanto categoria social que expressa em suas ações a identificação com as classes médias, insere-se nas mesmas contradições, ambigüidade e vacilações que caracterizam o comportamento político dessas camadas. Torna-se necessário considerar seus limites de atuação como base para a compreensão da complexidade da condição estudantil, não sendo possível atribuir-lhe caráter inerente e imutável, como faz José Artur Poener para quem: "O estudante brasileiro é um oposicionista nato". (Poener, 1979:32).

2. IDEALIZAÇÃO ESTUDANTIL E MOBILIDADE SOCIAL

Como categoria social o estudante tem seus pasos limitados e seu engajamento político marcado pelo caráter de transitoriedade, caráter para onde convergem também a idealização futura de realização profissional e as expectativas de ascensão social.

Nesta intersecção, parte das reivindicações que consubstanciam as práticas do M.E., embutem as aspirações de carreira e de melhoria de vida. A percepção de que o futuro é incerto leva muitos a terem participação significativa no Movimento Estudantil, vinculando-os a um projeto de vida que se reflete na própria luta pela mudança da

sociedade geradora das condições adversas a seus intereses futuros.

Ou como diz Foracchi:

"O aspecto decisivo a considerar nesse caso, é que as reivindicações de carreira, levam o estudante a perceber, gradativamente, que as implicações sociais da sua ação são amplas, ou seja, que mais do que o padrão vigente de carreira, o que ele realmente deseja transformar é a ordem que o produz assim". (Foracchi, 1977: 201).

O entendimento do comportamento político do estudante, desse modo, não deve ser dissociado de sua vida estudantil e de seus projetos pessoais. Onde estão hoje grandes lideranças estudantis? Depois, poucos estudantes continuam atuando em atividades ligadas à política e a movimentos sociais. Podemos nos deparar com o fato de que quase todos os ex-líderes estão cuidando de suas profissões e reportam-se ao Movimento Estudantil do passado como 'aquilo foi coisa da mocidade', 'um sonho de adolescente'. É impossível atribuir à participação do estudante caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdo e objetivos permanentes. Isso não tem sido levado em conta pela maioria dos autores. (4)

(4) Neste sentido ver Poerner. Op. cit. Bresser Pereira Luis C. As Revoluções Utópicas. Petrópolis, Vozes, 1979.

O Movimento Estudantil seria um agente canalizador do radicalismo do jovem enquanto estudante, onde transparecem seus ressentimentos e frustrações de representante de camadas ascendentes ante a política ampla, numa tentativa de ampliar os espaços de ascensão para os estratos médios, não esquecendo que o sistema educacional é considerado local privilegiado para a concretização do projeto de ascensão social.

Tal enfoque permite a Marialice Foracchi afirmar que:

"O jovem de classe média empenhado, consciente ou inconsciente, em objetivar o processo de ascensão de sua camada de origem".
(Op. cit. 169).

Marialice Foracchi procura levar em consideração o próprio processo de socialização que envolve o estudante em seu projeto de carreira e de ascensão; privilegia uma análise sociológica, objetivando o entendimento do engajamento do estudante em movimentos sociais próprios que, via de regra, têm se ligado às lutas gerais da sociedade brasileira.

Visto sobre esse prisma, é possível entender o Movimento Estudantil como um dos principais agentes ativos na sociedade, cujas reivindicações identificam-se com as das camadas médias, configurando-se como um dos polos

detonadores dos conflitos que envolvem projetos de ascensão dessas camadas. Esse comportamento ocorre em função de uma situação presente adversa aos seus interesses futuros.

Como afirma João Roberto:

"O objetivo último desse processo será a transformação do jovem em agente da ascensão social da família e, em sentido mais amplo, da classe social da qual se origina". (Martins, 1987:24).

Em suma, esse entendimento do Movimento Estudantil, relacionando sua inserção na macro-política como parte da 'revolta estudantil' contra a situação vigente - no quadro de suas preocupações com o projeto de mobilidade social -, rompe tanto com a aparência de que os estudantes só se vêm às voltas com micro-questões escolares, quanto com a idéia de que agem desinteressadamente, envolvidos em grandes questões 'nacionais' e 'ideológicas-revolucionárias'.

3. CLASSE MÉDIA E O COMPORTAMENTO POLÍTICO

Se as observações feitas até o momento encaminham nosso estudo para maior delimitação, existe, no en

tanto, lacunas com relação ao comportamento político do Movimento Estudantil - ME, ou seja, falta ainda algumas considerações sobre as formas de articulações e especificidades do M.E. na macro-política.

A apreensão desses aspectos relacionados com a politização do M.E., no objeto desta Pesquisa - o Centro Estudantil Campinense - é de sumo interesse para que se compreenda, nas contradições do período considerado 1955-60 - a criação do espaço que possibilite ao M.E. atuar de forma acentuada e ganhar expressividade na sociedade da época em Campina Grande.

Neste ponto, entra em cena outro elemento importante: a auto-afirmação do Movimento Estudantil está diretamente ligada às condições de atuação do aparelho estatal. É contra o Estado, enquanto órgão gerenciados dos organismos que envolve as questões estudantis, que o M.E. se articula inicialmente e consegue aglutinar forças que reivindicam e pressionam, forçando o Estado a empenhar-se na atenção não só dos interesses das facções da classe dominante, mas também no esforço de evitar a perda de legitimidade nas classes médias, igualmente exigentes de medidas estatais em benefício de seus interesses.

Tilman Evers refere-se às classes médias e a suas intervenções na conjuntura, levando em conta a dependência e as especificidades que cada momento apresenta:

"A dificuldade da análise do comportamento político das classes médias reside exatamente no fato de que não se deve basear-se primeiramente nas próprias classes médias, mas na sua interrelação com as classes principais. Os conteúdos e as formas de articulação política das classes médias podem ser explicados satisfatoriamente por duas medidas de referência: Primeiro, através da sua posição com relação às classes principais; e segundo, através de mudanças de peso dentro da composição social das classes médias (...)" (Evers, 1983:85).

Tilman Evers é enfático ao considerar de fundamental importância para o entendimento do posicionamento e aspirações das classes médias, a necessidade de se conhecerem as ações mediadoras que se desenvolvem em suas inter-relações com as classes principais, pois tais relações mostrarão, antes de qualquer abordagem conceitual, as condições reais de sua participação e da visualização dos limites impostos pela conjuntura e suas ações.

As razões dessas vinculações viriam por conta das características das classes médias:

"O traço principal que essas classes têm em comum é não serem nem proprietárias de capital, nem

trabalhadores produtivos no sentido de produtores de mais-valia.

(...) os diferentes segmentos das classes médias têm em comum somente a negação de pertencerem aos agentes de produção material, daí não poderem desenvolver nenhuma perspectiva social própria a longo prazo, ficando na necessidade de orientar-se em função das classes principais da sociedade". (Op. cit. 87).

Segundo Tilman Evers. as classes médias passariam a definir suas ações dentro de uma correlação de forças muito maior, na sua inter-relação com as classes principais. Em momentos diferenciados, quando os antagonismos afloram, ampliam-se os espaços políticos que permitem maior ou menor mobilidade das classes médias, balizando sua atração por um dos polos das classes principais mais determinantes na conjuntura.

Poderíamos resgatar das considerações anteriores a seguinte proposição: a análise do Movimento Estudantil deve preceder-se necessariamente de exame das classes médias, que por sua vez, requerem a observância de dois pontos: um, que diz respeito ao entendimento das interrelações das classes médias com as classes principais e, o outro, que diz respeito à necessidade de compreensão da conjuntura onde aquelas relações ocorrem, levando em conta também o ritmo do próprio Movimento Estudantil. Esse

esquema teórico permitirá detectar as disposições ideológicas que o Movimento Estudantil exprime em suas ações no cenário político. Isso ocorrerá, a partir da contextualização da conjuntura e das mobilizações estudantis.

CAPÍTULO II

O PROTAGONISMO ESTUDANTIL NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 50

Este capítulo propõe-se a situar alguns dos principais acontecimentos ocorridos nos fins da década de 50. Especial atenção será dada aos aspectos políticos, a fim de acentuar traços que evidenciam como os estudantes, através do movimento estudantil, marcaram presença significativa na conjuntura.

As expectativas são de que essa contextualização permita situar como as questões nacionais iriam passar no mesmo período à conjuntura de Campina Grande, cenário objeto da pesquisa de nosso estudo. Ao procurar estabelecer essa ponte, não desconhecemos as especificidades locais; apenas buscamos entender os níveis de inter-relação e articulação que permitiriam explicar melhor nos análises sobre a atuação do Centro Estudantal. É, por assim dizer, um pano de fundo essencial, de acordo com o corpo teórico que elaboramos.

1. CRISE E ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Baseado na revisão bibliográfica, somente iden

tificaremos os fatores que permitirão explicar o modelo nacional-desenvolvimentista implantado no Brasil, logo após a morte de Getúlio Vargas em 1954, período que se inicia com novas relações de poder que irão se pautar por práticas populistas, como única condição para garantir sustentação ao padrão de desenvolvimento capitalista adotado no País.

O rearranjo de classes no poder na nova correlação de forças que se verifica nos anos 50, consumando o longo processo de modernização econômica e do Estado iniciado com a Revolução de 1930, não proporcionava a nenhum setor dominante, hegemonia⁽¹⁾ exclusiva capaz de legitimar a nova ordem burguesa em franco desenvolvimento.

No dizer de Francisco Weffort:

"(...) a revolução de 1930 é o ponto de partida de uma nova fase na história brasileira, em que se assiste a um complexo desenvolvimento histórico-político cujos traços dominantes são as tendências de liquidação do Estado oligárquico". (Weffort, 1966:137).

O Estado implantado no pós 30 vai se notabili

(1) Por hegemonia estamos entendendo conforme Poulantzas, a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação às outras classes ou frações dominantes numa formação capitalista. POULANTZAS, Nicos. Para o político e as classes sociais no estado capitalista. Porto, Portucolense, Ed. 1971.

zar como expressão de luta constante entre a burguesia ur
bana e as oligarquias rurais, luta na qual os setores mê
dios tenderão a apoiar a primeira como forma de garantir
seu 'status', face às ameaças de crise do setor agrário
-exportador. A mola-mestra, responsável pelos avanços e
recuos dos movimentos sociais e políticos da época, vai
estar muito ligada às crises, principalmente econômicas,
que colocam em jogo o poder aquisitivo, e, portanto, o
padrão de vida das camadas médias.

O populismo vai ser, na segunda metade dos anos
cinquenta, a expressão política de deslocamento do polo
dinâmico da economia, do setor agrário para o urbano, atra
vês do processo de industrialização implantado gradativa
mente no começo, e, chegando ao auge nesse período. As
ações intervencionistas modernizadoras na economia, propi
ciadas pelo Estado, como se sabe, formarão o quadro dessa
passagem para um País com características capitalistas.

A 'democracia populista' de que nos fala Luis
Sanfelice, expressa:

"Uma certa combinação controlada
de interesses econômicos e polí
ticos do proletariado e das cama
das médias, sob a liderança da
burguesia industrial. Para este
fim, a burguesia industrial não
só buscou aliados como produziu
o núcleo ideológico do seu mode
lo de desenvolvimento configura

do no nacional-desenvolvimentismo, com o qual envolveram-se militares, civis, liberais, esquerdistas, assalariados e estudantes (...). (Safelice, 1986:50).

O suicídio de Getúlio Vargas, ponto inicial de nosso período de estudo, traz à tona a crise de poder que estava em gestação, abrindo, após uma fase considerada de transição, conjuntura de dificuldades para o estabelecimento de correlação de forças, capaz de minimizar as contradições entre as facções da classe dominante.

As seguintes eleições presidenciais de outubro de 1955, vão ser marcadas pela procura de um arranjo político estabilizador, culminando com a aliança entre o PSD e o PTB, partidos estrategicamente fundados pelo ex-presidente Vargas para manter o equilíbrio entre os setores tradicionais e os novos grupos emergentes que serão aliados comuns na campanha eleitoral.

Na observação de Skidmore:

"Em abril de 1955, a aliança eleitoral foi celebrada Kubitschek para Presidente e João Goulart para vice-presidente. Seria o poder eleitoral da máquina rural do PSD, combinada com o poder do PTB nas cidades". (Skidmore, 1975:184).

Os anti-getulistas, desorientados diante da composição Juscelino/Goulart e capitaneados pelos setores mais reacionários da UDN - à frente Carlos Lacerda - saem na corrida oposicionista, procurando impedir que os getulistas voltassem ao poder com aval do voto. Os udenistas lançam Juarez Távora; pregam um golpe militar; defendem um governo de emergência e recorreram às mais variadas formas de pressão para comprometer os candidatos da aliança PSD/PTB, principalmente, atacando o passado getulista do candidato a vice-presidente, João Goulart.

A plataforma eleitoral de Juscelino/Goulart, significamente, recolhia dois traços dos candidatos: o nacional-desenvolvimentismo de Kubistchek que recheava seus discursos favoráveis ao incentivo à industrialização e o tom nacionalista dos discursos de Goulart, herdeiro de Vargas, que buscava o apoio das massas urbanas.

Ao procurar trazer para o País a modernização capitalista, Juscelino tentava viabilizar a correlação de forças capazes de garantir a integração exigida pelo capitalismo internacional, ao mesmo tempo em que viabilizava a reprodução interna das formas de manutenção no poder. Seu principal opositor na disputa, Juarez Távora, mais cauteloso, insistia em manter o equilíbrio entre o atraso e o avanço que representava neste momento a industrialização.

Skidmore observa o contraste das candidaturas

de Juarez Távora com Juscelino:

"Em vez de falar em termos de 'equilíbrio', o candidato do PSD/PTB insistia na aceleração da industrialização do Brasil". (Op. cit. 186).

O fraco desempenho do candidato udenista vai revelar, mais uma vez, o objetivo que estava subjacente a toda a campanha: o propósito de não permitir a 'volta do getulismo' ao poder. Não restava outra saída aos udenistas do que exigir a intervenção militar para impedir a posse dos eleitos. Não ocorrendo isso em face da facção legalista do Exército capitaneada pelo General Lott, que se opôs à ruptura do processo democrático-constitucional.

2. JK: COMPOSIÇÃO DE INTERESSES E CAPITAL MONOPOLISTA

Ao chegar ao poder, Juscelino leva adiante sua estratégia "nacional-desenvolvimentista", programa que concilia interesses, sendo colocado em prática, a partir do "Plano de Metas", com o objetivo de dotar o País de infra-estrutura capaz de atrair investimentos estrangeiros, sobretudo para a ampliação do incipiente parque industrial brasileiro.

Significante será o papel do Estado como geren

ciador e direcionador do desenvolvimento:

"(...) a política de desenvolvimento de Juscelino Kubistchek estabelecia as condições para a proeminência econômica do capital oligopolista, multinacional e associado. O Estado transformou-se em produtor direto de bens e serviços estratégicos para a infraestrutura". (Dreifuss, 1986:34-35).

É impossível não perceber que o desenvolvimento do Presidente Juscelino de integração à nova fase do capitalismo mundial, procurando evitar o estrangulamento de certos setores e, fazendo surgir outros, de fato, estabelecia uma política econômica que acentuaria a dependência do País.

Foi neste contexto que as inversões de capital externo permitiram ao Presidente Juscelino impulsionar o desenvolvimentismo, redefinindo o papel do Estado favorável à reprodução do capital monopolista:

"Apesar de expressiva presença do Estado na economia ele não 'orientava' a nova estrutura de produção. Pelo contrário, era o capital transnacional que, tendo penetrado os setores dinâmicos da economia, controlava o processo

de expansão capitalista". (Drei
fuss, Op. cit. 35).

Esse processo de crescimento econômico associado aos interesses dos monopólios externos era avalizado pela aliança PSD/PTB que, no Congresso, garantia e legitimava as ações do Governo, ao mesmo tempo em que procurava atender aos interesses dos setores brasileiros, então, dominantes.

A coligação reinante, segundo Anderson, cumpria sua função de apoio básico:

"A aliança eleitoral PSD/PTB é, pois, a coalisão mais 'natural', condicionada pelas duas características básicas do sistema partidário brasileiro: a manutenção do coronelismo, por um lado, e o predomínio do Executivo (populismo) por outro". (Aput. Benevides, 1976:96).

O equilíbrio era conseguido através de práticas governamentais que fortaleciam as bases partidárias da aliança juscelinista. Era uma perspectiva de modernização, sem alteração da ordem estabelecida pelos donos do poder. O PTB controlava o Ministério do Trabalho, procurando cooptar os grupos sociais emergentes vinculados ao desenvolvimentismo, na tentativa de atrair os setores urbanos, principalmente o operariado. O PSD, das oligarca

quias rurais e de importantes grupos burgueses, controlava a política econômica e financeira, e isto, segundo comenta Carone, "representava a estabilidade e a segurança para as classes conservadoras e produtoras" (Carone, 1985: 297). JK conseguia manter as mudanças nos limites que não colocassem em risco seus interesses. Diante dos conflitos cruciais, o próprio Governo adotava postura cautelosa. A questão fundiária, por exemplo, merecia tratamento especial apenas para acomodar as forças, sem medidas que viessem a pôr em risco a estabilidade do Governo e da aliança.

A oposição encarnada pela UDN, partido marcado pelo conservadorismo oligárquico e discurso liberal, buscará sensibilizar a opinião pública com aparente luta pelo nacionalismo. Diante da falta de respaldo na opinião pública, a UDN não terá outro canal para expressar sua opinião a não ser o próprio Congresso Nacional, onde passa a obstacular as ações do Governo, que justamente precisavam de apoio parlamentar.

O Governo de Juscelino será marcado pela tensão entre o esforço constante para levar a frente seu "Plano de Metas", superando fissuras na aliança PSD/PTB e a forte oposição desencadeada pelos udenistas. Vale ressaltar o apoio de parte das Forças Armadas, especialmente do Exército que legitimava a política desenvolvimentista, marcando presença na administração civil.

Conforme Benevides:

"A estabilidade do governo Kubistchek foi fruto de uma con
juntura especial, na qual milita
res e congressistas atuaram de
maneira convergente, no sentido
de permitir o apoio a política eco
nômica do governo". (Benevides,
1976:200).

A chamada "administração paralela" ilustra bem a estratégia encontrada por Juscelino para manter e ga
nhar aliados no Congresso e, ao mesmo tempo, para agili
zar a política desenvolvimentista, alvo preferencial da crítica oposicionista:

"Com a implantação do seu Plano de Metas, e como pré-requi
sito para a sua realização, foi criada uma ampla gama de organis
mos de planejamento e consultoria e comissões de trabalho, os Gr
upos Executivos. Eles formavam uma 'administração paralela' coexis
tindo com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo bu
rocracias velhas e inúteis. Essa ad
ministração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificações pro
fissionais, os chamados técnicos, e por oficiais militares, permi
tia que os interesses multinacio

nais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de apresentação do regime populista". (Dreifuss, 1986:35).

Era natural, também, que essas manobras políticas fossem aceitas pelos partidos da aliança, visto que tanto o PSD como o PTB não se sentiam ameaçados. Pelo contrário, no caso do último, suas bases partidárias foram até aumentadas.

Fica evidenciado, assim, que a tarefa modernizadora de desenvolvimento do Brasil via capital monopolista, era fortemente controlada pelo Estado que conciliava os diferentes setores para garantir o êxito do 'Plano de Metas'. Ao mesmo tempo que baseado num singular esquema de sustentação política, Kubistchek permitia a entrada de investidores externos, conseguia também o apoio das camadas médias que tinham reforçado seu desejo de ascensão social. Isto implicava numa política de melhoria do padrão aquisitivo dessas camadas. O Estado conseguia manter o equilíbrio político, o apoio do empresariado nacional, de setores agrários e das camadas médias; todos viam o desenvolvimento de seu próprio ângulo.

3. ESGOTAMENTO DO MODELO DESENVOLVIMENTISTA

Apesar dessa aparente estabilidade começa a ser

questionada a política desenvolvimentista que não conseguirá conter o processo inflacionário, aguçado pela entrada crescente de capitais. Quando a inflação alcança patamares elevados, os 'cinquenta anos em cinco' transformam-se num pesadelo. O processo inflacionário faz com que aumente as tensões sociais e aflore com mais intensidade as manifestações contra a política do governo J.K.

Tabela 1 - Número de Greves por Ano *

Anos	1950/1960					
	55	56	57	58	59	60
Total de Greves....	15	14	35	28	88	67
Const. Civil.....	02	-	-	01	05	-
Metalúrgicos.....	02	01	03	-	04	03
Motorista de Ônibus -		04	02	10	11	09
Outros Operários...	08	07	27	15	57	50
Funcionários Públicos.....	01	-	-	01	04	02
Outros Trabalhadores.....	02	02	03	02	07	03

Fonte: Dados extraídos de Francisco Weffort. Sindicato e Política, São Paulo. 1972 (Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

* Coleção Retrato do Brasil. Ed. Política, São Paulo, Fascículo 36. 212.

O esgotamento do programa desenvolvimentista irá marcar mudanças fundamentais na relação do Brasil com os credores externos que passam a pressionar o Governo brasileiro para que adeque a economia do País ao cumprimento de suas obrigações internacionais.

Furtado afirma:

"O esgotamento dos fatores que sustentaram o processo de industrialização ocorreu, aparentemente, antes que a formação do capital alcançasse a necessária autonomia com respeito ao setor externo". (Furtado, 1964:125).

Juscelino insistia em não comprometer as metas do programa, mas a crise inflacionária que corroía internamente o desenvolvimento, emergia como demanda de uma situação para a qual a economia do País não estava preparada. As grandes inversões de capital, via empréstimos necessários à reprodução e reposição do próprio capital, tornava cada vez mais impraticável o programa.

Assim, o desenvolvimentismo como produto da ação agenciadora do Estado não conseguia oferecer resposta à inflação e à estratégia de promover política, sem alterar os padrões de funcionamento dos setores econômicos pré-existentes, a que foram incorporados, incapaz de gerar nova correlação de forças. Kubistschek procura retardar o desfecho da crise. Rompe com o Fundo Monetário Internacional - FMI, pondo em risco novos empréstimos, à medida em que a decisão significava a perda do principal avalista exigido como pré-condição.

A UDN, apesar de enfraquecida, continua procu

rando tirar proveito da situação política; é uma eterna conspiradora, porém, mais uma vez, não conseguia reciclar-se diante dos novos contornos da sociedade possibilitados pelo aceleramento do processo industrializante.

É óbvio que o rompimento com o FMI desagradava os setores diretamente beneficiados pela política do capital internacional; o próprio Presidente Kubistchek procurava não comprometer o 'Plano de Metas', não significando o rompimento corte brusco imediato com o capital monopolista. Mas os credores exigiam que fossem adotadas medidas estabilizadoras que representassem a garantia de reprodução e reposição de seus capitais. Mesmo procurando manter o equilíbrio entre diversos e, adiando o desfecho da crise, o governo Juscelino e os que o seguiram posteriormente, não conseguem debelar os problemas, consequência da agravante crise econômica, levando os interesses do capital monopolista-associado a buscarem outra saída para garantir a reprodução de seus interesses, o que vai, posteriormente, acarretar noutra história o Golpe Militar de 64.

4. A UNE NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 50

Como em outros momentos de nossa história contemporânea, O Movimento Estudantil protagonizado pela União Nacional dos Estudantes - UNE caracterizou-se, no

período, como força de pressão em várias lutas sociais. Num processo que resulta não somente na obtenção de conquistas reivindicatórias específicas, mas, também, na participação em lutas de caráter mais geral, com a melhoria do nível de aprendizado político dos estudantes que adquirem capacidade de desvendamento dos aspectos mais globais, que norteiam a realidade brasileira.

A adequação do Movimento Estudantil à nova conjuntura política após o suicídio de Vargas, demanda novos rumos na forma e no conteúdo da política estudantil em função do novo momento vivido no País. Nos anos 55-60, é notório o reordenamento da atuação da UNE - a entidade estudantil sempre se posicionando nas discussões dos problemas nacionais -, algumas vezes em identidade com as lutas dos setores nacionais-desenvolvimentistas, noutras, contra as práticas e ações, principalmente as do Governo.

A despeito de toda riqueza de que é revestida a conjuntura em estudo, observamos, que ainda são raras - quase inexistentes -, as contribuições apresentadas pelas ciências sociais ao esclarecimento da participação estudantil no período.

Como bem evidencia João Roberto Martins Filho:

"Talvez mais do que qualquer outro período, a fase dos anos 50 tem sido praticamente esquecida pelos raros pesquisadores do movi

mento estudantil brasileiro".
(Martins Filho, 1987:39).

É óbvio que essa constatação redobrou a difícil tarefa de pensar a temática e, à medida em que realizávamos o levantamento bibliográfico, comprovamos quanto é escassa a literatura existente. Mas, como o objetivo não será realizar um estudo exaustivo da UNE, até porque distanciar-se-ia dos objetivos previstos, resenhamos alguns acontecimentos que demonstram como a entidade estudantil posicionou-se nos principais acontecimentos da segunda metade dos anos cinquenta.

Na conjuntura em estudo, a UNE teve relevante presença, assumindo posições, às vezes incômodas, face às principais questões da vida nacional. O desenvolvimentismo, o nacionalismo, as políticas econômica e educacional, foram algumas das questões em que a entidade estudantil desempenhou, muitas vezes, papel de vanguarda nas discussões.

De maneira geral, as entidades estudantis percebiam as dificuldades colocadas pela conjuntura o espectro golpista que rondou o início do governo Kubitschek, bem como o modelo nacional-desenvolvimentista apresentado pelo Governo como alternativa viável para acelerar o desenvolvimento do País.

É possível afirmar que a UNE, neste momento, so

fresse, também, os encantos do modelo nacional-desenvolvi-
mentista, mas pôde ver que o governo Juscelino represen-
tava uma trégua aparente do movimento estudantil que, só
será quebrada com o agravamento da situação nacional e
com o reconhecimento de que o desenvolvimento estava ocor-
rendo a custo da dependência econômica e do aceleração
das disparidades regionais.

O período que se estende do após Segunda Guerra
até o Golpe de 64, a UNE entendia como aquele em que:

"A burguesia nacional, já
bastante infiltrada pelo imperia-
lismo teve de se colocar diante
das exigências deste no sentido
de uma redefinição no poder brasi-
leiro (...) só o imperialismo era
capaz de impulsionar o desenvolvi-
mento capitalista brasileiro e o
desenvolvimento capitalista aten-
dia às necessidades da burguesia,
embora tivesse ela que se confor-
mar com um papel secundário de só-
cio menor". (Apud. Sanfelice, 1986:
128).

Arthur José Poener, ao analisar o histórico da
UNE considera que, a partir de 1956, ocorreu a fase de
recuperação democrática da UNE,⁽²⁾ e a volta da entidade

(2) Ver Poerner, José Artur. O Poder Jovem. História da
Participação Política dos Estudantes Brasileiros. Rio
de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979:184.

ao controle das tendências progressistas com ênfase para o caráter nacionalista da entidade que tinha consciência de sua emergência no contexto nacional, que se orientava no sentido de articular-se ao movimento mais amplo da sociedade brasileira.

É interessante observar a visão crítica que a UNE, neste período, fazia das esquerdas brasileiras, com relação à compreensão que tinham do momento histórico:

"Nesse período foi se formando no interior das esquerdas brasileiras uma concepção errônea do momento histórico. Seu erro histórico fundamental, em geral, foi localizar na burguesia supostamente nacional, a possibilidade de participar como classe numa luta antiimperialista radical. E seu erro foi o de ver nas contradições secundárias, entre burguesia e imperialismo, potencial para uma luta radical". (cit. por Sanfelice, 1986:128).

O ponto forte dessa análise encontra-se na demonstração de que a dominação imperialista, apesar de prejudicar a suposta burguesia nacional, não faz dessa, necessariamente uma aliada dos setores dominados numa luta antiimperialista.

O questionamento do modelo desenvolvimentista passou a ser uma constante nas manifestações da UNE, que

defendia a postura antiimperialista. Cada vez mais a UNE estava convicta de que o desenvolvimentismo, projeto de aceleração da transformação da sociedade, capitaneada pelo Governo com o aval do capital externo, era feito com progressiva integração da burguesia nacional com a exploração imperialista, onde o Estado era usado para assegurar a reprodução do capital dessas facções dominantes.

José Luís Sanfelice afirma categoricamente:

"No período de 1956-1960, a liderança desempenhada pela UNE deu-se de modo geral através da mobilização dos estudantes contra, por exemplo, o aumento de preços e na defesa de alguns princípios de uma plataforma de orientação nacionalista que incluía um posicionamento adverso às empresas estrangeiras e aos acordos militares do Brasil com os Estados Unidos". (Op. cit. 17).

Se a própria UNE procurou, de início, assimilar o Plano de Metas, isso não significa dizer que a entidade renunciasse - com mobilizações contestatórias - à ingerência externa no País. Nos fins dos anos cinquenta, há clara atitude da UNE - marcada pelo constante questionamento do projeto do governo - de realizar 'Cinquenta Anos em Cinco' e da crise em que o País foi mergulhado, opondo-se à infiltração imperialista.

A UNE integrou-se profundamente na luta por mudanças, atenta aos reclamos populares e ao caos em que mergulhara o País, passando a ser alvo de perseguição dos setores conservadoras que pretendiam com isso, evitar o ascenso do Movimento Estudantil e colocá-lo a reboque do governo.

Assume-se aqui que, na segunda metade dos anos cinqüenta, a UNE passou por uma fase distinta de politização manifesta sobre o 'Plano de Metas', e tinha clareza da função gerenciadora do Estado a serviço do capital monopolista-associado que, apoiado em práticas populistas, conseguia legitimá-las e desenvolver mecanismos para isolar e neutralizar os movimentos sociais que protagonizavam as lutas do período, permanecendo ativa durante toda a fase do Governo Kubitschek, expressando no movimento, a atuação mais intensa dos acontecimentos da vida nacional, expressando as insatisfações das bases estudantis.

CAPÍTULO III

NORDESTE: SUDENE E CAMPINA GRANDE

Este capítulo situa a questão Nordeste⁽¹⁾ à luz do modelo nacional-desenvolvimentista e da proposta política-intervencionista do Estado para a região, procurando relacioná-la às peculiaridades de Campina Grande.

Dividimos o capítulo em três tópicos: o primeiro trata da rápida caracterização da situação nordestina, enquanto espaço propício para reprodução do capital monopolista instalado no Centro-Sul, e da intensificação dos desequilíbrios regionais provocados. No segundo, abordamos mais as ações específicas do Estado, via criação de uma agência de planejamento e incentivos à integração regional dentro da nova redefinição do trabalho que importa o desenvolvimentismo. No último tópico particularizamos a situação de Campina Grande, cenário de nosso objeto de estudo.

(1) A questão Nordeste tem merecido nos últimos anos um número significativo de análises que vieram acrescentar-se a algumas já existentes. Assim a opção pelas análises dos autores que aparecem no corpo deste trabalho, não ocorreram deliberadamente, mas partiu de uma seleção bibliográfica, onde se considerou aqueles que se aproximavam do enfoque pretendido no Capítulo.

1. QUESTÃO NORDESTE

De imediato constatamos que não é tarefa das mais fáceis pensar e examinar a questão Nordeste com a bibliografia disponível, diversificada e muitas vezes apresentando análises generalizantes sobre a problemática regional, não levando em conta as especificidades e as desigualdades do próprio espaço nordestino.

Aqui interessa ressaltar que as transformações mais importantes ocorridas na região foram planejadas e seguiram a lógica dos padrões de reprodução do capital instalado fora dela. No Centro-Sul estaria o comando dessas transformações, ponto considerado moderno e avançado enquanto o Nordeste, área tradicional, deveria assumir o papel de receptor das condições adequadas ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro em plena expansão.

Conforme afirma Gadiel Perruci:

"O Nordeste é tomado como parte de um processo social mais amplo, de uma totalidade historicamente significativa dentro da realização no Brasil de um único modo de produzir.

Sendo o crescimento capitalista desigual e combinado, os espaços sofrem sua atuação de maneira desigual, embora, no conjunto, a lógica do crescimento continue sendo a mesma e única de sem

pre". (Perruci, 1984:14).

Essa desigualdade inter-regional⁽²⁾ seria exigência da própria dinâmica de desenvolvimento do capitalismo que reorganiza os espaços de acordo com seus interesses imediatistas da extração de mais valia e, portanto, de maiores lucros. O Nordeste passa a ser encarado como região que 'não pode ser esquecida', mas cujo desenvolvimento deve estar integrado e subordinado à complementação dos interesses do capital instalado no Centro-Sul.

Continua Perruci:

"Assim, o que o dualismo denomina de 'atraso', na verdade nada tem de atraso no sentido em que dificulta o crescimento combinado e, por isso mesmo, há que se tornar moderno.

A diversidade regional ou setorial no capitalismo não parece autorizar nenhum conceito de moderno desde que o princípio da desigualdade é regido pelas leis que operam a divisão do trabalho, dentro de uma mesma totalidade". (Op. cit. 15).

(2) Amélia Cohn mostra em "Crise Regional e Planejamento", como o processo de expansão do Capitalismo no Brasil irá definir a função do Nordeste na reprodução do Capital e como a intervenção do Estado irá beneficiar sobretudo a burguesia monopolista-associada. (Cohn, 1976).

Após a Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir da década de 50, o processo de industrialização brasileiro produziu impulsos decisivos ao crescimento econômico do próprio Nordeste. Mas o modelo capitalista de desenvolvimento, ao basear-se na exploração como forma de garantir sua reprodução, acelera a desigualdade regional, integra uma região a outra como mercado produtor e como mercado consumidor, com o Nordeste 'eleito' para abastecer de matéria-prima e mão-de-obra de baixa remuneração as regiões desenvolvidas. Esta diferenciação regional nos marcos da divisão internacional e nacional do trabalho, 'promove' a integração regional a partir de funções específicas de cada região.

É neste sentido que o Nordeste tem sido compreendido nos planos do capital:

"(...) o crescimento brasileiro se fez desigual, entre as várias regiões, fazendo com que algumas delas se beneficiassem do crescimento, enquanto outras mantivessem as velhas estruturas, transformando-se em fornecedoras de matérias-primas e mão-de-obra barata às mais desenvolvidas". (Andrade, 1984:38).

Tomamos como critério o desenvolvimento desigual e combinado que explica as desigualdades regionais. Dessa maneira, os entraves porque passa o Nordeste é de

terminado pela dinâmica do capital fora da região.

Ao Estado caberia o papel de realizar os inve
timentos diretos em infraestrutura que viabilizassem as
ações do capital monopolista, o que irá ocorrer sem pro
fundas mudanças na estrutura de poder local e nas rela
ções sociais de produção estabelecidas. As modificações
limitar-se-iam à necessidade de adequação do conjunto de
interesses econômicos do próprio capital em processo que,
muitas vezes, incluía as facções da classe dominante lo
cal e, outras vezes, ocorriam a sua revelia.

Até meados da década de 50, o Nordeste contava
com um parque industrial incipiente e as indústrias exis
tentes desenvolviam atividades ligadas ao setor primário:
beneficiamento de algodão, couros, óleos vegetais e ou
tras; as grandes empresas instaladas na região nesse pe
ríodo têm algo em comum: são multinacionais processadoras
de matérias-primas (SANBRA, ANDERSON CLAYTON E MACHIN
COTTON) que passam a controlar principalmente o algodão
nordestino. Conforme tabela abaixo a agricultura ultrapasa
sava o setor industrial nordestino em percentuais eleva
dos.

Tabela II - Crescimento da Produção Agrícola Nordestina.

	1950	1960
Agricultura	40,7	46,0
Indústria	13,5	11,6

Fonte: Boletim Econômico da SUDENE, Ano II, 2.
In: COHN, Amélia. Crise Regional e Pla
nejamento. São Paulo, Perspectiva 1970:
48.

Além da fonte abastecedora de matérias-primas, ao Nordeste estava reservado o papel de fornecedor de mão-de-obra barata e numerosa, permitindo o pagamento de baixos salários. A migração campo/cidade e cidades nordestinas/Centro-Sul se já era constante, aumenta sensivelmente nos períodos de estiagens. A seca de 1958, por exemplo, agravou a situação e levou à adoção de algumas medidas paliativas que, nem de longe, iriam resolver os problemas da estiagem prolongada. É lógico que o fenômeno das secas não é responsável direto pela situação da desigualdade nem da 'pobreza do Nordeste', e, muito menos da miserabilidade de seu povo, mas é colocado como sendo o responsável por parte daqueles que continuam tirando proveito da situação estabelecida a partir delas. (3)

A necessidade de ajustar a economia nordestina

(3) A seca apesar de não se constituir no problema básico da região, contribuía sensivelmente para agravar as condições de vida da população, que compulsoriamente era levada a deixar seu habitat. Todavia na interpretação da literatura a que tivemos acesso, observa-se que a política estatal de planejamento para o Nordeste objetivava permitir a ampliação dos espaços para a expansão do Capitalismo no Brasil. Acrescente-se ainda, entre os anos 1955-60, o acirramento dos conflitos sociais, principalmente no campo, que assumem especial importância, obrigando a redefinição das práticas do Estado na Região. Há vários trabalhos sobre a intervenção do Estado no Nordeste; entre estes, encontram-se as análises de Francisco de Oliveira (1981) que dá tratamento especial à "Questão Nordeste" e a relação Nordeste-Centro-Sul, mostrando como o fenômeno da seca é minimizado diante dos interesses da divisão inter-regional do trabalho. No mesmo caminho segue a análise de Amélia Cohn que aborda a problemática da crise regional, e aponta para o processo de integração.

às exigências do sistema capitalista, seja para sua reprodução, seja para evitar que a ordem estabelecida seja contestada pela emergência dos conflitos, levou à intensa movimentação, culminando com a criação, primeiro do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste - GTDN e, depois, da SUDENE.

Os objetivos do GTDN para a integração do Nordeste eram:

"Partindo de um claro diagnóstico do problema econômico nordestino, tenta modificar o curso dos acontecimentos, pelo ataque simultâneo num conjunto de frentes vitais. A primeira meta é tornar o Nordeste resistente às secas. Para tanto, torna-se necessário reorganizar, em bases distintas das atuais, a economia das zonas semi-áridas. A segunda meta consiste em elevar a produtividade média da força de trabalho, o que exige, necessariamente, intensificação dos investimentos industriais. Em conjunto, essas duas metas sintetizam uma política que, se efetivamente executada, poderá modificar a estrutura da economia regional". (GTDN, 1959:93-94).

Todas essas metas se inviabilizaram à medida em que o próprio Governo Federal não as cumpria, preocupado

com o equilíbrio das alianças importantes que lhe davam sustentação com base nas facções conservadoras do Nordeste. Assim, as medidas postas em prática limitaram-se a atender às necessidades de reprodução do capital e das facções dominantes, sem, contudo, efetuar grandes mudanças; a questão fundiária, por exemplo, não seria tocada; as ações governamentais visavam apenas remover alguns entraves à integração nacional via capitalismo. O laço entre o poder nacional e local era cada vez mais fortalecido, visto que ambos tiravam proveito das inovações aplicadas. O Nordeste, representava para o Sudeste, apenas uma área de investimento com retorno vantajoso.

As ações do Estado na região visavam somente acomodar a integração do capital monopolista-associado com as facções da classe dominante local, sem profundas modificações e sem atacar a desigualdade regional; usavam-se paleativos para um problema da maior complexidade.

É importante assinalar ainda que, a despeito das ações do Estado e do controle exercido pelas oligarquias locais, é impossível se falar no Nordeste, sem levar em conta as manifestações sociais e os movimentos que emergiram e marcaram o período desse estudo (55-60) tanto na zona urbana como na rural constituídos pelos segmentos mais progressistas das classes subalternas que o Estado populista não foi capaz de cooptar e integrar facilmente ao projeto desenvolvimentista para a região.

Como observa Sílvio Maranhão:

"Faltavam no Nordeste os elemen
tos específicos que caracteriza
vam o 'desenvolvimento-populismo': uma burguesia que comandava
o desenvolvimento industrial e
impunha progressivamente sua he
gemonia, embora sem romper aber
tamente com a oligarquia agrária,
um Estado produtor ambíguo em
suas relações com as classes do
minantes e dominadas, um prole
tariado urbano e um campesinato
excluído do processo como condi
ção da própria aliança dominan
te". (Maranhão, 1984:129).

Constata-se, pelo contrário, que a legitimação do Estado populista-desenvolvimentista no Nordeste tem sido tentada via pacto político de exclusão, esgotando-se as possibilidades de abertura sinalizada com a tese do desenvolvimento integrado da região para a presença dos setores à margem na correlação de forças expressas no poder, principalmente diante dos embates levados à frente pelos movimentos sociais que questionavam o esvaziamento da política desenvolvimentista na região e resistiam de diferentes maneiras às práticas do capital na política de industrialização do Nordeste.

No bojo dessa situação, e diante da resistência que apresentavam os movimentos sociais, as articulações do poder local com o nacional terminariam numa aliança para freá-los, alterando, assim, a política desenvolvimen

tista para o Nordeste com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que, além de procurar integrar de vez, o Nordeste aos interesses do capital monopolista-associado, procurava também afastar o fantasma que ameaçava o poder local; tudo ocorria como se o Nordeste tivesse necessariamente que se adaptar e ajustar-se aos interesses do capital instalado fora dele.

2. SUDENE: ACOMODAÇÃO E REDEFINIÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Nos fins da década de cinquenta ocorreram muitas discussões acerca da problemática das disparidades e desigualdades regionais, geradas neste momento pela concentração de capitais para o processo de industrialização do Sudeste e pela função das outras regiões como o Nordeste que serviram de mercados fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra abundante e de baixo custo. Posteriormente há nova redefinição da função das regiões que passam a servir e a transferência de capitais acumulados com o aval do Estado que cria as condições de reprodução desse capital.

A presença intervencionista do Estado, principalmente no Nordeste sempre ocorreu, embora de diferentes maneiras. A segunda metade dos anos 50, serve de parâmetro para a compreensão de dois momentos distintos que marcam as ações do governo na região nordestina.

Primeiro, as ações do Estado no Nordeste visa vam assegurar a reprodução dos esquemas de poder local; os investimentos públicos eram realinhados com o objetivo de prestigiar os coronéis para garantir sua manutenção no poder; esses chefes locais, por seu lado, retribuiam os favo res com seu apoio aos candidatos oficiais.

Victor Nunes Leal, assim comenta:

"E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do 'coronelismo', que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os 'coronéis', que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burro; de outro lado, a situação política domi nante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que posui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça". (Leal, 1975:43).

Segundo, a emergência de novas forças, as mudanças na conjuntura internacional e nacional em especial com o fim da Segunda Guerra Mundial e a ascensão de Juscelino Kubitschek, modificam as relações de poder entre o Estado Nacional e o poder local, redefinindo as próprias formas de mandonismo local.⁽⁴⁾ Mesmo com o Estado garantindo e

(4) Quando falamos aqui na redefinição do poder local não pretendemos dizer que houve a ruptura com o poder das facções dominantes rurais; tiveram de se reciclarem às novas formas de dominação propiciadas pela entrada do capital na região, cuja legitimidade ainda passava pelo poder dos chefes locais.

subsidiando a reprodução do poder local, entram em cenas novos componentes do esquema de poder. A penetração do capital monopolista associado no Nordeste leva o Governo a criar condições indispensáveis para a reprodução e a acumulação desses capitais.

O Estado agora possui dois eixos de atuação: assegurar a manutenção e a reprodução das bases de poder tradicional e de intermediar a penetração do capital monopolista na região nordestina.

Essa nova redefinição do papel do Estado no Nordeste pode ser atestada pelas palavras de Juscelino em 1957:

"Sem uma integração do Nordeste na economia nacional, não estaremos fazendo justiça à admirável contribuição do povo desta região, para o progresso do país, para a segurança nacional". (Apud, Cohn, 1970:104).

Aqui se evidencia novo elemento nas preocupações do governo e das facções dominantes que buscam a integração do Nordeste ao modelo desenvolvimentista, objetivando conter os avanços dos emergentes movimentos sociais que questionam as desigualdades regionais e as maneiras da dominação no Nordeste.

A partir desse instante, importantes encontros

ocorrem para discutir a questão Nordeste: os dos bispos são pioneiros; o primeiro deles realizou-se em maio de 1956, em Campina Grande, cuja pauta de discussões apontava para a realidade sócio-econômica do Nordeste⁽⁵⁾. Foi desse encontro que saíram ^{os embriões da} a operação Nordeste e, posteriormente, a própria SUDENE. Em 1957, a Federação da Indústria do Estado de São Paulo - FIESP, enviou ao Nordeste um grupo de empresários para ver "in loco" as reais condições de investimento na região. Em 1959 é realizado um Segundo Encontro dos Bispos do Nordeste em Natal.

A resultante de todos esses encontros será a criação de um organismo de desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com o qual o Estado procurava conter a emergência dos con

(5) O temário do Congresso era composto de 16 itens:

1. Definição do tipo de economia da região sujeita a fortes estiagens;
2. O conteúdo social: ainda não manifestado - de Paulo Afonso;
3. O Vale do São Francisco, Bahia e Maranhão, exemplo, típico de áreas de colonização, acolhendo um povo pobre;
4. Como levar os açudes públicos, e os vales úmidos, a exercerem sua função legítima em favor do homem;
5. Como fixar, pela franquia do uso da terra, o agricultor migrante onde o Estado não sabe os latifúndios que possui;
6. Como fazer do Serviço Social Rural uma força a serviço do bem estar da população regional;
7. Linha de autêntica política de crédito rural para o médio e o pequeno agricultor e para o lavrador sem terra própria;
8. O Banco do Nordeste, fator de estímulo para o desenvolvimento da região seca;
9. A industrialização do Nordeste - unidade de grande, médio e pequeno porte. O artesanato rural;
10. Política efetiva de fomento agropecuário para a economia rural desassistida;
11. Que esperar do Cooperativismo Rural honestamente organizado e dirigido;
12. Tipos de escola a adotar para as grandes necessidades do meio rural;

conflitos sociais, permitia a reprodução da dominação tradicional e, principalmente, a penetração do capital monopolista-associado do Centro-Sul. Superando o caráter assistencialista, a SUDENE pode ser enquadrada como mais um órgão da administração paralela criada por Juscelino para viabilizar sem confronto, as ações modernizantes da economia da região.

Francisco de Oliveira capta esse clima ao afirmar que o próprio processo parlamentar de criação da SUDENE: "reflete, admiravelmente, o posicionamento das diversas classes sociais, no Nordeste e fora dele, em relação à nova atuação do Estado na região". (Oliveira, 1981: 115).

Assim, a partir da criação da SUDENE em 1959, o papel desempenhado pelo Governo Federal revela duas características visíveis: de um lado, como agente com função de atender às exigências do capital monopolista-associado e dos grupos econômicos da região, possibilitando alianças que reproduzissem a estrutura de dominação local; e de outro, como agente político, contribuindo para debilitar as pressões sociais que cresceram, sobretudo nos fins

-
13. Aproveitamento econômico e conservação dos recursos naturais típicos da região;
 14. Deficiências atuais no atendimento ao homem rural e meios de coordenar o respectivo planejamento;
 15. O Estado, a Igreja, os particulares em torno de um programa realista, a longo prazo em prol da região;
 16. O Regional da Ação Católica e suas responsabilidades em face dos problemas espirituais e materiais do Nordeste brasileiro.
(Correio da Paraíba, 17 de maio, 1956).

dos anos 50.

Ora, se o Estado tomou a si a tarefa de integrar o Nordeste ao processo desenvolvimentista, isto significa dizer que se operalizava nova redefinição da divisão nacional do trabalho e, também, nova maneira de relacionamento da região com o Centro-Sul.

As medidas para solucionar a desigualdade regional foram postas em prática a custa da maior dependência da região como afirma Francisco de Oliveira:

"A SUDENE traz inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção 'planejada' no seu programa, que reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes inter-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul". (Op. cit.116).

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN no relatório "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste". Aponta os pontos críticos da economia nordestina que impediam uma equiparação com o Centro-Sul. Enfatizando as disparidades regionais e, propondo o desenvolvimento autônomo para o Nordeste:

"1. A disparidade de níveis de

renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do País constitui, sem lugar de dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional;

2. (...) a ausência de uma compreensão adequada dos problemas decorrentes da disparidade regional de níveis de renda tem contribuído para que a própria política de desenvolvimento agrave o problema;

3. O ritmo de crescimento da economia nordestina, nos últimos decênios, vem sendo substancialmente inferior ao da economia do Centro-Sul;

4. (...) as relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul caracterizam-se por duplo fluxo de renda, operando o setor privado como transferência contra o Nordeste, e o setor público (o governo federal) em sentido inverso;

5. O desenvolvimento da economia nordestina tem recebido seu impulso básico, até o presente, do setor exportador;

6. (...) o setor público também desempenha nela (economia nordestina) um papel básico. O governo federal despense na região soma de recursos muito superior ao que ali arrecada;

7. A regressividade do sistema tributário federal (...) está

dual e municipal, faz que a carga tributária do Nordeste seja maior, dentro do conjunto da Federação, do que seria de se esperar dado seu nível de renda;

8. Aumentar as exportações de produtos primários é a forma mais barata de levar a economia ao crescimento. Mas, como a população aumenta com intensidade e a constelação de recursos naturais é pouco favorável, tal via torna-se 'difícil ou mesmo impraticável'. Sendo assim, o desenvolvimento só é factível mediante a diversificação da própria produção interna, ou seja, pela industrialização;

9. No caso da seca, o impacto concentra-se no segmento mais frágil do sistema: a agricultura de subsistência. As repercussões sociais são, por conseguinte, muito mais profundas;

10. Pode-se afirmar com segurança que a seca não é hoje problema social menos grave do que quando se iniciou o combate sistemático a seus efeitos";

11. O plano de ação apresentado neste documento está estruturado em torno de quatro diretrizes básicas:

- . Intensificação dos investimentos industriais visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;

- . Transformação da economia agrícola da faixa úmida com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- . Transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas, no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e
- . Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do Winterland Maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais". (GTDN, 1959: 7/12).

Enfim, pode-se perceber na ênfase dada que existia uma estratégia apontando para a integração da região nordestina, via industrialização, sendo esta o único caminho para o desenvolvimento do Nordeste. Embora não seja evidenciado que essa integração ocorreria com maior exploração e dependência, nem tão pouco os problemas cruciais da região como a estrutura fundiária, foram questionados; tudo era feito para manter o equilíbrio de sustentação das facções dominantes.

Com relação aos argumentos sobre a industrialização do Nordeste, é interessante que a ênfase apresenta

da pelo GTDN não levou em consideração, quando aponta os pontos críticos da economia da região, a divisão inter-regional do trabalho, deixando de lado dois importantes elementos para análise da questão nordestina: a dependência e a complementaridade.

Dependência que materializa-se nos mais variados sentidos, desde o financeiro ao tecnológico. Já a complementaridade, esta é possível de ser verificada historicamente ou seja a economia nordestina tem sido condicionada e subjugada aos interesses externos.

Assim, diferente do que defendia o GTDN, a industrialização do Nordeste não ocorreu através de uma autonomia, mas como frisamos de uma acentuada dependência ao capital instalado no Centro-Sul do País.

Os setores tradicionais mais atentos, percebiam que a expansão do capital instalado no Centro-Sul traria prejuízos à economia regional. Daí a posição do Senador Argemiro de Figueiredo um de seus representantes:

"Quando porém industrializado e eletrificado o Nordeste, eclode nova seca e os nordestinos aos milhões, desabrigados, famintos e sedentos, virem os filhos morrer, suas lavouras perdidas: o que será dos que defendem o plano da SUDENE?" (Apud, Araújo, 1985:117).

Essa argumentação de defesa dos nordestinos ca muflava os interesses das oligarquias que ainda não visualizavam sua incorporação forçada à nova situação que iria ser propiciada pela SUDENE; Paulo Henrique Martins faz o seguinte comentário:

"Trata-se, ao contrário, de forças que, no momento de predominância indiscutível do capital monopolista a nível nacional, procuram se atrelar à sua reprodução e assegurar um espaço de sobrevivência na nova e irrecusável situação histórica". (Martins, 1983:72).

Era um grito antecipado para garantir os espaços de sobrevivência. O próprio capital monopolista-associado precisaria da anuência dos setores tradicionais para legitimar suas ações perante o complexo bloco de poder nordestino.

Os que defendiam a política desenvolvimentista argumentavam em defesa da SUDENE, afirmando:

"(...) da necessidade da SUDENE para criar novos empregos, como forma de conter as sociais, acenando também com a possibilidade de criação de colônias agrícolas que permitiria deslocar parcelas da população

para outros Estados, e da nece
sidade de se aprovar os planos
de investimentos da SUDENE, como
pré-requisito de receber ajuda
econômica dos Estados Unidos pa
ra a região". (Apud, Araújo, 1985:
118).

As observações feitas até aqui tornam claro que o que estava em jogo era a luta das facções dominantes tradicionais pela preservação de seus espaços. A estraté
gia usada foi correta, pois conseguiu a garantia de que a estrutura fundiária não seria tocada, bem como seriam man
tidas as relações de trabalho prevalentes no campo, res
guardadas da intervenção do Estado.

Pelo contrário, esse até contribui para a con
centração da renda e de terras:

"A presença do Estado como corpo regulador da atividade econômica local permite a essas classes do
minantes locais, usufruirm de um meio de acesso a uma das prin
cipais fontes de financiamento da acumulação da sociedade capita
lista, constituído pelos emprês
timos bancários, isenções tribu
tárias, construção de estradas e açudes, etc... Desse modo, os grupos locais se incorporam ao 'processo burguês'. (Martins, 1983:73).

A integração do espaço nordestino à política de desenvolvimento pode ser explicada por um conjunto de fatores entre os quais se destaca o compromisso do Governo Federal com a correlação de forças a nível regional, refletindo a SUDENE, a conciliação entre as facções da classe dominante. Pode-se afirmar que, no Nordeste, ocorreu um rearranjo para a redefinição do espaço regional em função das necessidades do capital. Ganharam os grandes grupos econômicos que se instalaram na região, as privilegiadas facções dominantes locais que garantiram, através de financiamento estatal sua sobrevivência, com a exclusão intrínseca da maioria para permitir a eficiência do sistema.

O cerne de nosso argumento é de que o Nordeste não pode ser entendido fora da contextualização brasileira da estrutura dual a que o 'desenvolvimento' regional encontra-se vinculado através de investimentos estatais. A SUDENE seria o instrumento propulsor de atendimento das exigências do capital monopolista-associado instalado no Centro-Sul, conciliando os interesses das facções dominantes locais que detêm o poder. As implicações políticas de criação da SUDENE são bastante claras, implicando numa gama de articulações a nível nacional e regional que culminaria em sua implantação e no estabelecimento de integração diferenciada e subordinada da região ao núcleo mais capitalista do Sudeste do País.

A conclusão possível que se pode chegar é a de

que a criação da SUDENE não ocorreu tão somente para atender aos interesses do capital monopolista-associado, instalado no Centro-Sul, o qual necessitava de áreas para investimento a fim de produzir e reproduzir seu capital, mas também para atender às pressões das facções dominantes locais que exigiam a aplicação de maiores recursos na região; e, como o Governo Federal tinha nos parlamentares nordestinos amplo bloco de sustentação, processou-se a conciliação de interesses que beneficiaria minorias já privilegiadas, sendo assim, equívoco creditar as modificações ocorridas no Nordeste tão somente decorrentes de interesses do processo de expansão do capital monopolista na região.

3. IMPORTÂNCIA E TRAÇOS DE CAMPINA GRANDE

O Nordeste, com seus vários Estados situados no polígono das secas, sofre, por certo, os efeitos das estiagens periódicas e prolongadas, aludidas como fator determinante das desigualdades regionais, mas experimentando diferenciação muito mais ligada à estrutura econômica modernizante da própria re-divisão do trabalho. 'Eleito' para fornecer matérias-primas e força de trabalho em quantidade, o Nordeste permaneceu durante a segunda metade dos anos 50 quase na mesma situação; o Governo Federal usava práticas assistencialistas para acomodar grupos emer

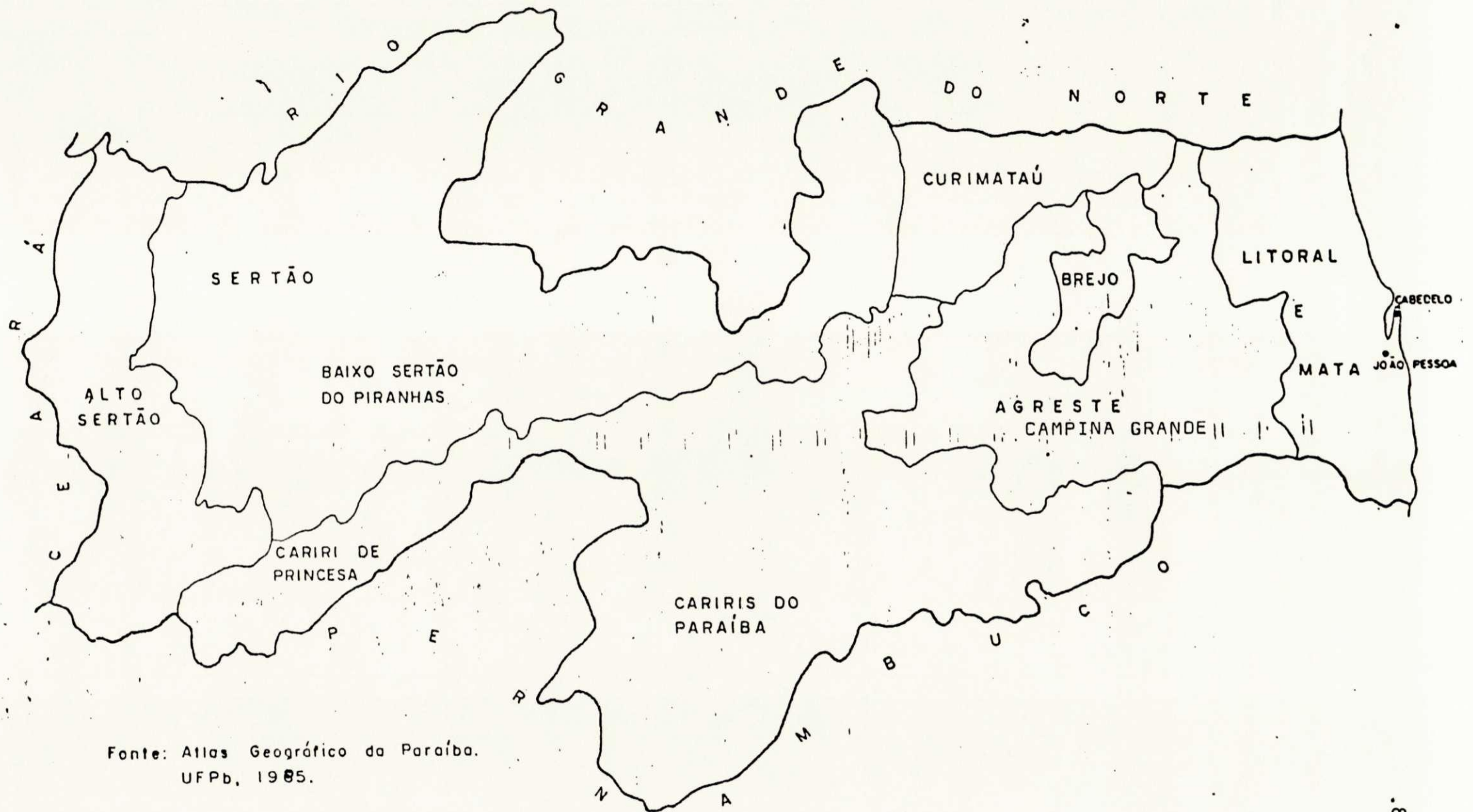
gentes e manter o poder das oligarquias tradicionais.

Campina Grande insere-se neste contexto de desigualdade com algumas especificidades que demarcam sua posição no interior nordestino e a distingue singularmente de outras cidades da região. Tal situação faz de Campina Grande uma cidade polo, pela extraordinária localização; sua equidistância dos grandes centros de abastecimento e consumo, permite-lhe vasta polarização, exercendo influência sobre cinco micro-regiões do chamado Compartimento da Borborema.⁽⁶⁾ O município pertence à micro-região denominada de Agreste da Borborema, apresentando característica de transição entre o litoral e o sertão.

A ausência de maiores obstáculos, permite a Campina Grande exercer forte influência em alguns Estados nordestinos, desempenhando a função de capital regional.

Naturalmente, a proximidade das áreas produtivas (Sertão, Cariri e Brejo) de consumo e escoamento determinadas pela posição geográfica de Campina Grande — como se pode ver no Mapa seguinte — no Compartimento da Borborema são relevantes na redefinição de centro regional importante, como bem afirma Maria Thereza Cardoso:

(6) Campina Grande polariza as seguintes micro-regiões: Agreste da Borborema, Brejo, Cariri Velho, Seridô Paraíba e Curimataú, abrangendo 57 municípios.



Fonte: Atlas Geográfico da Paraíba.
UFPb, 1985.

MAPA I - REGIÕES GEOGRÁFICAS DA PARAÍBA.

"(...) são muitas as aglomerações urbanas, próximas ou não, que dependem de Campina Grande total ou parcialmente. Mas é graças à sua extraordinária atividade comercial (...) que Campina Grande pode ser considerada a rigor, como capital econômica, não só da Paraíba, mas de uma área mais extensa, que ultrapassa, de muito os limites estaduais". (Cardoso, 1964:423).

Utilizando esta situação privilegiada, Campina Grande expandiu-se rapidamente durante a segunda metade dos anos 50. O potencial econômico cunsubstanciado nas atividades comerciais, cada vez mais era impulsionado, caracterizando a cidade como um dos centros comerciais mais importantes do Nordeste.

Maria Thereza Cardoso⁽⁷⁾ realizou, em 1964, importante estudo, onde aponta para a função de Campina Grande como capital regional, analisando em detalhes a importância comercial dessa cidade e sua área de influência.

"(...) existe algo nesta aglomeração que a distingue das demais cidades da região. Sobressai ela (Campina Grande) não só pela organização de seu espaço urbano,

(7) Ver Maria Francisca Thereza C. Cardoso. Campina Grande, e sua Função como Capital Regional. Rio de Janeiro, F.IBGE, 1964.

pois se apresenta como verdadeira urbe, mas, principalmente, no papel que desempenha na vida regional (...)" (Cardoso, 1964: 415).

A importância comercial que Campina Grande exerce nesse momento e o grande fluxo de capital que circulava, refletem-se na vida financeira pelo número de agências de créditos existentes conforme quadro abaixo:

Tabela III - Agências de Créditos Instaladas
1958

DESIGNAÇÃO	Tipo
Banco do Brasil S.A.	Filial
Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A.	Filial
Caixa Econômica Federal da Paraíba	Filial
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Filial
Banco do Comércio de Campina Grande S.A.	Matriz
Casa Bancária Magalhães Franco e Cia. Ltda.	Filial
Banco Auxiliar do Povo	Matriz
Banco Industrial de Campina Grande S.A.	Matriz
Cooperativa Banco Mercantil Ltda.	Matriz
Cooperativa Banco Agrícola de Campina Grande	Matriz
Cooperativa de Crédito Agrícola de Campina Grande Ltda.	Matriz

Fonte: FIEP - Paraíba - Realidade Econômica - 1958:144.

Em todas as suas funções, verifica-se que Campina Grande funciona como cidade de contato, possuindo características de 'cidade mercado', sendo por excelência

centro de comercialização. A cidade se constituia num dos centros polarizados das trocas da economia regional, ao mesmo tempo em que mantinha articulações e contatos mais amplos a nível nacional e internacional.

Tabela IV - Estabelecimentos Comerciais de Campina Grande. 1956

Ramos	Número de Estabelecimentos
Estivas Grosso e Varejo	392
Muidezas	51
Tecidos	50
Ferragens	57
Medicamentos	32
Máquinas	08
Calçados e Artefatos de Couro	28
Algodão e Agave	44
Artigos Domésticos	14
Outras	40
Total	722

Fonte: Paraíba - Realidade Econômica. 1958:143.

Assim, a função desempenhada por Campina Grande como empório comercial, experimentara, na segunda metade dos anos 50, profundas modificações, que demarcaram maior desigualdade em suas funções econômicas, envolvendo atividades comerciais e o aparecimento de outras; a cidade passa a se caracterizar como área distribuidora de bens e

prestadora de serviços. Neste total cerca de 44 empresas dedicam-se ao comércio exportador e importador, principalmente algodoeiro e sisaleiro que tomavam grande impulso.

Por outra parte, o processo de industrialização campinense necessariamente tem que ser entendido a partir de dois momentos: pré e pós SUDENE. Mesmo assim, é de se ressaltar que tanto num momento quanto no outro, a industrialização nunca conseguiu projetar-se sob a função comercial.

No período considerado como pré industrialização, foram criadas indústrias ligadas aos ramos tradicionais: têxteis, óleos vegetais, couro, usinas de beneficiamento de algodão e agave entre outras, com localização dispersa pela cidade.

Nos fins dos anos cinquenta em consonância com o Programa Desenvolvimentista da SUDENE, também vai se constatar que, a nível estadual e municipal, há um esforço no sentido de se dotar a cidade de condições favoráveis através de infra-estrutura que atraísse investidores.

Podemos citar como parte desse esforço a nível de Campina Grande: eletrificação, expansão da rede de abastecimento d'água, reorganização do aparato administrativo local, isenção de impostos. A cidade inseria-se, assim, na 'onda' industrializante alternativa que se apre

senta à vista das facções dominantes locais como meio para garantir sua sobrevivência na nova ordem que se estabelecia a nível Nacional e Regional. A penetração capitalista seguia a lógica nacional e criava condições para sua reprodução, mas, também permitia a reprodução da dominação tradicional. Assim, a industrialização campinense no período considerado como pós-SUDENE, ocorreu conforme os marcos da divisão inter-regional do trabalho e, sua função principal foi a de fornecer insumos para os polos mais dinâmicos da própria região e do Centro-Sul.

Dada sua condição de cidade-entrepósito comercial, a proliferação de fábricas, é indicador também, da mutação que ocorria de capital mercantil para o de capital industrial. Maria Thereza Cardoso afirma que:

" (...) observa-se em Campina Grande uma acentuada tendência à formação de duas zonas industriais ao Sul de Açude Bodocongô, surge uma zona de indústrias de couro, óleos vegetais, papel; no setor sudoeste, próximo ao Açude Velho e à estação da estrada de ferro, aparecem estabelecimentos maiores como a SANBRA, a ANDERSON CLAYTON, RIQUE e outras. A oeste da cidade pode-se observar, ainda, pequena concentração de estabelecimentos industriais espalhadas por toda a cidade, surgem fábricas menores". (Op. cit. p.7).

Com exceção das indústrias ligadas aos setores de beneficiamento do agave e do algodão, no geral trata-se de pequenas indústrias que produzem artigos de uso corrente comercializados preferencialmente para as áreas que a cidade polariza ou onde seu comércio exercia influência.

São relativamente de pouca expressão, as atividades agropecuárias da economia campinense. Mas, apresentando em sua área de polarização, grande leque de cidades com forte potencial agropecuário⁽⁸⁾ que concentram as principais atividades agrícolas do Estado; Campina Grande pode apresentar quadro importante com relação às atividades agrícolas e pecuárias conforme pode-se constatar nas tabelas seguintes:

Tabela V - Campina Grande: Produção Agrícola
(1957)

CULTURA	UNIDADE	PRODUÇÃO
Abacaxi	fruto	1.500.000
Algodão	t	2.718
Agave	t	2.850
Batatinha	t	4.176
Feijão	t	2.472
Fumo	t	420
Mandioca	t	58.600
Milho	t	5.592

Fonte: Paraíba - Realidade Econômica - PI P. 1959:141.

(8) Vale salientar que no período em que delimitamos esse estudo, a zona rural de Campina Grande é bastante extensa, constituindo-se por nove distritos: Campina Grande, Boa Vista, Catolé, São José da Mata, Galante, Massaranduba, Lagoa Seca, Queimadas e Fagundes. Sobre Campina Grande, ver os trabalhos de Josué Silveira. (1982 e 1988).

Tabela VI - Repartição da População Pecuária.
(1957)

ESPÉCIE	NÚMERO DE CABEÇAS
Bovinos	25.000
Equinos	3.300
Asininos	2.200
Muares	2.100
Caprinos	13.000

Fonte: FIEP - Paraíba - Realidade Econômica.
1959:142.

Os dados acima apontam para o fato de que tanto a agricultura como a pecuária nos fins dos anos 50 não se constituíam em atividades principais da economia local. O eixo propulsor que permitia a Campina Grande caracterizar-se como importante centro de trocas não só do Estado como de ampla faixa do Norte-Nordeste, encontra-se na comercialização.

Campina Grande seria o mercado concentrado da produção agrícola e pastoril, cidade atrativo para comercialização, para onde se dirigia quase toda a produção do Compartimento da Borborema e de sua área de influência.

Outro traço do perfil campinense é o de sua função de polo geo-educacional. No período em estudo 56-60 existiam na cidade 10 escolas de nível médio, das quais destaca-se o Colégio Estadual da Prata, que absorvia maior

número de alunos, três escolas técnicas de comércio, que atendiam às necessidades do mercado de trabalho, a Faculdade de Filosofia além da Faculdade de Ciências Econômicas em via de criação. Já em funcionamento a Escola Politécnica - Engenharia -, além de dois Seminários e 380 escolas públicas primárias.

As profundas e rápidas mudanças conjunturais em marcha na década de cinquenta, exigiam da educação, respostas à necessidade da formação de mão-de-obra especializada, uma vez que existia a nível de Nordeste contingente volumoso, mas quase sempre desqualificado.

Vale salientar a importância que terá para Campina Grande e para o Nordeste de modo geral, a Escola do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - que vai suprir a carência de cursos para menores aprendizes e adultos trabalhadores.

Constituindo-se no exemplo de típica cidade de contato, situando-se como ponto de convergência das estradas oriundas do litoral brejo e sertão, Campina Grande seria parada obrigatória daqueles que por circunstância as mais diversas foram expropriados, deixando seu habitat e dirigindo-se às áreas urbanas em busca de melhoria. Campina Grande - dado o papel que representa em sua região polarizada - passa a exercer atração para os migrantes que buscam melhora de vida. Sem poder absorver o excesso de mão-de-obra, passa a ser agravado um dos principais pro

blemas da cidade que já apresenta dificuldades tipicamente urbanas: e, propiciar trabalho à massa imigrante.

As considerações feitas aqui nesse tópico são de caráter informativo e servem apenas para apontar alguns traços de Campina Grande, sua situação de entreposto comercial e cidade mercado; servem para caracterizar a função de Campina Grande dentro do Nordeste, creditando, é lógico, essa posição à principal função e atividade comercial e à própria estrutura da produção do Compartimento da Borborema.

O rápido esboço desse capítulo permite entender a reformulação que sofre o espaço nordestino, a partir da intervenção direta do Estado, via agência de planejamento, com os objetivos de: assegurar a expansão do capital monopolista-associado instalado no Centro-Sul, como também a preservação dos interesses das facções dominantes. A intervenção do Estado no Nordeste não visava conter as desigualdades, mas acentuá-las a nível regional e internamente, o que se constata no predomínio da indústria sobre a agricultura, da cidade sobre o campo, como local de seus principais investimentos.

A reorganização do espaço nordestino visava a integração de mercado, numa relação centro-periferia, onde a Região Nordeste seria dependente e subordinada à hegemonia do Centro-Sul, que seria viabilizado através de uma série de medidas institucionais que culminaram com a

criação da SUDENE. A dinâmica do Nordeste será ditada de fora da região, submetida e subordinada à expansão industrial e especialmente do Sudeste.

CAPÍTULO IV

PODER LOCAL, SOCIEDADE CIVIL E O CEC

Neste Capítulo pretendemos examinar dois momentos: o primeiro consiste em levantar o cenário campinense, ponto necessário para entender a lógica desse estudo, apontando para a compreensão dos mecanismos de poder que permitirão redesenhar a conjuntura local. No segundo, serão analisadas as formas de inserção do Centro Estudantil Campinense na contextualização da cidade, acentuando-se as particularidades de sua atuação política.

Os tópicos que consituem esse Capítulo, estão elaborados a partir do material coletado na pesquisa, onde tentamos encontrar respostas para as interrogações que nos temos feito.

PRIMEIRA PARTE

1. O QUADRO POLÍTICO: 1955 a 1959

A redefinição do papel do Nordeste em relação à divisão nacional do trabalho que se processava no País

mais intensamente na segunda metade da década de cinquenta, leva os blocos locais de poder⁽¹⁾ forçosamente, a redefinirem suas práticas políticas, estabelecendo estratêgias de reciclagem à nova situação.

É neste campo que devemos entender as eleições municipais de 1955 e 59 em Campina Grande, como o momento em que as facções políticas redefinem seus espaços de sobrevivência. As políticas de coalisão passam a ser estrategicamente arquitetadas com a complascência de antigas forças, até então oposicionistas que, a partir de interesses imediatos, com ou sem ressonância nas bases, estabelecem rearranjos e novas correlações de força.

A lógica do pleito municipal de 1955 transparece e define-se, a partir da aliança política protagonizada por Argemiro de Figueiredo (UDN) e seu adversário de um passado recente, Elpídio de Almeida (PSD) que se únem no enfrentamento ao Candidato Severino Cabral (PL).

A necessidade de composições sempre apareceu às facções dominantes como alternativa viável para garantir parcelas do poder.

Na compreensão do processo político transpare

(1) Por bloco de poder estamos entendendo, conforme Poulantzas, a unidade contraditória particular das classes ou facções de classe politicamente dominantes em sua relação como uma forma particular de Estado (o Burguês)... Poulantzas, Nicos. Poder Político e Classes Sociais no Estado Capitalista. Portucalense Ed. Porto. 1971.

cem as implicações que contribuíram para o desfecho dessa aliança. Argemiro de Figueiredo, hábil político, chefe local da UDN, havia ele próprio perdido as duas últimas eleições: em 1950 como candidato a governador foi derrotado por José Américo e, em 1951, quando candidato a Prefeito de Campina Grande, perdeu para Plínio Lemos.

Essa situação de duas derrotas num curto espaço de tempo, somando-se às divergências a nível de bloco de poder estadual, talvez tenha contribuído para a concretização dessa aliança que começou a ser perfilhada na campanha de 1954 para o Senado Federal, quando Argemiro saiu vitorioso.

Argemiro de Figueiredo procurava, assim, justificar sua aliança com Elpídio de Almeida:

"Sempre tive, como homem político, a preocupação em arrebat^{ar} as melhores forças do Estado pelo processo de escolher os melhores em substituição dos que me pareciam mais fracos e menos aconselháveis. Esse critério sempre adotei, não só ao tocante a escolha dos elementos municipais como na escolha dos representantes do Estado e da Nação. É certo que, algumas vezes, cheguei a cometer erros, mas uma das provas que muitos selecionados sob esse critério, mesmo militando em partidos diversos, são tidos,

ainda, como líderes paraibanos incontestáveis". (Tejo, Gazeta, 1983).

Por seu lado, Elpídio de Almeida, antes defensor intransigente do nome de Plínio Lemos para sucedê-lo em 1951, depois, diante das pressões sociais para punir os assassinos de Félix Araújo, tinha agora, como afirma Josué Silvestre:

"(...) um assunto de honra pessoal: desalojar da Prefeitura de Campina Grande todo o resquício da gestão Plínio Lemos".

"Considerava-se culpado pela eleição daquele político, cuja administração foi acusada de irregular pelo Vereador Félix Araújo. O ápice da crise foi o assassinato de Félix, praticado por um servidor da Prefeitura". (Silvestre, 1988:85).

Plínio Lemos, Prefeito Municipal, estava sendo acusado de mentor intelectual do assassinato do Vereador Félix Araújo, líder local de grande expressão popular. (2)

Elpídio de Almeida estava pressionado pelas cir

(2) Com relação ao assassinato do Vereador Félix Araújo e a posição assumida pelo Centro Estudantal, será ainda motivo de análise no corpo deste trabalho.

cunstâncias dos fatos que o obrigavam a concorrer mais uma vez à Prefeitura de Campina Grande, como uma maneira de recompor seu nome perante a indicação feita no passado.

Além disso, as eleições de 1955, representam, também, a disputa das facções políticas dominantes para garantir seus espaços de sobrevivência. O cerne do pleito constitui-se pelo aprofundamento das transformações que ocorriam na sociedade civil⁽³⁾ e na luta para garantir a concentração de poder, num momento em que a política de curral vinha perdendo espaços.

Ganhar as eleições era de fato o que contava; as diferenças partidárias resumiam-se a siglas; as disputas eram conjunturais: a derrota em um pleito não significava uma retirada definitiva da cena política. Novo rearranjo de forças servia para recuperar espaços perdidos. Essa é a significação da campanha política a Prefeito de Campina Grande em 1955.

(3) Considerando a amplitude do conceito de sociedade civil e do debate existente em torno dos escritos de Marx e Gramsci e, não sendo pretensão envereadr por um estudo exaustivo, concordamos com Carlos Nelson Coutinho (1981:88) quando afirma: "Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas apenas as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico". Sendo assim, o termo sociedade civil é aqui utilizado conforme a concepção gramsciana: "Conjunto de organismos vulgarmente chamados de privados e o da sociedade política ou Estado que corresponde à função de 'Hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda sociedade". (Gramsci, 1978:348). Ver também MACCIOCCHI, Marco Antônio, A Favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977 e PORTELLI, Hargues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz & Terra. 1977.

Elpídio de Almeida será candidato com o apoio de Argemiro de Figueiredo, com quem havia rompido em 1947, e defronta-se com Severino Cabral, antigo aliado. Em torno da candidatura de Elpídio de Almeida aglutinaram-se as facções dominantes mais conservadoras, representadas pelos correligionários do Senador de Itararé⁽⁴⁾, principalmente nos distritos, baluarte dos chefes locais; além de contar com o apoio dos setores urbanos maciçamente adversários da administração Plínio Lemos.

Em depoimento a William Tejo, Argemiro de Figueiredo justifica seu apoio a Elpídio de Almeida, afirmando:

"(...) mesmo contrariando companheiros na política de Campina Grande, liguei-me ao Dr. Elpídio de Almeida para fazê-lo retornar como Prefeito ao governo desta cidade. Para tanto, braços dados com Elpídio, travamos uma batalha neste município das mais dolorosas, enfrentando tradicionais forças políticas e até parentes próximos que se opuseram e lutaram contra mim ao lado do inesquecível político campinense, Severino Cabral". (Gazeta, 1983).

(4) Itararé refere-se a fazenda de Argemiro de Figueiredo no município de Campina Grande, onde ocorriam as reuniões para a realização de acordos e conchavos.

De fato, a indicação de Elpídio de Almeida não fora aceita sem contestação; a UDN não conseguiu manter sua unidade; formou-se a dissidência capitaneada por parentes do próprio Senador Argemiro que organizaram um bloco de resistência à Candidatura Elpídio e terminaram apoiando Severino Cabral.

Em claro confronto com o próprio partido que havia tomado a seguinte resolução:

"A União Democrática Nacional, seção deste Município, tomando conhecimento da situação política local resolve:

Outorgar poderes, sem restrição, ao seu querido Senador Argemiro de Figueiredo para tomar a resolução que achar justa e cabível no caso da escolha de Prefeito e Vice-Prefeito e Vereadores para o próximo pleito (...)" (Cit. por Silvestre, 1988:92).

Realizadas as eleições, a vitória coube ao Candidato da UDN/PSD Elpídio de Almeida, Argemiro, figura de maior expressão nos quadros da UDN local, busca alternativa de 'pacificação', reintegrando os dissidentes para garantir o controle da agremiação e usufruir os dividendos da vitória, consolidando definitivamente sua nova estratégia para conseguir perpetuar-se no poder.

Tabela VII - Resultado das Eleições para Prefeito
1955

Nome	V o t o s
Elpídio de Almeida	13.481
Severino Cabral	11.527
Diferença	1.984

Fonte: Josué Silvestre. Op. cit.:108.

Uma das modificações que começa a ser observada pelas próprias facções dominantes já a partir dessa eleição, é o peso numérico do eleitorado urbano, perceptível na escolha estratégica dos candidatos a Vice-Prefeito, ambos médicos: Bonald Filho que concorreu ao lado de Severino Cabral e Severino Cruz companheiro de chapa de Elpídio de Almeida. Conhecidos por suas práticas assistencialistas, eram considerados cacifes para atrair votos dos setores menos favorecidos.

A composição com os udenistas, as articulações com os chefes locais e sua aproximação dos setores emergentes da vida urbana, permitiram a Elpídio de Almeida vencer, mais uma vez, as eleições (1955) para Prefeito de Campina Grande.

Nas eleições municipais de 1959, no entanto, novas estratégias são estabelecidas com a criação e a ampliação de novos espaços de articulação, mediados agora

pela administração Elpídio de Almeida, que estará marcada pelos vínculos com a política desenvolvimentista ensejada pela tonalidade nacional.

Dentro desta perspectiva, o pleito de 1959 torna-se palco de acirrada disputa, envolvendo as facções dominantes locais que buscaram assegurar e legitimar seus espaços de reprodução e sobrevivência no poder.

Dessa forma, a saída de Argemiro de Figueiredo, dos quadros da UDN e seu ingresso posterior no PTB, representou a composição de nova correlação de forças com o desmantelamento de antigos esquemas que se aglutinam para intervir nessa eleição. Isto era comum na política campinense. A característica marcante neste processo é a tradução dos interesses pessoais na disputa dos cargos públicos.

Assim também, Severino Cabral - outro cacique da política campinense -, em função dessa disputa, rompeu com o PL e ingressou no PSD.

Esclarece Josué Silvestre:

"Em fins de 1957, inconformado com a negativa do Governo Flávio Ribeiro, que não entregou a Secretaria de Saúde a seu irmão - o médico Antonio Cabral - o deputado campinense largou o partido e entrou no PSD, não como sol

gado raso mas como general". (Op. cit. 177).

Fica patente neste período, a luta política entre as várias facções e suas lideranças pelo domínio das instâncias de poder. Repetem-se no pleito, os mecanismos de manipulação utilizados nas campanhas eleitorais, objetivando a permanência e o controle do poder.

As novas estratégias de manipulação para garantir a perpetuação no poder, são usadas na campanha de 1959, cujo embate político foi protagonizado por Severino Cabral e Newton Rique. Em que pese a participação diferencial no pleito, ambos possuíam em comum o fato de serem destacados empresários na cidade.

Severino Cabral, por seu lado, dominava através de eficiente sistema assistencialista⁽⁵⁾; enquadrava-se entre os políticos que souberam tirar proveitos da miserabilidade dos setores populares da cidade.

É interessante neste sentido, a afirmação de Marcus Odilon Coutinho:

(5) Através de amplo trabalho realizado nos bairros da periferia de Campina Grande, Severino Cabral mantinha atualizado um fichário pessoal, onde costumava anotar dados pessoais do eleitor e o "favor" por ele atendido. Para melhor esclarecimento ver. Josefa Lúcia Jordão de Sousa, "Agradando a Deus e ao Diabo" — Um Estudo Sobre a Gestão Severino Cabral — Tese de Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, 1988, UFPB. Mimeo.

"Existem, ainda, políticos como Cabral porque existe pauperismo. Campina é a maior cidade do interior paraibano, com edifícios, bancos e indústrias, mas como não podia deixar de ser, o povo de seus bairros sofre as necessidades primárias e urgentes. A miséria em Campina, justifica Cabral". (Coutinho, 1965:175).

Em face das modificações que ocorriam, compreendidas imediatamente pelas facções locais, o Senador Argemiro de Figueiredo, experiente cacique da política paraibana, insere-se nesse novo redesenho das forças políticas, lançando como candidato a Prefeito de Campina Grande, o jovem empresário e banqueiro campinense, Newton Rique, numa tentativa de revitalizar seus esquemas tradicionais.

Neste sentido, Marcus Odilon é enfático:

"Escrupuloso e preciso, alquebrado pelos anos, pelos enfados das lutas, Argemiro em sua Corte escolheu o Delfim, e este é Newton Rique.

É verdade que Newton Rique é progressista, em comparação ao velho cacique. Também, pudera! Os tempos são outros. E tome-se isso como um esforço de sobrevivência e de atualização do Argemi

rismo". (Op. cit. 185).

O lançamento da candidatura Newton Rique inse
ria-se na atmosfera desenvolvimentista com o destaque de
sua situação de banqueiro e industrial vitorioso, que, nes
te contexto, aparecia com credenciais para a realização
do projeto industrial que a cidade exigia.

Pela importância que assumiu perante as facções
políticas locais, o desenvolvimentismo transformou-se, tam
bém, num canal de expressão das candidaturas.

É nesta perspectiva que Newton Rique lançou a
sua plataforma de governo intitulada; "Revolução da Pros
peridade", em que enfatizava principalmente a industriali
zação:

"O processo de industrialização é,
a meu ver, o próprio processo de
civilização e progresso. Farei,
portanto, girar em torno da cria
ção de condições mais favoráveis
à implantação de poderoso parque
fabril em nossa cidade.

Vale a pena lembrar as conclu
sões a que chegaram industriais
paulistas em missão oficial no
Nordeste, quando consideraram
Campina Grande, dentre as cida
des visitadas na região, como
aquela que melhores condições ofe
recia à aplicação de capitais em
em investimentos industriais.

Somente com a instalação de novas indústrias em Campina Grande, pode-se resolver o angustiante problema de desemprego. O pauperismo que domina alta porcentagem dos habitantes dos bairros de nossa cidade, só será eliminado ou atenuado com a oferta de alguns milhares de novas colocações nas atividades remuneradas da indústria.

Não se soluciona a situação de miséria, existente em centenas de humildes lares campinenses, por meios de esmolas ou de precários serviços de assistência, como já se disse na nossa campanha; "Vamos fazer a política dos pobres, não dando esmolas aos pobres, mas fazendo com que os pobres possam viver sem esmolas", (...) a hora do pobre, a verdadeira hora do pobre, chegará, com a industrialização de nossa cidade". (Apud, Silvestre, 1988: 229).

É interessante fazer aqui alguns comentários:

Todo programa de governo tem orientação técnica e política, refletindo, a nosso ver, os compromissos assumidos. Newton Rique é uma parte de uma facção que, por estar na posse de relativo poder econômico, investe no Poder Público, com interesses bastante delimitados, criando condições para investimentos de seus capitais, onde a si

tução econômica de Campina Grande justificaria a prioridade ao processo de industrialização.

A industrialização aparecia assim, aos olhos dos setores mais humildes da população como esperança para reverter sua situação de miséria. Newton Rique procurava atacar o assistencialismo - prática de seu opositor -, dando ênfase à necessidade de soluções duradouras e não meros paliativos.

Efetivamente, durante o transcorrer de toda a campanha, Newton Rique sempre se propôs resolver os problemas da cidade, mediante uma política de industrialização.

O PTB, partido de Newton, procurava seguir a mesma linha de análise de seu candidato:

"Newton Rique não promete esmo_las, não quer viciar sua gente, humilhar ainda mais os desgraçados; promete, sim, trabalho honesto que assegure o pão de cada dia (...)" . Cf. Diário da Borborema - 19.07.59).

A industrialização de fundamental importância para o crescimento de Campina Grande, será o marketing da campanha, Newton Rique, pois, além de apresentá-lo como ferrenho adversário do assistencialismo, que é a marca de seu opositor, faz dele a esperança da implantação de in

dústrias no município.

Ainda no decorrer da campanha, os candidatos apelam para a diferenciação cultural. Severino Cabral, era apresentado pela assessoria de Newton como inculto. Enquanto Newton era tido como jovem culto que o credenciava para o exercício de cargos administrativos, já comprovado por seu comando à frente das Empresas da família Rique.

A estratégia do staff newtoniano em alusão à falta de cultura de Severino Cabral, serviu até certo ponto para polarizar a campanha de 1959. Cabral passou a ser apresentado como 'pai dos pobres', 'homem simples', 'pé de chumbo', aquele que se identificava com os humildes, com os menos favorecidos da periferia da cidade. Enquanto Newton Rique era enquadrado como candidato dos ricos, 'mão de seca', 'punho de renda', denominações que nada tinham a ver com a real situação financeira e social de ambos.

Esses apelidos serviram para ajudar na campanha, estimulando claramente a definição do eleitor por um dos candidatos. Os assessores cabralistas procuravam tirar dividendos políticos nos mínimos detalhes apresentados por seu adversário. O mais importante era assegurar a identificação do candidato com as bases populares.

É o que se observa nas palavras de Cabral:

"Sou um homem humilde e simples.

Não tenho cultura das universidades, mas possuo algo muito maior: tenho o conhecimento dos anseios e da alma popular, não por ouvir dizer, não por leitura de gabinete, não por dados estatísticos ou visitas de última hora aos bairros e distritos campines, mas por uma convivência fraterna, diariamente com comerciários, mães de família humildes, fazendeiros, criadores, funcionários públicos, operários, enfim com todos aqueles que, anonimamente lutam pela própria sobreviência, fazendo construir a grandeza deste município". (Cf. Diário da Borborema, 24.05.1959)

Essa comunicação direta, cada vez mais fortalecida na campanha, bem como a habilidade de Cabral, contribuam para sua identificação com as bases eleitorais.

Dentro deste contexto, a dinâmica da competição, Figueiredo Agra lança uma brochura intitulada de 'Revolução do Polichinelo', em que enumera algumas das contradições da proposta política newtoniana e capta, a seu modo, a dinâmica de competição pelo poder local.

Inicia desmistificando a candidatura de Newton Rique a partir de sua aliança com o que chamou de "oligarquia trabalhista":

"O banqueiro escamoteou uma habilidade que, felizmente, não deu resultado. O seu plano era aparecer como uma novidade, impondo-se por fina força, como renovação. A sua candidatura é um continuismo, procurando disfarces numa linguagem de renovação". (6)

Depois posiciona-se contra a industrialização defendida na 'Revolução da Prosperidade', alegando que certamente, contrariava os interesses de um número acentuado de pequenos industriais do municipal:

"Pois bem, se é o interesse social que regula o fato político, esta candidatura não pode lograr bons resultados. Primeiro porque a plataforma de governo anunciava reformas que afetariam substancialmente, milhares de pequenos industriais, em favor de proteção oferecida às grandes organizações a serem atraídas para Campina Grande, com o objetivo de expandir o seu parque industrial".

(6) AGRA, Antônio Figueiredo: A Revolução do Polichinelo, Considerações em Torno de uma Plataforma de Governo. Editada em plena campanha política de 1959, em oposição ao programa de Newton Rique. É interessante o fato de que essa oposição ocorre através de um sobrinho do Senador Argemiro que procura combater a tese central do candidato do PTB e caracterizá-lo como comprometido com os latifundiários.

Na verdade, antes de ser um programa político, 'Revolução do Polichinelo' era mais um debate em que seu autor procurava apontar nas entrelinhas as contradições contidas no programa político de Newton Rique, que, segundo Figueiredo Agra, mostrava-se inviável diante das especificidades do processo histórico campinense.

Nessa linha de raciocínio é possível afirmar que a demarcação das plataformas de governo era o que na verdade diferenciava os candidatos, cujo processo de conciliação de interesses é perceptível nos resultados do pleito. É exemplar a eleição do candidato a Vice-Prefeito: o eleitor escolheu não o companheiro de Chapa de Severino Cabral - cuja candidatura fora minada pelos próprios blocos dominantes locais, que não confiavam em Lúcio Rabelo, dada sua aproximação com os setores progressistas e com o movimento nacionalista - mas o médico Bonald Filho candidato a Vice-Prefeito pelo PTB.

Os resultados do pleito confirmam a conciliação feita pelas facções em disputa, a assimilação do discurso de Severino Cabral e a abertura para novas composições a nível de bloco no poder.

Tabela VIII - Eleições Municipais
1959

Para Prefeito	Votos
Severino Cabral	16.483
Newton Rique	14.767
Diferença Pró-Cabral	1.716
Branco	658
Nulos	349

Fonte: Josué Silvestre. Op. Cit. p. 269.

A partir dessa eleição, as articulações, os conchavos e arranjos políticos a nível de facções dominantes ocorreram com maior intensidade, de tal modo que será comum, a cada pleito, a aliança de antigos adversários políticos, tudo sendo válido quando está em jogo a manutenção e reprodução do poder oligárquico-familiar.

2. O CAMPO PERDE ESPAÇO NA ARTICULAÇÃO DO PODER MUNICIPAL

A antiga estrutura de dominação alicerçada no eleitorado dos distritos, no voto de mando, nos compromisos com as elites proprietárias, entra num ciclo de declínio que transparece nos resultados eleitorais de 1955 e 59.

Constata-se que a maioria dos distritos não obteve êxito nas urnas, e isso serve de parâmetro para a compreensão da perda de influência dos distritos e eleições em Campina Grande.

Josué Silvestre dá a seguinte explicação para o deslocamento do poder de decisão eleitoral do campo para a cidade:

"O crescimento do eleitorado urbano, a influência dos ^{médicos} de comunicação, o funcionamento das escolas

superiores, o começo, embora in
cipiente, do debate das idéias
nos comícios e nos programas ra
diofônicos dirigidos pelas "alas
estudantis" dos partidos políti
cos, começava a alterar o voto
do eleitorado campinense". (Sil
vestre, 1988:105).

Vale salientar, também, que nesse período esta
va ocorrendo a desintegração das bases rurais, em conse
qüência da forte migração do Compartimento da Borborema
para Campina Grande que tinha com este êxodo aumentado
substancialmente seu contingente populacional urbano.

Tabela XIX - População Campinense

População	1950	1960
Urbana	78.835	126.274
Rural	102.297	81.171
Total	181.132	207.445

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 1950 e 1960.

Os dados estatísticos acima são exemplares para
se verificar a inversão que estava ocorrendo na composi
ção da população campinense e, servem também de indicador
da importância que passa a desfrutar o eleitorado urbano
na elaboração das estratégias de dominação.

Josué Silvestre confirma o que temos dito ao
afirmar:

"(...) o êxodo crescente de famí- lias de todo o interior nordesti
no em demanda de Campina Grande,
aduzia à massa campinense um con
tingente eleitoral totalmente
desvinculado das peias tradicio
nais (...)" (Op. cit. 1980:105).

Essas modificações na estrutura da sociedade campinense aparecem aos olhos das facções dominantes como mais um problema. A necessidade de conter as "ondas migratórias" aparece como desafio para a manutenção de suas bases de sustentação no campo circundante, cujo processo de desintegração estava em curso. Reforçava-se, portanto, a necessidade de novos mediadores para cooptar e garantir o controle das levas de migrantes que chegavam à cidade.

O crescimento do contingente eleitoral urbano é fato decisivo no deslocamento do centro definido das eleições. É possível afirmar que o processo de urbanização que vinha ocorrendo foi logo observado por alguns representantes do poder político local, que, mesmo umbilicalmente ligado ao campo, buscavam novas alternativas para conquistar os votos urbanos, cujo crescimento numérico exigia novas composições e arranjos nas correlações de força.

A forma mais explícita de compreensão desse declínio do eleitorado rural, é-nos apresentada pelo Senador Argemiro de Figueiredo, que rompe, mesmo aparentemente

te, com o velho esquema e busca alternativa de reciclagem de estrutura oligárquica-familiar com candidatos tipicamente urbanos.

As eleições para vereança em 1955, nas quais concorreram maior número de candidatos com base exclusivamente rural, são significantes para atestar o declínio e a perda de importância dos distritos na política campinense. É a consolidação do domínio do urbano sobre o rural.

Nos distritos, base de votação dos caciques do poder legislativo, a campanha transcorre em clima de tensão e de conflito. (Ver Anexo I).

A crise política em que se encontravam os distritos campinenses era reflexo de um momento conjuntural em que os chefes locais percebiam que a situação era adversa a suas pretensões e que as porteiras dos currais começaram a ser abertas, perdendo paulatinamente o controle sobre seus eleitores.

Os resultados eleitorais de 1955, autoriza-nos a pensar que, de alguma forma, as facções dominantes compreenderam e buscaram a reformulação em suas estratégias políticas. A inversão que ocorria com o eleitorado campinense evidenciava que os fatores de legitimação e reprodução no poder ocorreriam agora via setores urbanos. Concorreram com base estritamente no voto distrital os seguintes candidatos:

- . Zacarias Ribeiro - Massaranduba - UDN;
- . Gumerindo Duda - Galante - UDN;
- . José Vital Figueiredo - Fagundes - UDN;
- . João Jerônimo - Lagoa Seca - UDN;
- . Maria Dulce Barbosa - Queimadas - UDN;
- . Agassiz Almeida - Boa Vista - PL.

Desses candidatos, apenas os três últimos conseguiram vitória nas urnas. Os demais eleitos, em número de doze, tiveram votações expressivamente urbanas. Os currais não foram suficientes para determinar os rumos e influenciar nos resultados do pleito. Tais resultados indicavam claramente que a política de currais começava a dar mostras de que iria perder espaço como mecanismo eleitoral, para uma nova forma tipicamente urbana. Daí a necessidade de novas articulações e de arranjos no bloco de poder, a fim de incorporar os setores emergentes à política municipal.

A formação da Câmara de Vereadores é bastante expressiva desse novo redesenhar que se processava nos arranjos de poder local:

"Mário Araújo, Noaldo Dantas, Euclides Ribeiro (PSP) Atassiz Almeida, José Gaudêncio, Aldino Gaudêncio (PL) Evaldo Cruz, João Jerônimo, João de Souza Castro, Maria Dulce Barbosa, Manuel Figueiredo (UDN) Raymundo Asfora,

Pedro Sabino, Oliveiros Oliveira (CST) e Benedito Mota (PSB)". (Silvestre, Op. cit. 105).

Essa composição dará conteúdo expressamente urbano ao Poder Legislativo, ocupado que fora em sua quase totalidade por estudantes e profissionais liberais, todos com vínculos acentuadamente urbanos.

3. CIDADE X CAMPO: AÇÃO POLÍTICA E COMPOSIÇÕES

Nas disputas políticas, encontrava-se implícita a compreensão de que o centro decisório havia se deslocado para o núcleo urbano; os resultados do pleito - já citados -, são de suma importância para a análise dessa manifestação. As eleições de 1959 acentuariam mais ainda o peso do eleitorado urbano, e as alternativas no legislativo campinense.

A esse respeito afirma Josué Silvestre:

"O crescente processo de urbanização de Campina Grande, o intenso debate ideológico da campanha, a liberação do eleitor em decorrência do desenvolvimento cultural da comunidade, empurraram para a suplência, quase todos os representantes do voto

dos currais eleitorais". (Silvestre, 1988:281).

A zona urbana, além de sede do município, passava a contar também com o maior aglomerado populacional e concomitantemente de eleitores, validade percebida – como afirmamos –, por alguns chefes políticos, que, buscando perpetuar-se no poder, procuravam alternativas de reciclagem para seus esquemas, incorporando setores emergentes que personalizavam o urbano, o novo, o moderno.

Esclarece Martha Lúcia Araújo:

"Tornava-se claro que os mecanismos tradicionais de manutenção de poder, não eram mais suficientes. As classes no poder começam a utilizar novas estratégias políticas". (1985:176).

A nova questão que se colocava para as facções e grupos economicamente poderosos, era de como manter e reproduzir sua dominação a nível de poder? A cooptação das lideranças emergentes será uma das maneiras utilizadas pelos setores tradicionais para se revitalizarem e garantirem sua reprodução.

Dentro desta perspectiva é que se pode compreender a crise de poder que experimentam as facções políticas tradicionais e as candidaturas com vínculo totalmente

rural. As tentativas, nem sempre bem sucedidas, de articulação do tradicional/moderno ou rural/urbano, não foram suficientes para garantir os espaços dos coronéis.

Esse trecho de Josué Silvestre é bem elucidativo para a compreensão do que ocorria em Campina Grande:

"O voto de cabresto, em 1959, só mandaria para a Câmara de forma preponderante, os Vereadores Salvinino Figueiredo do distrito de Fagundes e Zacarias Ribeiro, representante da poderosa influência de sua família no distrito de Massaranduba". (Op. cit. 281).

As modificações que ocorriam a nível de Poder Legislativo, representavam a deteriorização do poder alienado no voto rural, concretizado na perda de espaço dos representantes dos distritos, com a consolidação de maior hegemonia do urbano e, forçando o estabelecimento de novos tipos de relação de poder.

Na verdade essa migração em direção aos núcleos urbanos não representava definitivamente ruptura com os mecanismos tradicionais de dominação. Como já afirmamos, essa fase foi compreendida pelas forças políticas locais que se reciclaram, incorporando novos representantes que serviram de mediadores entre os chefes tradicionais e o eleitorado. A cooptação do eleitorado passava por novas

estratégias, apontando para a barganha do voto.

As modificações que, então, se processavam a nível das relações de poder, contribuíram para que se esboçasse a partir dessa eleição (1959) uma representação marcadamente urbana, mas sem propor mudanças mais acentuadas na relação de poder. É patente, pois, a ligação das novas lideranças com os tradicionais coronéis que exercem o mandonismo local.

Portanto, se o processo eleitoral de 1959 representou a desestruturação do poder coronelístico, alicerçado no voto distrital, por outro lado, consolidava novos rearranjos, articulados a partir de modificações internas na relação de poder, o que nos permite concluir que os setores dominantes em disputa, conseguiam sempre conciliar seus interesses.

SEGUNDA PARTE

1. O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE COMO MOVIMENTO SECUNDA RISTA

Frente à complexidade que representa o estudo do Movimento Estudantil e para delimitar melhor a análise de nosso objeto de estudo - o Centro Estudantal Campinense - em sua atuação, numa conjuntura muito particular de Campina Grande, procuramos nos capítulos anteriores apresentar os pressupostos teóricos que norteiam este estudo, permeando-o com a análise das conjunturas nacional, regional e local, procedimento que visa melhor entendimento da própria dinâmica interna do Centro Estudantal.

Assim, para compreender a atuação do Centro Estudantal na efervescente conjuntura dos fins dos anos cinquenta, esbarramos numa das maiores dificuldades: a inexistência de fontes documentais, obstáculo que, em parte, procuramos superar com um trabalho de reconstituição histórica feito à luz de entrevistas e depoimentos com ex-ativistas do Centro Estudantal, além de informações coletadas em jornais da época. Ao reconstituir a história do Movimento estaremos preocupados não somente com a descrição de episódios e personagens, mas também porque uma sé

rie de outras preocupações orienta este trabalho.

2. BREVE HISTÓRICO DO CENTRO

Para se compreender a participação do Centro Estudantal Campinense na sua atuação numa conjuntura muito particular de Campina Grande 1955-60. É necessário apresentar, embora sucinta, um perfil de nosso objeto de estudo.

O Centro Estudantal Campinense - CEC, foi fundado em 06 de outubro de 1935. Tendo como princípio norteador congregar os estudantes secundaristas.

A iniciática de sua organização está ligada a um grupo de estudantes que em viagem à cidade de Fortaleza mantiveram contatos com uma entidade semelhante, que serviu de base e incentivo para a implantação do Centro Estudantal Campinense. (7)

"O movimento estudantil em Campina Grande, foi formalizado em termos de uma associação que tinha a finalidade de agrupar estudantes em torno de suas reivindicações, seus direitos e de sua participação na vida pública". (Promotor Público).

(7) Para o levantamento da História do CEC, pesquisamos alguns números do Jornal Formação. Nos números 17 e 18 de 1952 estão importantes subsídios.

A efetivação da criação da entidade deu-se com a posse da primeira Diretoria que ficou assim constituída: Presidente Porfírio Catão, Vice-Presidente Claudio Agra Porto, Primeiro Secretário José Rolim Guimarães e Atêncio Wanderley Tesoureiro.

A atuação dessa Diretoria limitou-se, pelas próprias circunstâncias, a implantação e estruturação do Centro. Em outras palavras, tirar a entidade do plano abstrato, transformando em realidade concreta.

O Centro Estudantal Campinense surge num momento particular da história brasileira, imperando a dominação varguista, com a repressão pós 1935, o corporativismo da CLT e as ações modernizantes na economia encaminhadas pelo Estado.

O Centro Estudantal, nasce, assim, numa conjuntura política difícil, mas com características e objetivos bastante delimitados.

Sua primeira grande luta foi pela aquisição de um local para seu funcionamento e pela organização da entidade a partir da aprovação de seus estatutos e da criação de diversos departamentos que iriam priorizar os princípios norteadores de sua fundação. Em cujo estatutos acentuava-se os seguintes pontos:

- a. congregar a classe a fim de que haja entre seus elementos a maior solidariedade;
- b. proteger os estudantes pobres que fizeram parte do Centro;
- c. resolver questões da classe e defender seus direitos;
- d. combater o analfabetismo;
- e. desenvolver a cultura física dos associados;
- f. prestar ajuda moral e material às associações congêneres que visem a proteção da juventude a critério da Diretoria. ⁽⁸⁾

Analisando as proposições contidas nos estatutos, vê-se que há preocupação de cunho imediatista, ao mesmo tempo em que se encontra imbutido o antagonismo de interesses que constituem o objeto político que empurra os estudantes para a luta.

O Centro, como ficou conhecido na cidade, iria consolidar-se a cada ano, ganhando expressividade entre as associações representativas da sociedade civil. Neste sentido, além da confiabilidade que a entidade desfrutará junto à população, canalizando e levando a frente suas próprias lutas, o Centro também se transformará numa caixa de ressonância dos problemas campinenses em todas as instâncias.

(8) Ver, Josué Silvestre. Op. cit. 1982:385.

Como aponta o trecho desse depoimento de um ex
-ativista, hoje funcionário público:

"O Centro participou ativamente, muitas vezes como articulista, das diversas manifestações contestatórias, sempre assumindo compromissos públicos diante dos fatos".

Numa mesma perspectiva envereda outro depoimen
to, onde nosso entrevistado relata:

"O Centro era tão respeitado por suas lutas que bastava uma falta d'água na cidade para recebermos mais reclamações do que a companhia de água e a Câmara de Vereador". (Militante Estudantil, ho Advogado).

Assim, o Centro Estudantal vai marcando sua presença na sociedade civil campinense, transparecendo aos olhos da maioria da população não só como entidade estudantil, mas como canal mediador onde se materializavam os reclamos gerais.

Em 1936, é eleita a segunda diretoria, suas ações ainda são de caráter organizativas. Durante essa gestão o Centro Estudantal adquiri personalidade jurídica

e passa a investir em pontos chaves do seu estatuto, principalmente, dando ênfase ao combate do analfabetismo. Assim, antes de completar três anos de existência o Centro já fazia funcionar duas escolas a "Lígia Câmara" e "José Feitosa", ambas subversionadas pelo Poder Público Municipal.

Um dos impasses que o Centro enfrentou com o conjunto dos estudantes ocorreu durante a terceira gestão 1938-40, nesse período foi criado um departamento de fiscalização da conduta dos centristas, sua prática consistia em 'policar' os estudantes em todos os estabelecimentos de diversões. Na prática o corpo de fiscais criado pelo Centro Estudantal, transformou-se em mais um serviço prestado aos empresários, que podiam se livrar dos 'indesejados' estudantes, cuja 'polícia estudantil' tinha autoridade de retirar estudantes do local e confiscar suas identidades sempre que considerasse conveniente.

A primeira metade dos anos 40, presenciaria dois momentos contrastantes na história do Centro Estudantal.

O primeiro, representado pela luta da entidade para garantir sua sobrevivência. Debilitado financeiramente o Centro vive um período de completa inatividade, seu grande problema consistia no decréscimo da participação estudantil, a saída encontrada foi a realização de uma ampla campanha associativa.

O momento seguinte, representa uma nova fase na vida da entidade, que procura sair da letargia em que encontrava-se, e um dos grandes passos foi a reformulação do seu estatuto que possibilitou maior abertura as ações do Centro e sua excursão pelas discussões políticas até então proibidas.

Assim, a partir de 1945 a grande bandeira de luta dos centristas será em prol da construção da Casa do Estudante, local que iria abrigar os estudantes secundaritas que deslocavam-se para Campina Grande a fim de realizarem seus estudos. Aqui cabe um comentário: Inicialmente a Casa do Estudante teria a função de abrigar estudantes pobres, mas na verdade esse requisito não foi seguido e, nas entrevistas que realizamos constatamos que a clientela da Casa do Estudante - inaugurada em 1962 - era formada na sua maioria por filhos de fazendeiros que vinham estudar nesta cidade.

A inquietação política, no início da década de cinquenta em Campina Grande, conduz finalmente à discussão dos temas políticos. Surge aí a preocupação com os destinos da cidade e de como intervir no quadro político local. Essa será a perspectiva que passará a orientar as atividades dos setores mais avançados dentro do Centro Estudantal.

Neste sentido, a organização interna do Centro

Estudantal contribuiu para inserir os centristas nas discussões da problemática local, criando oportunidade para contato mais direto com os reclamos da população.

Como afirma um dos nossos entrevistados:

"Não houve uma luta, um movimento em Campina Grande durante a existência do Centro Estudantal, em que este não estivesse presente. Os estudantes campinenses se inseriam nas lutas gerais". (Hoje líder sindical).

Torna-se importante ressaltar o nível de discussão levada à frente pelo Centro Estudantal, principalmente na década de cinquenta, quando a entidade passa por um período de renovação em seus quadros e marca decisivamente a história de Campina Grande, integrando-se definitivamente às lutas sociais de maneira que não se torna possível dissociar a história da cidade da do Centro, nesse período.

Referindo-se ao Centro afirma Josué Silvestre:

"Aí semanalmente, os 21 'Deputados', que na realidade eram chamados de representantes, dividi

dos em partidos debatiam idêias, apresentavam projetos, faziam discursos numa autêntica escola de lideranças, oratória e regras parlamentares". (Op. cit. 387).

Os indícios mais ou menos claros da posição ocupada pelo Centro na sociedade civil campinense, transparece durante a realização dos processos eleitorais; existia determinado clima público, mobilizando concretamente outras categorias sociais em função de certas candidaturas.

A respeito das eleições da entidade observa um ex-centrista:

"A penetração do Centro Estudantal Campinense era tamanha que a cidade se manifestava com relação às eleições, que eram tão importante na cidade quanto qualquer outra". (Hoje Professor Universitário).

Assim, o processo eleitoral no Centro não ficava circunscrito à categoria estudantil, recebendo adesões significativas de amplos setores, no geral, ocorrendo polarização entre as forças consideradas conservadoras e progressistas que espelhavam o próprio cenário político campinense.

A prática política do Centro, será marcada ora pela aproximação ao poder público, ora por confronto a es se mesmo poder.

Esta oscilação, de certo modo, refletia o bloco no poder e as lutas apresentadas em cada momento.

É preciso lembrar que muitos centristas tinham seus estudos financiados pelo poder público; tal fato era estrategicamente aproveitado para pressionar o Centro quando se posicionava contrário a medidas do Executivo Mu nicipal.

Vejamos o que registrou o jornal centrista, num artigo: "Mais uma vez vitoriosa a classe estudantil":

"O Centro Estudantal Campinense, levando em consideração as atitudes arbitrarias da Prefeitura Mu nicipal, negando-nos verbas vo tadas e aprovadas pela Câmara de Vereadores, decretou oficialmente greve geral de protesto por tempo indeterminada, em todos os colégios da cidade". (Formação, 1957).

É possível afirmar, com pouca margem de ê rro, que o ano de 1955 marcou definitivamente o engajamento do Centro Estudantal nas lutas políticas, como força ati va e organizada.

Essa ativa participação política dos Centristas pode ser compreendida de dois ângulos:

Primeiro, a forte oposição que neste momento vi nha sendo feita ao Prefeito Plínio Lemos, acusado de man dante da morte do Vereador Félix Araújo, levando os estu dantes a se engajarem no pleito municipal de 1955.

Segundo, a participação nos encontros estudan tis, as constantes viagens de suas lideranças, permitiam troca de informações, fazendo emergir a participação na política mais ampla.

"Nos Congressos que participáva mos, como o realizado em Patos em 1957, a delegação centrista destacava-se por sua forte poli tização". (Hoje Professor Univer sitário).

Deve-se considerar, também, que é difícil abs trair das atitudes políticas e manifestações dos centris tas, o caráter ideológico. Há que se levar em considera ção que a entidade dos estudantes não era agremiação par tidária, mas entidade que congregava representantes de facções diferentes, cujo processo de assimilação de algu mas propostas em debate nacional ocorria via Centro Estu dantal.

O Centro estava presente constantemente nas dis cussões dos problemas nacionais, mobilizando a categoria

estudantil e a população da cidade. A estratégia dos estudantes era levada à frente através de comícios, passeatas, debates e paralisações.

No final da década de 50, ocorre o fortalecimento do CEC com a presença de estudantes católicos, cujo Movimento de Ação Católica passava a privilegiar a atuação política. A Juventude Estudantil Católica - JEC passa a influir decisivamente na condução do Centro.

"A JEC dirigia grande número de Diretórios Estudantis; teve influência no Centro e conquistou a entidade a nível estadual". (Hoje Líder Sindical).

Constatamos na pesquisa que o movimento estudantil, em Campina Grande, assumiu grande parte de seu trajeto com caráter reivindicatório, geralmente embasado em questões comuns a outras regiões do País. A nível regional e estadual, estavam em ascensão os movimentos sociais de outras categorias, principalmente, a dos camponeses. Os estudantes, através de seus ativistas - às vezes de forma mais individual do que em nome da entidade -, procuraram marcar presença ativa nos acontecimentos.

O potencial dos centristas em termos de arregimentação, definia-se a partir do engajamento na linha de frente dos fatos. A luta dos estudantes inseria-se na luta geral; prevalecia a política de apoio. A estratégia

adotada era a da 'pressão de massas'. Com base nessa prática no bojo do movimento forjaram-se expressivas lideranças que, do Centro saíram, ingressando na política partidária do Estado, bem como em outros movimentos de várias categorias profissionais.

Melhor compreensão da formação dos quadros políticos do CEC, fará parte do tópico seguinte, quando pretendemos refletir acerca do papel do Centro Estudantal como entidade reprodutora e revitalizadora dos quadros políticos locais.

3. PRESENÇA DO CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 50

Atento à vida política local, o CEC comportou-se de maneira a assumir compromissos públicos, coerentes com seus anos de existência e com sua inserção nas manifestações da população campinense, não deixando de manifestar-se na oportunidade e à hora mesma dos acontecimentos.

"Durante o período de sua existência, não houve um só problema relevante do País ou do Município que não fosse debatido pelos jovens líderes dos estudantes campinenses. Os dirigentes do Cen

tro escreviam proclamações; lideravam reivindicações populares; promoviam conferências, organizavam comícios e passeatas, politizavam o povo (...)" . (Silvestre, 1988:573).

Com relação à participação dos estudantes nas eleições de 1955, como fato precedente foi determinante a crise gerada com o assassinato do Vereador Félix Araújo.⁽⁹⁾ A conjuntura em que se deu o crime evidenciava a crise maior de poder, na qual o assassinato teria sido a gota d'água para agravar ainda mais a situação.

A imprensa deu ampla cobertura ao fato, contribuindo para que, politicamente, houvesse pressão a fim de que os culpados fossem punidos. O fato assumia maiores proporções à medida em que o Prefeito Municipal, Plínio Lemos, era tido como mentor intelectual do crime.

Os estudantes constituem-se numa das categorias mais engajadas no acirramento para que o crime não ficasse impune. A Atuação dos centristas norteou-se prioritariamente pelas denúncias e ativas mobilizações contra o

(9) O assassinato do Vereador Félix Araújo ocorreu em 1953, quando este encontrava-se à frente de uma investigação das contas do Prefeito Plínio Lemos. O Vereador Félix Araújo sofreu a agressão que lhe foi fatal, no dia 13 de julho, sendo o agressor um indivíduo conhecido por João Madeira, funcionário público municipal. No jornal "Formação" de agosto de 1953, os estudantes afirmaram: "agora resta à mocidade procurar seguir a estrada traçada pelo inesquecível e insubstituível companheiro e, ao lado do povo, exigir que se faça justiça".

chefe do Executivo Campinense e extensivamente aos candi
datos que ele apoiava.

Para ter-se uma idéia das denúncias então divulg
adas, destacamos duas que servem para compreender a posiç
ão dos estudantes diante dos fatos naquela conjuntura.

No editorial "Morto Félix Araújo: a mocidade em
punha agora sua bandeira" jornal Formação⁽¹⁰⁾, noticiava
em ampla reportagem o assassinato do Vereador:

"Conhecida a triste realidade for
ram os estudantes as ruas e, na
lisura dos seus protestos veementes, comprometeu-se com o povo
de continuar a luta do seu compan
heiro desaparecido, de empunhar
com a mesma bravura e a mesma ten
acidade a bandeira imaculada da
liberdade e da honradez. Imponentes
comícios realizou o Centro
Estudantal Campinense, protestando
contra os autores intelec
tuais da morte do grande poeta e
solidarizando-se com a cidade
que chora a perda de um dos seus
líderes". (Agosto de 1953)

(10) No número 01 de Agosto de 1953, Formação trazia amplas report
agens com relação ao atentado e morte do Vereador Félix Arau
jo, denunciando seus assassinatos e, exigindo justiça.

Em artigo, "O oficialismo matou um estudante", Noilton Dantas, ativista do Centro, acusou diretamente o prefeito Plínio Lemos como mandante do crime:

"Mesmo se para cada estudante for instalado um processo para cada líder um capanga, para cada denúncia uma bala, mesmo se a câmara aprovar as 'contas' (o que não acreditamos) temos a convicção de que não vencerá essa nuvem de abutres que paira sobre Campina Grande, porque o povo tem uma arma simples, muda, indestrutível: o voto".

E conclui enfaticamente:

"Lembramos aos malabaristas do governo que quem mata um estudante assina a sua própria condenação e um estudante foi morto em praça pública". (Formação, agosto, 1953).

As declarações acima, evidenciam o comportamento que iriam ter os estudantes no transcorrer do pleito de 1955; a orientação será derrotar o oficialismo, constituindo-se num elemento fundamental e de fácil engajamento. Os estudantes passam a atuar em consonância com as oposições. É através do encaminhamento da questão da morte de Félix Araújo, onde melhor se explica a participação dos estudantes no pleito de 1955.

No plano de ação, os estudantes, quase que em sua totalidade, posicionaram-se contra a candidatura de Severino Cabral a Prefeito, privilegiando o cunho oposicionista, coerente com as posições assumidas até então, expressas em diversos pronunciamentos.

De fato, a aproximação dos estudantes com a candidatura Elpídio de Almeida fazia parte de uma estratégia. É o que afirma um de nossos entrevistados:

"O nosso engajamento na campanha do Dr. Elpídio era uma maneira de fortalecer a oposição e derrotar o oficialismo. Não tinha nada contra Cabral; alguns estudantes eram até simpatizantes da sua candidatura e nele voltaram, mas a maioria lembrava os dias negros de 1953". (Ex-militante estudantil, hoje Funcionário Público).

Neste contexto os estudantes denunciavam a fúria dos que estavam no poder, cuja intransigência materializava-se na perseguição aos estudantes e nos cortes de verbas para o Centro.

Numa nota expedida pelos centristas, pode-se notar as denúncias das pressões e atos do Executivo campinense contra os estudantes.

"O Centro Estudantal Campinense vem recebendo diariamente notícias de ameaças feitas aos seus

membros que criticam a administração de V. Excia. e, através deste ofício, os estudantes campinenses sugerem a V. Excia. que preste a ordem jurídica do País a homenagem que ele merece, garantindo a vida dos estudantes que censuram os seus atos à frente do Poder Executivo Municipal e levando-se, se for o caso, as barras da justiça, onde há para todos um tratamento igual e equitativo;

Respeitosamente

Fernando Cunha Lima - Presidente".

Dirigindo-se diretamente ao Prefeito Plínio Lemos, a direção centrista condenava o abuso de poder que parecia natural ao Executivo campinense e, ao mesmo tempo, cobravam o uso da justiça daquele que era identificado como o promotor das perseguições.

A resistência do CEC, naquele momento, não era outra senão a de imprimir às eleições de 1955 caráter oposicionista, cujo fio condutor era a referência ao assassinato do Vereador Félix Araújo. Os estudantes tomaram partido; a candidatura de Elpídio de Almeida passou a ser entendida como aquela que melhor viabilizava a derrota dos responsáveis pelo assassinato do vereador mencionado.

De fato, levando-se em conta essas manifesta

ções estudantis, pode-se afirmar que o caráter oposicionista da luta encaminhada por essa categoria social constituía-se numa das principais forças vigilantes que procurava atuar num esforço de fortalecer as oposições contra o que chamavam de Oficialismo.

Há um consenso mais ou menos generalizado entre os autores do período - entrevistados - de que o apoio Elpidio de Almeida ocorreu não em função dele mesmo, mas, em função dos fatos que a conjuntura apresentava; em razão do objeto prático de impor a derrota ao Prefeito Plínio Lemos e seus candidatos.

No caso, vale lembrar que a lógica do pleito consistia na construção de uma aliança a partir de um bloco de forças heterogêneas para se contrapor ao bloco situacionista, detentor da máquina oficial municipal. Aqui não se colocava ruptura com a estrutura e o estilo de poder oligárquico - visto que os candidatos em disputa pela chefia da Prefeitura campinense eram baseados na sustentação de setores das oligarquias locais - mas reordenação das forças de acordo com os acontecimentos da conjuntura.

Verificamos, pois, que o Centro Estudantal encaminhava a campanha pró-derrota nas urnas para Plínio Lemos, a partir dos reflexos em toda a cidade da morte do vereador Félix Araújo. Neste contexto os estudantes participaram da campanha política, aliando as forças de oposi

ção a Severino Cabral, candidato da situação.

Some-se a isto o seguinte aspecto: durante a votação das contas do Prefeito Plínio Lemos - apontada como causa da morte de Félix Araújo - em dezembro de 1953 - teria ocorrido sério desentendimento entre o então Deputado Severino Cabral e o Presidente do CEC Fernando Cunha Lima.

Diante da crise gerada, o Centro Estudantal divulgou nota onde afirmava:

"As vaias do público, a dolorosa decepção do povo honesto de Campina, foram, então, ouvidas em frente à Câmara. Os estudantes liderados pelo seu Presidente, pré-universitário Fernando Cunha Lima não puderam deixar de se incorporar ao povo e denunciar de pronto os traidores (...) o deputado Severino Bezerra Cabral, perdendo a calma que devem conservar em todos os instantes os homens públicos, tentou com superioridade em arma, agredir o Presidente do Centro. Não fosse a intervenção do povo talvez nosso "líder" estivesse caminhando hoje as estradas por onde trilhou, tão prematuramente o companheiro Félix Araújo". (Apude Silvestre, 1982:378).

Por outro lado, o engajamento dos estudantes no pleito de 1955, pode ser verificado também na disputa à vereança de alguns centristas, que buscavam vaga no poder legislativo campinense. (11)

Comprova-se, a partir da ótica desenvolvida aqui, que a primazia dada à luta nas eleições de 1955, foram cheias de saudosismo e sentimentalismo; a derrota de Severino Cabral deveu-se tão somente ao combate ao chefe do Executivo Campinense, dado seu provável envolvimento no assassinato de Félix Araújo.

Em artigo: "A Tragédia de Félix", afirmava Nazário Pimentel:

"O Prefeito Municipal pensava, Félix, que com a tua morte não teríamos coragem suficiente para prosseguir a procura de provas para lançá-lo à execração pública". (Formação, Agosto 1955).

Por fim, cabe frisar que, ao focar a questão política por esse ângulo, os estudantes não conseguiram visualizar os níveis de rearticulação do bloco dominante para manter-se no poder. Não se levou em consideração o fato de Félix Araújo ter sido peça-chave na eleição de Plínio Lemos e, assim ter contribuído para a própria es

(11) No pleito de 1955 concorreram e conseguiram vagas na Câmara de Vereadores os seguintes ex-militantes do CEC: Raymundo Asfora, Noaldo Dantas e Oliveiros Oliveira.

tratégia das facções dominantes de reprodução de sua hegemonia no poder. Rompendo com antigos aliados e, incorporando outros, viabilizaram-se as medidas necessárias para garantir seu espaço de sobrevivência.

Ao se concluir o pleito com a vitória do candidato oposicionista Elpídio de Almeida, encerrava-se, também, um ciclo de mobilização até então levado à frente pelos centristas.

4. O DISTANCIAMENTO POLÍTICO POSTERIOR

Diferente de 1955, quando os estudantes tiveram expressiva participação nos acontecimentos políticos e procuraram influir nos rumos dos resultados eleitorais, em 1959, percebe-se um refluxo do movimento estudantil em relação às atividades e ao tipo de envolvimento na grande política local.

O envolvimento dos estudantes ocorria conforme a maneira como os conflitos locais transparecessem e viessem à tona, envolvendo a categoria estudantil. Os centristas estavam ocupados em mobilizações de cunho imediatista da sociedade campinense. As questões em torno das quais os estudantes mobilizavam-se com maior frequência eram: a falta d'água, aumento das tarifas de transporte, aumento das entradas de cinema, aumento do pão e outros gêneros

alimentícios, contra atos do poder local, contra medidas das direções dos colégios entre outras.

Convém lembrar, ainda, que os estudantes não tinham visão do processo político como conquista de espaços, com ganhos e perdas que ocorriam a cada eleição.

É pertinente a afirmação de um militante estudantil acerca da participação de 1955:

"Nossa preocupação era apenas banir da Prefeitura de Campina Grande, os assassinos de Félix Araújo". (Militante Estudantil à época, hoje, Funcionário Público).

A falta de compreensão da política a longo prazo, levaram os centristas a investir em resultados imediatos. Concluído o processo eleitoral, ocorria o distanciamento da política partidária, fato que demonstrava a falta de maturidade do movimento, enquanto só alguns estudantes deslocavam-se do Centro e partiam diretamente para a disputa de cargos eletivos.

Para o Centro, neste momento, despontava o engajamento nas lutas reivindicatórias locais, muito embora essas não deixassem de representar a luta política. Era o reflexo da entidade em relação à intensa atuação que vinha marcando sua presença no cenário campinense entre os

anos 53 a 56. Os ativistas do Centro não se davam conta de sua capacidade de intervir no processo político de 1959.

O eixo das lutas havia sido deslocado para a defesa de reivindicações imediatas, através de ações práticas que reproduziam a situação de carência da cidade com relação à falta de equipamentos urbanos.

A necessidade de fortalecimento da militância política era não só patente como também exigência que se colocava para os centristas, principalmente com a conquista de parcelas de poder por ex-centristas.

Com o objetivo de conseguir dados que nos ajudassem a perceber a representação que faziam os estudantes sobre a necessidade ou não da participação política, fizemos nas entrevistas a seguinte indagação: como era a relação do Centro com seus ex-ativistas que se elegiam vereador e vice-versa?

A grande maioria afirmou existir distanciamento perceptível. Afirmação de um ex-ativista que se elegera vereador no pleito de 1955:

"(...) a partir do momento em que era eleito, o estudante tornava-se uma autoridade pública. A cidade apresentava muitos problemas e quase não havia tempo para irmos ao Centro discutir com os estudantes". (Estudante à época

ca, eleito Vereador, hoje Funcionário Público).

Diante do depoimento acima esboçado é importante observar a ênfase dada à figura do Vereador enquanto representante do conjunto da população. No entanto, a manutenção e fortalecimento dos vínculos com o CEC parece não ter sido compreendida, sendo deixado em segundo plano. Em nosso entender, a criação do espaço de discussão que se constituía no canal mediador entre o ex-ativista - então Vereador - e a entidade, possibilitariam a consolidação dos projetos políticos e as articulações mais sôlidas nas eleições seguintes.

O desfecho do arrefecimento e distanciamento evidencia-se nas eleições municipais de 1959, nas quais os estudantes apresentaram-se com apoio variado entre os candidatos majoritários, refletindo-se essa dispersão nas bases, e no insucesso eleitoral de antigos centristas que concorreram à reeleição. (12)

É importante registrar que a capacidade de mobilização tornava o CEC entidade privilegiada e de pressão. Mas o que se observa, em nítido contraste com a situação anterior do pleito de 1955, é que houve na eleição de

(12) Entre estes estavam Noaldo Dantas e Oliveiros Oliveira. Mas ganharam a eleição outros centristas como: Ronaldo Cunha Lima e Raymundo Asfora. No entanto, não se pode creditar as vítórias destes ao engajamento e ações do Centro Estudantil, mesmo que tenham iniciado suas atividades públicas na entidade estudantil.

1959, acentuado declínio da participação estudantil na atividade partidária, cujo envolvimento político passou a ser opção individual.

A nosso ver, o caráter embrionário da participação na política não permitiu aos estudantes acompanharem os rearranjos por parcelas do poder e, à medida em que se afastaram desse campo de luta política oligárquica, ocorreu bem maior aproximação estudantil nas lutas gerais da sociedade.

Assim, os estudantes não estavam passivos, pelo contrário, estavam imbuídos de motivação mais imediata. Enquanto nas eleições de 1955 houvera envolvimento direto no pleito, depois delas notou-se inserção mais intensa nas lutas gerais de Campina Grande.

A participação estudantil no pleito de 1959 traz bem esse tipo de não engajamento.

"Estávamos cientes de que nossa função era lutar pela melhoria não só do ensino, mas de vida. Essa luta ocorria em função de problemas presentes". (Ex-Ativista Estudantil, hoje Funcionário Público).

A necessidade de interferir nos rumos da sociedade local, em seu presente, foi percebido pelas lideranças do CEC. É, nessa circunstância que se justifica a rup

tura profunda com o novo campo que se abria com a possibilidade de participação direta em parcelas do poder.

5. LABORATÓRIO DE LÍDERES

O Centro Estudantal Campinense, consolidou sua atuação e seu posicionamento na sociedade civil, ganhando expressividade, destacando-se entre as associações existentes na cidade. (13)

O Centro ficou conhecido como a melhor "escola política" da Paraíba, apresentando, como característica singular, a formação de quadros com militantes que dele saíram e projetaram-se na política partidária, nos movimentos so

(13) Conforme dados da FIEP, existia em Campina Grande, no ano de 1959, as seguintes entidades associativas:

Indústria:

- . Sindicato dos Trabalhadores em Oficina Mecânica de C. Grande;
- . Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Campina Grande;
- . Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Campina Grande;
- . Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de C. Grande;
- . Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Curtimento de Couros e Peles de Campina Grande;
- . Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Campina Grande;

Comércio:

- . Sindicato dos Empregados do Comércio de Campina Grande;
- . Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro de Campina Grande;
- . Sindicato dos Empregados do Comércio Armazenador de C. Grande;

Outras Entidades:

- . Sindicato dos Empregados de Estabelecimento Bancário de Campina Grande;
- . Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários de Campina Grande;
- . Sindicato dos Lustradores de Calçados de Campina Grande.

FONTE: Paraíba. Realidade Econômica - Problemas - Roteiro para Investimento - FIEP - Campina Grande, Paraíba. 1959. pp. 91-93.

ciais, como já frizamos.

Na afirmação de um de nossos entrevistados, o Centro reproduzia em sua estrutura interna as instituições políticas dominantes:

Era impressionante como a gente reproduzia o esquema dominante; era uma coisa formal, negócio tipo câmara de vereador". (Ex-militante, hoje Professor Universitário).

A estrutura formal do Centro era constituída pela Diretoria Executiva, várias secretarias e o importante Conselho de Representantes, formado a partir dos colégios, constituindo-se em mini-legislativo, privilegiando os debates, quer de temas específicos, quer de temas mais gerais. A nível dos colégios existiam os Diretórios e os grêmios literários.

Não é simples coincidência que o CEC tenha capacitado politicamente muitos de seus membros que, justamente no período desse estudo, deixaram a entidade e ingressaram na política institucional.

Podemos genericamente caracterizar o CEC, nesse momento, como entidade que mais gerou quadros para a política local. De simples entidade associativa, no desenvolvimento dos anos cinqüenta, o CEC foi assumindo postura nitidamente política, em parte decorrente da grande capacidade que o Centro adquirira para mobilizar e arregimentar a população campinense em torno de lutas e necessidades básicas, convertendo-as em movimento de reivindicações sociais contra os organismos públicos.

É nesse processo que emergem do bojo da entidade para a política ampla, permanecendo alguns deles até

hoje, figuras como: Ronaldo Cunha Lima, Evaldo Gonçalves, Raymundo Asfora, Fernando e Ivandro Cunha Lima, Oliveiros Oliveira, Noaldo Dantas, Josué Silvestre, Evaldo Cruz, Antonio Figueiredo Agra e tantos outros.⁽¹⁴⁾ O lugar ocupado pelo CEC oferecia condições para o primeiro estágio de participação na vida pública.

É conveniente frisar que o relacionamento do CEC com a sociedade civil campinense ocorria principalmente através de seu engajamento participativo nas lutas sociais, levando o Centro a avançar no sentido de assumir mais claramente, a luta política.

Mais uma vez, é preciso insistir no fato de que essa pujança do CEC teria contribuído para o surgimento de lideranças cuja atuação vinha repercutindo na cidade e criando condições para o ingresso de alguns desses ativistas na disputa política partidária.⁽¹⁵⁾

(14) A título de ilustração, apresentamos alguns dados da biografia política de dois ex-centristas que são exemplares para mostrar como se processou o carrerismo político.

Ronaldo Cunha Lima ingressou na política partidária em 1959, elegendo-se vereador pelo PTB. Em 1963 foi eleito Deputado Estadual pelo mesmo partido. Em 1969 é eleito Prefeito de Campina Grande, tendo em seguida seus direitos políticos cassados. Regressa à política em 1982, sendo eleito novamente Prefeito, atualmente é candidato ao Governo do Estado da Paraíba.

Raymundo Asfora elegeu-se vereador pela primeira vez em 1955. Em 1958 é eleito Deputado Estadual. No pleito seguinte disputa uma vaga na Câmara dos Deputados, ficando na suplência. Em 1977 é eleito Vice-Prefeito de Campina Grande; posteriormente elege-se Deputado Federal. Em 1986 é eleito Vice-Governador, não assumindo o cargo por ter cometido suicídio.

(15) As condições para o ingresso na política partidária de expressivas lideranças do Centro Estudantil Campinense, ocorreram através da participação nas lutas gerais da sociedade local. Ao manifestar seu posicionamento, os Centristas ganhavam credibilidade para participarem com possibilidades de êxito na política partidária campinense.

Somente a participação ativa no Centro, poderia ensejar condições para o projeto político separado da entidade. Há que ser levado em conta o projeto pessoal dos estudantes militantes, que, em alguns casos, utilizavam-se da entidade.

À luz desse questionamento, podemos retomar José Augusto Guilhon (1977:88) quando afirma:

"A participação dos estudantes é tanto mais intensa quanto a organização estudantil a que estão filiados, é mais politizada".

Em suma, o ingresso desses ativistas estudantis na disputa por cargos públicos, não se constituía num plano de ação do Centro Estudantal; representava, sim, aspirações individuais para as quais o Centro contribuía, enquanto escola política e disseminadora de nomes.

Ao destacar esses fatos, não pretendemos evidentemente negar a existência de outras posições no Centro Estudantal naqueles anos. Estas, porém, se organizavam enquanto oposição, numa fase em que ainda não se expressava no meio estudantil uma insatisfação que pudesse levar a derrota daqueles estudantes que se reversavam na direção da entidade. Desde 1960, no entanto, uma frente única de setores nacionalistas, comunistas, socialistas e cristãos

É articulada com o objetivo de intervir de forma diferenciada no pleito de 1961, na tentativa de fazer retomar o Centro as suas origens.

A meu ver, começam a se notar aí os primeiros sinais de uma progressiva mudança na atuação do Centro Estudantal. Proponho-me aqui a descrever e analisar um dos aspectos centrais dessa trajetória: A crescente participação dos centristas nas lutas específicas dos movimentos e da sociedade civil campinense e sua ruptura com a política partidária que ocorria através de alguns ativistas que utilizavam-se da entidade para desenvolver seus projetos pessoais.

No interior do Centro Estudantal, ou seja na composição dos seus quadros dirigentes, ocorreu até 1960 uma hegemonia de estudantes que de alguma maneira utilizavam-se da entidade para a promoção dos seus próprios nomes e com isto credenciando-se para as disputas por cargos públicos.

A função de trampolim político ao qual o Centro foi submetido na década de 50, se constituirá no eixo contestatário das eleições para a renovação de sua diretoria em 1961.

A crítica ao carreirismo aparece então de forma abrangente nas eleições de 1961, num visível confronto entre as forças tradicionalmente ocupantes da entidade e as novas lideranças emergentes.

Neste momento as lideranças mais expressivas passam a ser desempenhadas por Derly Pereira e José Santos ambos saíram candidatos. O primeiro com o apoio do Partido Comunista e o outro representando a Juventude Católica.

A partir das manifestações de repúdio ao carreirismo ocorridas em vários colégios campinenses e das constantes denúncias de irregularidades cometidas, a diretoria que encontrava-se à frente da entidade viu-se forçada a não lançar candidato, procurando no entanto, fazer coligações o que de imediato não foi aceito por nenhum dos candidatos em disputa.

O importante para o propósito deste estudo, é registrar que a abertura para as lideranças não ligadas a estrutura tradicional, representa um divisor de águas na história do Centro Estudantal.

Neste sentido, as eleições de 1961, são exemplares, podemos dizer que estas constituíram-se na mais tensa e agitadas da vida da entidade. No entanto, foram as mais organizadas e politizadas a nível estudantil. Concorreram cinco candidatos: Derly Pereira, José Santos, José Izi

dro, Joaquim Pereira e Martinho. A vitória coube a Derly Pereira. Que nos afirmou:

"Na época comentava-se reviver o Centro de Félix Araújo, fazer o mesmo voltar a sua origem, até meu diploma foi entregue pela filha dele, Tamar".

O desfecho desse processo parece ter contribuído decisivamente para emergir gradualmente no interior do Centro Estudantal, uma tendência que iria conduzir finalmente a discussão das questões específicas dos estudantes e sobremaneira, uma participação mais constante nas lutas populares.

Assim, logo após a posse de Derly Pereira, os Centristas participam ativamente de vários protestos da população campinense contra aumento de passagens, contra a carestia, contra a falta d'água, a panela vazia, entre outros.

Com outras perspectivas e objetivos, o Centro Estudantal pós 60, abandona as batalhas estritamente de cunho político. As mudanças ocorridas no interior da entidade podem ser confirmadas pelo fato de que a partir de 1960, nenhuma liderança tenha sido forjada no Centro com objetivo de ingressar na política partidária, podemos ainda dizer que a partir de então, o Centro Estudantal não teve um ativista disputando cargos políticos.

Neste período, a crise política brasileira, aprofundava-se cada vez mais e os estudantes, também em Campina Grande, passaram a ser alvo de campanhas difamatórias, visando atingir diretamente o Centro Estudantil. Desde 1963, que o principal jornal de circulação na cidade, vinha acusando os estudantes de comunistas e aliciadores de menores. Essas ações contra a entidade era motivada pelas constantes campanhas feitas contra o proprietário dos Diários Associados, a quem os estudantes considerava entreguista.

Neste contexto de intensificação da mobilização popular em geral, das atividades estudantis em particular, ocorre o desfecho final da crise política com o golpe de 1964. Como afirmamos, a luta desenvolvida pelos estudantes campinenses, através do C.E.C., não estava dissociada do contexto brasileiro. Assim, também, será penalizado com as ações repressivas que se desencadeiam a seguir.

Neste sentido, a ação repressiva contra o movimento estudantil, em Campina Grande, será concomitantemente com a desenvolvida no restante do País. No golpe, praticamente todas as lideranças são detidas, fichadas e liberadas em seguida.

As perseguições realizadas em Campina Grande imediatamente após 64, arrefeceu os movimentos, constituindo-se mais em ameaças e perseguições do que propriamente prisões, mas elas por si só já eram suficientes para reduzir o nível de manifestação que vinha ocorrendo.

Em decorrência desse quadro pode-se afirmar, que no começo da década de 60, compuseram-se no Centro Estudantal, a partir de então, atitudes e manifestações que refletiam uma prática diferente na entidade. Tais ações seriam castradas pelo aparato de repressão estabelecido com o golpe militar de 1964.

Apesar das ações repressivas desencadeadas a nível nacional contra o Movimento Estudantil, o Centro Estudantal continuou existindo, sob a tutela de um interventor militar. Embora a partir daí já se pudesse perceber descenso na atuação da entidade a qual estava vedada quaisquer ação, manifestações ou pronunciamento. O Centro agora estava atrelado a fiscalização dos órgãos oficiais promotores da tomada do poder.

Tal existência não iria significar a adesão restrita da categoria estudantil ao projeto golpista, embora isto houvesse sido tentado. Não se concretizando, perdeu-se o sentido com as facções no poder pós 1964, mantem o Centro Estudantal aberto.

6. C.E.C. - REPRESENTATIVIDADE OU LEGITIMAÇÃO DE PROJETOS PESSOAIS?

A segunda metade da década dos anos 50, caracterizou-se também como período de efervescência política. As greves multiplicaram-se em Campina Grande. As oposições movimentaram-se para intervir no processo sucessório

municipal. Aos poucos, por fatos já comentados, os centristas descobrem a necessidade de intervir politicamente, fato que ocorre com a integração na política partidária local de alguns de seus principais líderes.

"O assassinato de Félix Araújo praticamente nos levou num primeiro momento, a tomarmos partido e engajarmo-nos nas eleições". (Funcionário Público Municipal).

A questão que precisa ser colocada é: como se apresentava ao conjunto dos estudantes essa aproximação lenta, mas gradual, dos Centristas, à política partidária?

A nosso ver, essa aproximação ocorria naturalmente, sem nenhum questionamento. Isto por quê entre os Centristas alguns eram ligados por vínculo de parentela aos chefes políticos locais e outros foram envolvidos pela atmosfera de realizar seus projetos futuros. Quando um de nossos entrevistados afirma que os ex-centristas perdiam o vínculo com a entidade ao assumirem postos eletivos, deixa entender que estava se colocando o projeto peçoal, cuja possibilidade de realização encontrava-se estritamente ligado à aproximação com as facções dominantes em disputa, que viam nos centristas, elementos novos para reproduzirem suas estruturas de poder.

Ao mesmo tempo em que o Centro era considerado entidade da sociedade civil, muito mais respeitada em Cam

pina Grande, em seus quadros era fomentada a reprodução de práticas políticas consideradas tradicionais, muitas vezes levando ao distanciamento entre a cúpula da entidade e suas bases.

Um articulista do jornal Formação afirmava, tentando justificar esse afastamento:

"Enquanto uma minoria trabalha dia e noite em prol dos problemas mais sérios dos estudantes, estes nem se limitam a dar a honra de suas presenças em uma de suas sessões ordinárias e extraordinárias".

E conclui:

"Talvez pensem que usufruimos de vantagens materiais, talvez pensemos sem outras coisas mais". (Fialho - 1957) (16)

Essa minoria, de que se fala acima, são aqueles que, na direção da entidade, conseguem traduzir e sistematizar as necessidades coletivas, procurando arregimentar e mobilizar o conjunto do movimento estudantil e outros setores da sociedade civil, a partir das lutas sociais

(16) Matéria assinada por Fialho; não temos informação se se trata de nome próprio ou pseudônimo.

ciais. Seria dessa minoria que despontariam vários cen
tristas para a política local.

O Centro vinha caminhando numa discussão cre
cente dos temas políticos e abria, assim, espaço para que
suas mais importantes lideranças se projetassem na vida
pública.

Para fins deste estudo, interessa destacar que
a identificação de alguns centristas com a política parti
dária trazia à luz deste movimento interesses camuflados,
embasados nas modificações que, estão, se processavam, en
gendrando o surgimento de novas estratégias políticas.

As análises das resoluções dos Congressos em ge
ral têm servido para caracterizar as alterações do movi
mento estudantil campinense, em relação à grande políti
ca.

Eis alguns pontos da Declaração de Princípios
aprovada no 2º Congresso dos Estudantes Secundaristas, já
mencionado:

- " - (...) Somos pela continuidade do Regime De
mocrático, por ser esta a única forma de go
verno compatível com a dignidade humana;
- Somos pela revisão de todos os Acor
dos In
ternacionais capazes de comprometer a sobe
rania dos Países sub-desenvolvidos;

- Somos pelo voto do analfabeto por compreendermos que a Democracia é o governo da maioria;
- Somos pela industrialização do Nordeste por ser esta uma das regiões do País menos protegida pelos Poderes Públicos, apesar da grande contribuição que dá para o desenvolvimento nacional". (Anexo II).

Com base nisso é possível confirmar a tendência expressa entre os estudantes de participação na vida pública, intervindo através de seus encontros na política mais ampla. Nesta circunstância o movimento passa a servir de legitimador do projeto individual, favorecido pela canalização das aspirações da categoria e da sociedade como um todo.

O momento-chave que permite compreender o porquê do vir à tona - mesmo camuflado - o projeto político pessoal, deve ser buscado, a nosso ver, junto às condições favoráveis que a conjuntura apresentava. O Centro Estudantal ganhava a cada dia confiabilidade, a partir de sua inserção nas lutas imediatas da sociedade civil campinense; a forma de atuação política dos centristas fazia deles novos mediadores a serem disputados pelas facções dominantes locais.

Isto configurava-se a partir das eleições municipais de 1955, quando os principais ativistas do Centro

Estudantal iriam galvanizar as opiniões através de alianças com as facções dominantes em disputa por parcelas de poder e sequiosos de quadros que revitalizassem seu domínio.

Neste sentido, é conveniente apresentar fatos, segundo informações de um ex-centrista, hoje promotor público:

"As forças ligadas ao Senador Argeiro de Figueiredo se debatiam e se conflitavam dentro do Centro com as forças que faziam oposição ao Senador de Itararé".

Em síntese, a partir de 1955 definiu-se gradualmente a penetração e a influência dos chefes políticos locais na vida interna do Centro, culminando com a crescente participação de parcelas de sua militância na política partidária:

"As tendências políticas, da política local partidária, de política de paróquia, refletia-se no Centro que era um caldeirão de todas essas forças que se chocavam aqui em Campina Grande". (Promotor Público).

As mudanças verificadas a partir da segunda metade da década de cinqüenta, conjugadas com as pressões de ascensão social, fazem com que a via política partidária

ria presente-se, para muitos, como alternativa e perspectiva de futuro profissional.

É imprescindível ressaltar, também, como já fizemos anteriormente, que as bases rurais de sustentação de poder local vinham se desintegrando a cada eleição. Nessas condições, abriam-se oportunidade nas facções dominantes para a integração de novos elementos que viessem, sobretudo, revitalizar e contribuir com características urbanas para as velhas práticas políticas em decadência.

O espaço político aberto pelo Centro Estudantal, acabou sendo canalizado e personalizado por alguns de seus militantes que, no decorrer de suas trajetórias políticas, distanciavam-se cada vez mais da entidade. Entre os centristas que conseguiram canalizar para si a popularidade que desfrutava a entidade destacam-se: Félix Araújo, Raimundo Asfora, Ronaldo Cunha Lima, Ivandro Cunha Lima, Noaldo Dantas, Noilton Dantas, Evaldo Gonçalves, entre outros.

Dessa forma, repetem-se a nível de Centro Estudantal, os mesmos mecanismos de cooptação e de manipulação que as facções dominantes utilizam para revitalizar seus quadros, ocorrendo isto em função do próprio interesse, de alguns militantes em transportarem-se para a política institucional e, assim, fazerem carreira.

7. A ARTICULAÇÃO DO CEC COM OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS

Uma vez examinado alguns aspectos referentes ao Centro Estudantal Campinense na conjuntura de 1955-60, torna-se necessário abordar a questão das relações entre o Centro e outros movimentos sociais.

Nesta ótica, devemos registrar que em Campina Grande existia, na época, cerca de dezoito entidades associativas. No entanto, eram instituições que, embora expressivas dentro da sociedade civil, mantinham distanciamento da população, à medida em que não criavam vínculo consistente de mobilização, limitando-se, em sua maioria, a desenvolver atividades de caráter assistencialista, prática aliás que contava com o aval do poder público local.

Martha Lúcia (1983:195), afirma:

"(...) os movimentos populares na cidade, não fugiam ao controle da classe no poder".

Josefa Lúcia Jordão (1985:105) segue o mesmo raciocínio:

"A relação entre o poder público e o campo sindical passou também pelo assistencialismo, através de doações promovidas pela Prefeitura".

Com relação ao controle das entidades é importante frisar que isso ocorria em função de dois eixos: um controlado por militares do Partido Comunista Brasileiro - PCB e outro, sofrendo influência direta dos chefes políticos locais.

De acordo com Martha Lúcia, neste período existiam duas exceções:

"O Sindicato dos Bancários se constituía uma exceção, neste período. A separação entre capital e trabalho já estava bem delimitada para esta categoria. Em conjunto com o movimento estudantil, participou dos principais movimentos reivindicatórios dos trabalhadores". (Op. cit. 194).

O distanciamento entre os estudantes e a maioria das entidades em Campina Grande pode ser explicado, em parte, pelo forte controle estatal sobre as entidades, contribuindo, sem dúvida, para restringir seus espaços de atuação e reforçar o conteúdo 'pelego' de algumas delas, freando a criação de articulações com outras entidades.

A aproximação que o Centro Estudantil mantinha com o Sindicato dos Bancários pode ser explicada, em boa medida, pelo forte contingente de estudantes que também exerciam atividades bancárias.

A preocupação do poder público em minimizar as tensões sociais e garantir o apoio das entidades associativas contribuía para denegrir sua imagem no seio da sociedade campinense. O atrelamento sofrido pelas entidades levava à perda de identidade e de confiabilidade dentro de suas próprias bases.

O Centro Estudantal adotaria postura de distanciamento das entidades que sofriam o controle paternalista.⁽¹⁷⁾ Por outro lado, parece ser contraditório, o fato de o próprio Centro ter usufruído das práticas assistencialistas. Na verdade, os centristas aproveitavam-se da situação para melhor instrumentalizar a criação de estrutura que desse suporte a sua linha de atuação. O Centro usufruía disso, mas mantinha postura, no mínimo crítica, frente ao poder local.

Desde modo, é possível afirmar que o CEC não se colocou totalmente à margem dos acontecimentos; no entanto, preocupava-se em se engajar nas lutas em que os protagonistas mantivessem suas identidades e demonstrassem semelhança com os estudantes.

Se, de um lado, os estudantes encontravam dificuldades em ampliar seus espaços de articulação com ou

(17) A ação paternalista desenvolvida pelo poder público, ocorria através de doações, criando brecha de controle e aproximação com as lideranças.

tras entidades, é sabido, também, que era forte a pressão exercida sobre as diversas categorias que buscavam se organizar.

No entanto, este período em estudo revela-se muito rico a nível de organização, tanto em Campina Grande, como no Nordeste, principalmente no campo com o surgimento das Ligas Camponesas. (18)

Naquele momento colocava-se, também, para os estudantes o enfrentamento da questão de vida do homem do campo, e de como intervir no meio rural.

Campina Grande no momento - como já nos reportamos -, teve sua população acrescida por levas de camponeses que se dirigiram para a urbe. Deixar o campo para morar na cidade poderia acarretar transformações na maneira de vida de cada um, mas nunca modificações na escala social. Na cidade, o camponês continuava enfrentando a mesma situação adversa. Os arredores de Campina Grande transformaram-se em locais propícios para a emergência de algumas Ligas. (19) Os estudantes tomaram parte dessas ligas, sobretudo lutando pela permanência do camponês na terra em que morava e trabalhava.

(18) No que diz respeito ao Movimento das Ligas Camponesas, Ver: AUED, Bernadete W. A Vitória dos Vencidos - Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas 1955-64. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1986.
BENEVIDES, Cesar. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1985.

(19) Os bairros campinenses onde ocorreram as primeiras encenações da criação de Ligas Camponesas foram os do Cruzeiro e do Tambor.

No depoimento dos entrevistados podemos ver, porém, que não existia por parte dos estudantes discussão ideológica referente ao movimento das Ligas Camponesas:

"A nossa preocupação, o desejo de intervir, ocorria em função da miséria em que se encontrava o homem que vinha do campo para as periferias de Campina Grande".
(Promotor de Justiça).

Vale salientar que a relação de alguns estudantes com partidos de esquerda, favoreceu sua aproximação com o movimento camponês. O Centro não teve envolvimento direto; isto ocorria, principalmente, através de seus militantes.

Em suma, o Centro Estudantal Campinense nunca se manteve isolado das lutas gerais da sociedade civil campinense. Ocorria, sim, a inexistência de articulação mais ampla, que não passasse pelo referente do poder público, cuja intervenção nos movimentos sociais visava sua manipulação. O processo de atuação do CEC seria interrompido brutalmente em 1964 pela intimidação e a forte repressão desencadeada pelo Estado.

O dilema que se colocará para os Centristas, será o de escolher entre serem instrumentos da representação da categoria e manterem sua identidade e credibilidade perante a sociedade, ou se submeterem ao controle das

facções políticas do poder local. O Centro até sua desativação fará opção pela independência frente a essas facções, mantendo postura de combatividade em alguns momentos ou de apoio do poder público quando necessário aos propósitos da entidade.

8. A UTOPIA DESENVOLVIMENTISTA ATINGE O C.E.C.

A data de 1955 indica de modo direto a abertura do Centro Estudantil para as manifestações políticas, refletindo a mais democrática, mas também a mais difícil atmosfera vivida pelo País.

O período posterior a 1955 caracteriza-se pela manifestação do pensamento nacional-desenvolvimentista no CEC que se apresenta como corrente dominante no seio da entidade.

Observando o conjunto de reivindicações, posicionamentos e atividades políticas do Centro, é possível afirmar que o desenvolvimentismo, presente na sociedade brasileira, ganhava cada vez mais espaço no interior da entidade, evidenciando-se através das chamadas lutas gerais das quais participava o movimento estudantil de Campina Grande.

O Segundo Congresso dos Estudantes Secundaris

tas, realizado em Campina Grande em 1958 sob os auspícios do Centro Estudantal, apresentou enfoque nacional-desenvolvimentista. O documento final do conclave estudantil é enfático ao apontar o fato de que o desenvolvimento do Nordeste ocorreria via industrialização. (20)

Neste contexto é possível afirmar que os Centristas também estivessem envolvidos no mesmo processo político-ideológico do Brasil da época, na crença de que o desenvolvimento do País viria com a industrialização. Não sendo, pois, estranho que o Centro Estudantal tivesse atravessado, por contradições e ambigüidades próprias de uma categoria social - cujo quadro de referência geral baseava-se muito numa visão da conjuntura nacional - momentos muito difíceis.

A nosso ver, os centristas não conseguiram perceber que o projeto desenvolvimentista privilegiava o capital internacional e setores da burguesia local que a ele estavam associados.

"O Centro esteve sempre presente, por intermédio de sua diretoria, nas discussões acerca do Nordeste; discutia-se, inclusive, a criação de um organismo regional de industrialização." (Ativista Estudantil hoje Promotor Público).

(20) Ver anexo a declaração de princípios aprovados no II Congresso de Estudantes Secundaristas da Paraíba em 1958.

Motivados e influenciados pela conjuntura nacional favorável e pelas discussões a nível regional, os centristas participaram ativamente de todas as manifestações em prol do desenvolvimento do Nordeste, não significando que estivesse clara a compreensão da desigualdade regional como parte da própria lógica do capitalismo instalado no Brasil.

De fato, ao privilegiar, em sua atuação mais ampla, as questões reivindicatórias da população campinense, os centristas deparavam-se com dois níveis de problemas: desemprego que se acentuava com o êxodo rural e a miséria gerada pelo atraso em que estava mergulhado o Nordeste como um todo.

Campina Grande constituía-se nesse processo, um caso singular apresentando-se como centro regional importante, exercendo primazia numa vasta área nordestina, posição que começa a perder na segunda metade da década de 50, época em que se inicia efetivamente a política de industrialização controlada pelo Governo Federal no Nordeste.

O desenvolvimentismo apresentava-se aos olhos da população campinense, incluindo-se a categoria estudantil, como novo tempo que se caracterizaria pela melhoria do padrão de vida em consequência da política de investimento via Órgãos Federais na cidade.

O mito do "desenvolvimentismo", com possível di

minuição das disparidades e de subordinação ao Centro-Sul, não permitiu aos centristas, de imediato, perceberem que o desenvolvimento gerenciado pelo Estado, ocorria dentro da lógica de divisão inter-regional do trabalho a qual aceleraria as desigualdades na exploração da região.

Assim, os centristas ao elegerem também a industrialização como "salvação do Nordeste", embarcaram no projeto da burguesia industrial instalada no Centro-Sul, a qual visualizava na região, a expansão de seus capitais. Isto ocorreria de fato via intervenção do Governo Federal, através da SUDENE, exercendo forte controle nos órgãos regionais existentes.

A história subsequente mostrou que os estudantes do CEC embarcaram num projeto utópico de desenvolvimento. O discurso modernizante diagnosticava a necessidade que tinha o bloco no poder, de alcançar amplo respaldo, cujos mecanismos tradicionais não serviam mais para o processo de cooptação e de mediação entre as instâncias de poder e os segmentos emergentes da sociedade.

Deste modo, favorecido pelas condições que a conjuntura apresentava, o CEC iria transformar-se em porta-voz das aspirações de progresso de amplos setores da população campinense. Era daí que emanava a luz, a visão difundida na cidade sobre o modelo desenvolvimentista, modelo que se esgotaria na década de sessenta, inaugurando-se, a partir de 1964, nova fase na política do País.

9. FORMAÇÃO: O ÓRGÃO INFORMATIVO DO C.E.C.

O jornal "Formação" foi editado pela primeira vez em 1936. Seu objetivo principal seria o de relatar os acontecimentos mais importantes do movimento estudantil campinense.

Em sua primeira edição que circulou em agosto de 1936, lê-se a justificativa que norteou sua fundação:

"Não se poderia compreender uma sociedade exclusivamente de estu
dantes, que não tivesse uma are
na larga para delinear as idéias
oriundas do cérebro estudantil".

"Formação" era definido como jornal humilde den
tre os humildes, mais elevado entre os elevados, forte
dentre os fortes, sublime dentre os sublimes. Era uma ten
tativa de personalizar mais o lado estritamente estudan
til, sem adentrar-se em questões religiosas e/ou políti
cas.

Em seus aspectos imediatos, as matérias veicula
das em "Formação", apresentava fatos quer a nível de ques
tão específica estudantil, quer a nível da problemática
geral, sem contudo, apresentar posicionamento transparen
te; a oscilação entre o envolvimento político e as ques
tões de cunho estudantil, ocorreram intensamente, visto

ser proibida através de estatuto, a publicação de maté
rias políticas e religiosas.

É desnecessário dizer que a própria integração do Centro na sociedade civil campinense fez com que seu jornal também sofresse evolução. Mesmo que "Formação" não apresentasse nenhuma análise teórica dos fatos, o conteú
do de suas matérias serviam como denúncias que apontavam para o caminho a ser trilhado pelos centristas.

O assassinato do Vereador Félix Araújo, por exemplo, constituiu-se no principal assunto do jornal, quando as denúncias e cobrança da punição dos culpados pe
lo crime rechearam as páginas do jornal, ao mesmo tempo, em que solicitava a população que desse resposta negati
va à situação nas eleições municipais.

As condições em que o jornal sobrevivia, ⁽²¹⁾ as proibições impostas em estatuto, além do crescimento de tendências oposicionistas no interior do Centro, contri
buíram para o surgimento de mais um periódico dedicado aos estudantes; a "Tribuna do Estudante". ⁽²²⁾

Mesmo seus principais diretores afirmando que:

"(...) este jornal não se consti

(21) O Jornal "Formação" subsistia da venda de exemplares, de colaboradores e da publicidade; sua circulação era mensal, sendo algumas vezes interrompida por problemas financeiros.

(22) A iniciativa de fazer circular mais um jornal estudantil, era a manifestação transparente da presença no Centro de diferentes correntes políticas. A dissidência camuflada feita através da Tribuna do Estudante era encabeçada por seus diretores: Evaldo Gonçalves e Noaldo Dantas.

tui concorrente e nem adversário do Órgão oficial do Centro Estudantal Campinense; acontece, porém, que os estudantes campinenses sempre tiveram desejo de possuir um jornal onde pudessem debater suas idéias, sem a mesma vigilância e pressão".

Esta justificativa ocorria em função de a direção do Centro haver constituído uma comissão para revisar os trabalhos a serem publicados no jornal, vetando as matérias consideradas inoportunas.

Se a meta de Formação era expressar os problemas e os interesses dos estudantes, como entender a existência de uma comissão de veto?

Nas entrelinhas dessa questão está implícita a disputa pelo controle da entidade. O surgimento da "Tribuna do Estudante" realça a politização dos estudantes que se manifestam mais intensamente e faz transparecer o impasse daquele momento político.

Em várias ocasiões, essa constatação aparece:

"Daqui desta tribuna todos poderão debater seus problemas, ávidas e opiniões. Aceitamos as mais diversas colaborações, sem olharmos a cor partidária, ou credo político. O nosso lema cons

titui a síntese dos postulados democráticos". (Tribuna do Estudante, 1956).

Através do processo de luta interna e do debate, aos poucos o jornal oficial do Centro abre espaço para as discussões políticas. Ocorre, em parte, pelo impulso e entusiasmo de alguns articulistas ante as teses políticas discutidas tanto a nível local como a nível nacional.

Em suma, o Jornal conseguiu catalizar o interesse dos militantes estudantis, através de sua participação nas lutas do período, apresentando os acontecimentos e sua importância no contexto social da época; "Formação" sofreu também a influência das correntes políticas que estavam à frente do Centro, e, de certa maneira, contribuiu para a evolução gradual no sentido de politizar os estudantes.

CAPÍTULO V

NACIONALISMO E REFORMA AGRÁRIA NA VISÃO DO C.E.C.

É impossível desconhecer o papel que o movimento estudantil brasileiro - principalmente a UNE -, desempenhou com relação ao Nacionalismo e à Questão Agrária no País. Guardando as devidas proporções, o Centro Estudantil também enveredou pela discussão da temática nacional, participando ativamente das manifestações galvanizadas, dos dois movimentos que ocorriam na cidade, naquela época.

Este capítulo tem por objetivo examinar como a Ideologia Nacionalista e a Reforma Agrária foram assimiladas e difundidas pelos Centristas.

Torna-se impossível discutir tais temas em sua versão local, sem referência ao processo mais geral, mesmo que não esteja nos limites deste trabalho uma contextualização mais ampla. Quando menos porque permite a compreensão de algumas especificidades da presença dos Centristas nesta dimensão da conjuntura nacional.

É fundamental citar as teses nacionalistas, que se encontram expressas num manifesto distribuído pela Frente Popular Nacionalista:

- "1. Revisão dos tratados, convênios ou acordos que impeçam, com limitações ou discriminações, acesso da produção brasileira ao mercado mundial;
2. Legislação adequada no sentido de estabelecer normas que respeitem o que seja considerado justo com compensação de empréstimos ou investimentos que evitem a superflua drenagem para o exterior do dinheiro nacional (...);
3. Defesa intransigente dos estoques das reservas do País;
4. Defesa da indústria brasileira, contra a opressão ou sabotagem, cujos lucros são remetidos para o exterior;
5. Defesa contra assaltos jurídicos, domínio ou proposital esgotamento de fonte de matéria-prima nacional necessária à indústria brasileira (...);
6. Defesa das organizações estatais de monopólio já constituídas com aprovação do Poder Legislativo Nacional;

7. Legislação que permite a restauração e o melhoramento da frota nacional de longo curso a fim de que possa ser aumentada a capacidade de transporte dos barcos brasileiros;
8. Estímulo ao desenvolvimento da eletrificação e à melhoria dos transportes;
9. Estímulo ao estudo e à aplicação da energia atômica para fins pacíficos;
10. Estímulo à desobstrução de rios que possam servir de vias suplementares de comunicação e transporte;
11. Defesa da cultura brasileira, no que se refere aos seus padrões tradicionais, ou seus valores históricos (...);
12. Estímulo à indústria do cinema nacional e sua permanente defesa;
13. Estudos, debates e consultas sobre os problemas fundamentais ligados à economia, à justiça social e aos dispositivos constitucionais que assegurem a defesa do patrimônio e da soberania nacionais". (Apud. Silvestre, 1988:122).

Cada uma destas teses revela nitidamente, o conteúdo nacionalista do movimento, manifestando também os conflitos de interesse que, inclusive, transcederam o âmbito

bito nacional. A expansão do Movimento Nacionalista geraria seu contraponto - o anti-nacionalismo, surgido no País e, como se sabe, com apoio externo.

É relevante perceber-se que, por conta do Movimento Nacionalista estruturaram-se outros modelos de desenvolvimento que forçavam as facções no poder a se reciclarem, estabelecendo nova combinação de interesses, em que a burguesia conseguiu levar adiante seus projetos, configurando o chamado nacional-desenvolvimentismo.

Considere-se, também, que a ideologia nacionalista conseguiu cooptar o apoio de diferentes segmentos da sociedade civil brasileira. Não foram raras, como se sabe, as manifestações de apoio recebido.

Como bem afirma Francisco Weffort (1980:25):

"O nacionalismo constituiu-se, sem dúvida, a partir do governo Kubitschek, em centro de polarização ideológica. Ainda os grupos políticos, cuja formação é anterior a este período, viram-se obrigados a tomadas de posição que, de uma ou de outra maneira, giravam em torno desta forma dominante de consciência social. Resultou que o nacionalismo não apenas se impôs a si próprio como ideologia, como obrigou a ideologização de quase todo debate político. Não apenas exigiu

reconhecimento como ideologia do minante como obrigou a explicita ção das demais posições políti cas, constituindo-se no critério de balizamento de toda a situa ção brasileira; foi também, o principal critério ante o qual os diversos grupos políticos se definiram". (1)

No início do Governo Juscelino, cada vez se tornava mais evidente o peso que o Nacionalismo passaria a ter na política institucional e mesmo no âmbito da so ci edade civil. (2)

1. O DEBATE NACIONALISTA CHEGA AO CENTRO ESTUDANTAL

Nesse quadro, a medida em que se aguçava a con tradição entre nacionalistas e entreguistas, gradativa mente foram engrossadas as fileiras nacionalistas apoi a

(1) Essa visão sobre o Movimento Nacionalista espelha a opinião de Francisco Weffort. Visão ampla do Nacionalismo está contida nos autores já citados no corpo deste trabalho bem como em Octávio Ianni: O Ciclo da Revolução Burguesa. Petrópolis, Vozes, 1985, Parte II.

(2) A análise feita pelos Centristas da situação econômica do País, baseava-se nos fatos que a conjuntura apresentava e na ação parlamentar do Deputado José Joffily, expoente maior do Nacionalismo na Paraíba, com o qual os centristas tinham grande aproximação.

das maciçamente por setores da sociedade civil. Os princípios do nacionalismo, cada vez mais passaram a ser empunhados pelo setor estudantil, refletindo numa atuação mais intensa nos acontecimentos da vida nacional.

Com a compreensão de que o Centro Estudantal, não deixou de se manifestar, na oportunidade dos acontecimentos, partimos para verificar como o Nacionalismo marcou a atuação do C.E.C.

No entanto, é preciso compreender que o Centro é resultante do contexto histórico no qual estava inserido, refletindo de forma mais ou menos clara, a complexidade ideológica presente na conjuntura.

No período iniciado em 1955, o CEC irá se envolver na divulgação das teses nacionalistas, transformando-se num espaço propício para o seu debate.

Neste contexto, os estudantes engajados no Centro Estudantal, principalmente nos setores mais ativos, deram importante contribuição à disseminação das idéias nacionalistas em Campina Grande.

Todavia, somente em 1957 é quando iria ser instalada a secção campinense do Movimento Nacionalista Brasileiro - MNB, no qual os estudantes secundaristas tiveram importante atuação. (3)

(3) Ver a esse respeito o interessante estudo feito por Josué Silvestre intitulado: Nacionalismo e Coronelismo, principalmente os Capítulos 11, 13 e 15. op. cit. 1988.

Conforme Josuê Silvestre (1988:128) a fundação do MNB Campinense:

"(...) teria influente papel na vida política do Município (...)"

Em nota divulgada em "Formação" (Julho 1957) os centristas tomavam posição diante do nacionalismo:

"Seguindo o dignificante exemplo dos colegas das principais cidades brasileiras, a juventude da Rainha da Borborema organizará a secção campinense do Movimento Nacionalista Brasileiro (...)"

E continuava o texto:

"Lutando pelo ideal comum de ver a Pátria economicamente emancipada, as sociedades que melhor representavam a juventude de Campina Grande - Centro Estudantil Campinense e Grêmio Literário "Machado de Assis" - patrocinarão, em conjunto, debates e conferências sobre o assunto".

A data de 1957, sugere apenas que, de maneira mais direta e explícita, compuseram-se no CEC, a partir de então, atitudes políticas e manifestações de pensamento que refletem, à maneira estudantil, o complexo quadro

ideológico formado na sociedade brasileira. (4)

No mesmo documento os Centristas fazem referência à Imprensa, principalmente àquela comprometida com o entreguismo.

"A Imprensa vendida ao estrangeiro queima os seus últimos cartuchos numa agonia indescritível forjando mil argumentos para estancar a avalanche poderosa que segue triunfal e galhardamente em busca da redenção da Pátria.

Em nossa cidade, como em todo o Brasil, os jornalistas que vendem a pena aos trustes, engendram tese antinacionalista no intento de impingí-las aos incautos. O engodo, a ignorância e mentira são a essência dessas teses".

E adverte:

"A mocidade está alerta e continua na vanguarda reivindicadora do povo".

(4) As questões da política ampla marcaria, no início da segunda metade dos anos cinquenta, mudança fundamental no eixo das mobilizações estudantis. A partir daí o movimento apresentava-se em defesa do Nacionalismo, participando na Conformação de um quadro geral de resistência do meio estudantil ao anti-nacionalismo.

Para os centristas, a bandeira do anti-nacionalismo era uma tática divisionista com a qual tentavam isolar e enfraquecer os líderes e os setores da sociedade que propalavam o nacionalismo.

A reação estudantil, de imediato, limitou-se a denunciar o fato através do Jornal "Formação". A atitude dos centristas visava, sobretudo, fortalecer a organização da seção campinense do Movimento Nacionalista Brasileiro.

Em Campina Grande, tal movimento constituiu-se a partir de uma frente formada por diferentes tendências, desde empresários comprometidos com a causa nacionalista até integrantes de partidos de esquerda e militantes estudantis.

Observa Josué Silvestre (1988:129):

"Nos congressos estudantis universitários e secundaristas da época, as bancadas de Campina Grande marcaram presença com uma intensa atuação nacionalista, divulgando as teses do movimento e, articulando a eleição dos dirigentes em função de seu maior ou menor comprometimento ideológico".

Por sua vez, o Movimento Nacionalista em Campina Grande tinha nos Diários e Emissoras Associados forte

inimigo. O jornalista Assis Chateaubriand, seu todo poderoso proprietário, era tido por suas práticas, como entreguista. (5)

De forma bastante sintomática, os integrantes da seção campinense do M. N. B. inauguraram, através da Rádio Caturité, um programa destinado exclusivamente a divulgar as idéias nacionalistas. (6)

Na imprensa o jornal o "Semanário", assim anunciou o evento:

"Campina Grande, cidade-líder do Comércio paraibano e o maior do Norte-Nordeste brasileiro, não poderia ficar atrás. Desse modo, os integrantes do M.N.B. campinense inauguraram o primeiro programa radiofônico no Brasil, que se destina exclusivamente à propagação das idéias nacionalistas (...)" . (Apud, Silvestre, op. cit. 137).

(5) Em Campina Grande, o jornalista Assis Chateaubriand, era proprietário de duas emissoras de rádio e um jornal diário que estava a serviço da divulgação das teses anti-nacionalistas.

(6) Programa Semanal de meia hora 'Voz Nacionalista' dirigido e apresentado por Josué Silvestre era patrocinado pelo Deputado Federal Drault Ernany, cujo envolvimento em defesa das teses nacionalistas encontrava-se relacionado pelo seu direto interesse em refino de petróleo. O mesmo era um dos principais acionistas da Refinaria de Manguinhos". Informações colhidas em Silvestre, op. cit. 129.

Os Centristas procuravam cada vez mais reiterar suas posições e participar no debate dos problemas nacionais. Gradualmente, ia crescendo a convicção da necessidade de participação que se exprimia através de campanha e movimentação nacionalistas. Essa convicção nacionalista firmariar-se-ia na descoberta de que a luta pela liberdade passava necessariamente pela independência econômica.

Em "Formação" (07-1957) os Centristas afirmavam:

"A mocidade que em outras oportunidades já demonstrou seu valor e sua coragem cívica, não abandonará essa marcha gloriosa, porque quando a vitória concretizar-se a Pátria estará livre e poderosa:

AVANTE MOCIDADE DA PARAÍBA!
AJUDEMOS NOSSOS COLEGAS DE TODOS
OS ESTADOS, NA LUTA PELA SALVAÇÃO
DO BRASIL!".

O fato de os estudantes tomarem posição em defesa do nacionalismo fortalece o que afirmamos no capítulo anterior, quando fizemos referência à politização dos centristas. Nossa opinião é de que o nacionalismo pode ser considerado como a mais clara expressão da definição dos objetivos centrais do movimento estudantil, neste momento, em Campina Grande.

Retornamos ao ponto básico desta análise, ou seja, ao invólucro ideológico do papel desempenhado pelos estudantes com relação ao nacionalismo, mostrando que eles não eram meros agentes passivos, reagindo conforme se apresentasse a conjuntura. A contestação da movimentação estudantil em torno do nacionalismo revela o estado de inquietação e a insatisfação reinantes na sociedade civil, decorrentes das condições sociais e econômicas daquela época.

Isto evidencia que, ao mesmo tempo em que os estudantes envolviam-se com política mais ampla através do nacionalismo, o projeto de interiorização de ascensão social colocava-se, impulsionando os estudantes a terem destacada atuação nas lutas sociais, explicitando seu descontentamento com a situação vigente.

De maneira geral, o Centro Estudantal mobilizou-se mais acentuadamente, a partir de 1957 em defesa das teses nacionalistas, não perdendo a oportunidade para expressar seu compromisso diante da situação que a realidade lhe apresentava.

É preciso compreender que, neste período, a distribuição de renda permitia, dentro dos limites, incorporar os maiores setores emergentes da sociedade, proporcionando ao Estado mecanismos de legitimação e de cooptação das lideranças, fato que não ocorreu em Campina Grande.

Os estudantes, principalmente os engajados no Centro Estudantal, tiveram papel crucial na divulgação e

no movimento nacionalista a nível local, revestidas, em sua grande maioria, na luta contra as multinacionais instaladas na cidade e contra os políticos paraibanos identificados com elas e tidos como entreguistas.

Um dos alvos das manifestações nacionalistas dos centristas foram as multinacionais do algodão instaladas na cidade.

De acordo com Martha Lúcia (1985:50):

"(...) aqui a SANBRA e a ANDERSON CLAYTON, que se encarregam de remeter grande parte da produção algodoeira para o exterior. Os lucros obtidos com a compra e venda do algodão comprado a preços inferiores aos custos de produção, permitem que estes representantes do capital internacional transfiram grande parte da riqueza para o exterior, privando a região polarizada por Campina Grande de utilizar o processo de acumulação em benefício 'próprio'".

Essas empresas eram apontadas como desorganizadoras do espaço econômico local, à medida em que estabeleciam concorrência desigual com o setor industrial, bem como impunham preços inferiores aos plantadores de algodão. É contra o monopólio dessas multinacionais que se desenen

volveu grande parte da luta nacionalista na cidade.

É pertinente ressaltar o fato de que na Paraíba a liderança nacionalista era exercida pelo Deputado campinense José Joffily, com o qual os centristas mantinham estreito vínculo.

Esse trecho de um discurso pronunciado pelo então senador Ruy Carneiro é bastante significativo:

"(...) o deputado José Joffily lidera um grande movimento nacionalista na Paraíba, com sua inteligência, fulgurante e seu saber (...)" . (Apud, Silvestre, 1988: 154).

Uma última constatação; é impressionante como os centristas assimilavam o Nacionalismo como salvação da Pátria que, em muitas ocasiões, era apresentado como única saída para o País.

Não transpareceu durante a pesquisa, se os estudantes tinham ou não clareza do papel mediador do Estado que ajustava sua dominação através da penetração do capital externo com a ideologia nacionalista.

Se, por um lado, o Nacionalismo ganhava maior expressividade no Governo de Juscelino Kubitschek, por outro, esse governo foi responsável pela criação de facilidades, através de incentivos que permitiam a entrada avas

saladora do capital monopolista internacional no Brasil.

O Centro Estudantal seria, assim, vitimado pelo mesmo mal que envolvera a maioria dos movimentos sociais no País. Integrara-se ao movimento, cujo aliado maior era a própria burguesia interessada em garantir seus espaços, cuja ideologia nacionalista servia para ensejar sustentação e legitimidade a esses mesmos interesses. A medida, porém, em que o Movimento Nacionalista ganhava adesões e expressividade a nível local, constituía-se num polo catalizador. Dentro do Centro Estudantal pode-se muito bem observar esse processo.

Em suma, o que ocorreu com o Centro Estudantal foi comum a todos os movimentos sociais no Brasil: participar de um projeto burguês, buscando tirar dividendos, às vezes esquecendo que as transformações maiores ocorriam pela intermediação do Estado e que este estava comprometido com o capital internacional.

2. A PRESENÇA DO CEC NO DEBATE DA QUESTÃO AGRÁRIA

A concentração fundiária intensificada no Brasil a partir da segunda metade da década de 50, ⁽⁷⁾ trouxe

(7) Para um acompanhamento mais detalhado da concentração fundiária brasileira consultar Schilling, Paulo. "Da Estrutura Agrária Brasileira". In: A Questão Agrária - Textos dos Anos Sessenta. São Paulo, Estudos Brasil: 1. 1980. O autor tomando por base da dos dos Censos de 1950 e 1960 mostra como ocorreu tendência da evolução da propriedade no Brasil.

para as cidades uma massa de expropriados sem que a estrutura urbano-industrial tivesse condições de absorver.

Campina Grande também experimentou esse processo de concentração de terra, modificando, sobremaneira, sua composição populacional - como nos reportamos no capítulo anterior -.

A Tabela abaixo mostra essas transformações:

Tabela X - Estrutura Agrária de Campina Grande
1950-1960

ESTABELECIMENTOS AGRICOLAS	ÁREA OCUPADA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Menos de 10 ha	27.101 ha	12.727
De 10 a 100 ha	30.111 ha	1.430
De 100 a 1000 ha	32.689 ha	145
De 1.000 a 10.000 ha	28.608 ha	12
Mais de 10.000 ha	20.000 ha	1

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico de 1950-1960.

Nesse quadro, passamos a verificar qual foi o posicionamento do CEC em relação à Reforma Agrária.

O exame mais atento das posições dos centristas com relação à questão agrária permite afirmar que sua preocupação maior não era, propriamente, com a Reforma Agrária em si, mas com a situação do homem, pois não havia como deixar de fazer referência aos níveis de miséria e à própria violência imperante no campo.

Sobre problema tão candente, o próprio Diário da Borborema denuncia a miséria vivida pela população rural campinense da seguinte forma:

"É indicativo que o número de mendigos nas ruas da cidade tivesse aumentado, consideravelmente, como também o número de habitantes da zona rural que estariam procurando a Prefeitura querendo trabalho". (1958).

O encaminhamento da questão pela terra explica-se pela interpretação dada à situação de miséria vivida pelos que deixavam o campo e vinham habitar as periferias de Campina Grande. Outro fator que contribuía para as manifestações dos estudantes era a progressiva expulsão dos migrantes que se localizavam nos arredores da cidade.

Embora os estudantes não se constituíssem em categoria social atingida pela questão agrária, a categoria não se encontrava dissociada totalmente de seu dia-a-dia, até pelo fato de alguns serem filhos de proprietários de terra.

As reivindicações estudantis, em muitos casos, eram iguais ou semelhantes àquelas feitas por setores considerados na época, progressistas.

De um funcionário público membro do Partido Co

munista Brasileiro, ouvimos:

"A luta dos estudantes, como sempre acontecia, inserida na luta geral, prevalecia a política de apoio, privilegiando-se a ação política.

Em Campina Grande, o Centro Estudantal exercia na prática, a vanguarda da luta política, sendo uma entidade cuja influência repercutia em todos os setores da sociedade civil local".

De fato, há um consenso mais ou menos generalizado sobre o papel desempenhado pelo Centro Estudantal em Campina Grande. Tal expressividade da ação do Centro caracterizou-se justamente por seu engajamento nas lutas sociais.

As forças sociais nas quais estava inserido o Centro Estudantal, buscavam garantir seus próprios interesses. As lutas desenvolvidas refletiam as ideologias de que essas formas eram portadoras.

Levando-se em conta o conjunto de reivindicações, e o posicionamento político dos integrantes do Centro Estudantal, é possível afirmar que as tendências ideológicas que predominavam na entidade, no período 1955-60, eram genericamente de esquerda. Isto se justifica pela aproximação que sempre tiveram os centristas com parlamen

tares de esquerda e pela postura baseada nas lutas pelo desenvolvimentismo, o nacionalismo e pela justiça social. Ocorria no interior do Centro o reflexo das manifestações presentes na sociedade brasileira.

De maneira geral o Centro Estudantil nos anos 1955-60, mobilizou-se na política mais ampla em função de dois eixos de atuação: questões cujo pano de fundo estava permeado pela ideologia nacionalista, daí perpassando à questão agrária; e as questões da sociedade civil campinense, de onde sobressaíam as questões referentes ao próprio meio estudantil.

Sintetizando o enunciado, a questão agrária gravitava em função das reivindicações de terra para os sem terra. Apesar de alguns estudantes manterem ligações com partidos de esquerda, a questão não era examinada em termos de projeto maior de transformação, mas de simples reforma. A análise sobre a Reforma Agrária não era feita com base num referencial teórico, porém em cima da percepção que tinham sobre circunstâncias conjunturais.

Neste sentido é ilustrativo o depoimento de um ex-centrista em relação à literatura que liam ou a que tinham acesso.

na escola". (Hoje Professor Un
versitário).

Pode-se dizer com relação à questão agrária que os centristas tinham do movimento apenas uma compreensão parcial. Todavia deve-se levar em consideração o fato de o Centro Estudantal ser uma entidade que congregava, em sua quase totalidade, estudantes secundaristas. Daí não ser possível esperar grandes diagnósticos da realidade. Em todo caso, a nível de Campina Grande, o Centro Estudantal desempenhou papel de destaque no processo de lutas so
ciais ocorridas na cidade.

Foge aos marcos deste trabalho discutir a pro
fundidade ou não da compreensão dos centristas sobre as diferentes questões que a realidade apresentava. Desejamos explicitar o fato de os estudantes se posicionarem sem
pre em consonância com a problemática enfrentada pela so
ciiedade. Isto atesta a politização crescente porque vinha passando a entidade dos estudantes a partir da segunda me
tade da década de 50.

Neste caso as contradições vividas condensavam
-se num processo que resulta não somente na obtenção de
conquistas, mas também, numa aprendizagem política, reve
lando o estado de inquietação e insatisfação dos centris
tas diante das condições que a sociedade estava vivendo.

A discussão da questão agrária assinala, entre

outras coisas, que os centristas estavam atentos e vinculados às lutas gerais, capacitando-se para expressar com nitidez, forte postura em defesa dos interesses sociais os quais encontravam no Centro imediato defensor.

Embora não se tivessem engajado diretamente na luta pela Reforma Agrária, os centristas conseguiram entender o processo de exclusão a que centenas de trabalhadores viviam sendo submetidos.

Assim, o traço mais visível da ideologia em que se inseria o pensamento dos centristas, como já salientamos, estava imbuído pela defesa da terra para os sem terra. Com tal perspectiva os centristas davam ênfase ao que um de nossos entrevistados afirmou:

"Nessa luta política associava-se à situação de miséria em que viviam os distritos e a periferia do município". (Ex-ativista, hoje Funcionário Público).

No entanto, isto não se constituiu num entrava para os centristas desempenharem papel de polo crítico à situação de miséria do homem do campo.

À medida em que passou a repercutir a atuação do movimento camponês, bem como a violência desencadeada contra ele, os estudantes de diferentes formas, manifestaram-se e procuraram mobilizar a população campinense contra os latifundiários.

O apoio dos estudantes à luta que ocorria no campo, restringiu-se apenas à discussão mais urbana, não ocorrendo maior integração com os próprios camponeses.

Conforme acrescenta um de nossos entrevistados:

"A Questão Agrária era discutida por nós em vários encontros. No Centro Estudantal e no Grêmio "Machado de Assis", poucos entre nós tiveram envolvimento direto com a luta camponesa". (Promotor Público).

A crítica à situação rural aparece de forma abrangente, e é denunciada em função dos fatores que a conjuntura apresentava.

"Campina Grande vinha enchendo-se de pedintes, gente que era expulsada ou deixava o campo e algo tinha de ser feito". (Jornalista).

Do debate que os estudantes travaram sobre a questão agrária resultou uma série de outras considerações que incidiam na própria questão Nordeste. A preocupação com a miséria do homem do campo que vinha para Campina Grande, levava à discussão de temas como: desemprego, analfabetismo, industrialização, fixação do homem à terra e outros que passaram a servir de pauta nos Congressos Estudantis.

Com esse propósito, os centristas procuraram de finir alguns princípios norteadores de sua ação e atuação política, cuja estratégia mais comum encontrava-se nas mobilizações e denúncias em função do próprio dia-a-dia.

Diante de momento conjuntural tão difícil, não parece equívoco afirmar que a discussão em torno da Reforma Agrária, da necessidade de fixação do homem ao campo para o CEC estava relacionado à efervescência dos acontecimentos e ao modo como eram percebidos pelos militantes estudantis. De certa forma transparece o fato de que a questão agrária, não seria resolvida graciosamente, mas através da conquista que resultava da luta política.

Como nos afirmou um ex-centrista, hoje professor universitário:

"Nós fazíamos o mínimo; algumas vezes discutíamos, mas sabíamos que essa era uma ação política, e isto era o que precisava ser feito".

Assim, os centristas podem ser enquadrados entre aquelas forças que perguntavam primeiro, por que a Reforma Agrária devia ser realizada, ou, não "vamos-fazer" a Reforma Agrária?

É importante ressaltar que, a despeito do poder de mobilização que o Centro Estudantal pudesse ter, a po

lítica levada à frente neste momento caracterizava-se pela acomodação, pelo interesse em garantir a sobrevivência do trabalhador rural em seu próprio habitat. A radicalização, que marcaria posteriormente a ação das Ligas Camponesas, não estava presente nas ações do Centro Estudantal.

É importante assinalar ainda que, tanto as bases estudantis como suas lideranças, não tinham claramente definido um projeto de Reforma Agrária; tampouco transparecia o papel que exerceriam nas formas sociais. No fundo, o Centro representava a própria vacilação vivida pelos movimentos sociais. A questão agrária era discutida dentro de limites que refletiam a visão que se tinha no momento sobre a realidade brasileira.

Vale apenas lembrar que a tarefa fundamental que competia aos estudantes não era a de ser vanguarda do movimento em defesa de mudanças na estrutura agrária, mas, sim, contribuir, participando - como vinha sendo feito - nas discussões sobre a questão agrária.

É possível afirmar que os centristas não discutiam a questão agrária, levando em consideração o processo de transformação da própria sociedade brasileira. Para eles, as modificações faziam-se necessárias à medida em que garantissem a sobrevivência de milhares de camponeses.

Em síntese, a inevitável luta por participação

política dos centristas mostrava que eles não estavam afas-
tados, nem omissos quanto à conjuntura; muito pelo contrá-
rio, refletiam sua presença em toda sua atuação.

C O N C L U S Ã O

ATIVISMO, OPÇÕES PROFISSIONAIS E CARREIRAS POLÍTICAS

A discussão teórica e os dados coletados para a elaboração deste trabalho encaminharam-se para a análise conclusiva que aponta para uma reflexão da temática, cor relacionando ativismo, opções profissionais e carreiras políticas.

Conforme podemos observar através dos depoimentos coletados, o discurso dos ex-centristas hoje é per passado por uma carga muito forte de saudosismo, de uma visão imaginária e no enaltecimento das potencialidades que a entidade estudantil desfrutava à época.

As referências feitas a sua participação, hoje são atribuídas a um momento de rebeldia da juventude in conformada com a situação vigente -- pois foi-nos sempre da da uma resposta cujo desfecho apontava para: "aquilo foi coisa da mocidade", expressão bastante freqüente tanto nas entrevistas, quanto nas fontes documentais consultadas --. No reconhecimento claro de que o engajamento na entidade ocorreu em função de determinada situação apresentada na

quele instante pela conjuntura.

É possível afirmar que essas colocações feitas em cima de "aquilo foi coisa da mocidade", retrata bem o fato de que ser estudante tinha o significado de uma preparação para o futuro próximo. O engajamento na entidade encontrava-se embasado no ideário de combater os obstáculos para a concretização do sonho ascensional. Assim, o jovem que a ele recorria - segundo Marialice Foracchi (1977.169) -, estaria "(...) Consciente ou inconscientemente, procurando objetivar o processo de ascensão de sua camada de origem".

Assim, as ações das expressivas lideranças centristas, - com base nos depoimentos tomados -, estavam arraigados de lutas políticas que exteriorizavam a busca por melhores condições de vida, por uma intervenção que expresse a preocupação em garantir seus espaços de reprodução no futuro.

Desta maneira, a compreensão do ativismo no Centro Estudantal Campinense, deve ser buscado no próprio interior da entidade, na composição de seus quadros dirigentes. (1)

(1) É necessário esclarecer que esses ativistas aos quais neste estudo já nos referimos, constituíam-se em ínfima parcela de estudantes que, por circunstâncias as mais diversas, chegava à direção da entidade. Quanto ao fato não se teve ilusões. Não perdemos de vista e evidência de estarmos estudando uma população diminuta no contexto geral da sociedade campinense.

A valorização das atividades do Centro Estudantal pela sociedade civil local, constituiu-se num forte elemento de personificação de seus militantes que transpassaram as fronteiras da entidade e buscaram a projeção numa contextualização mais ampla.

O Centro Estudantal Campinense, originado por iniciativa de um grupo de secundaristas de base social heterogênea, em seus primórdios estava voltado basicamente para as tarefas estudantis. Todavia na segunda metade da década de cinquenta ganhou expressividade quando emergiu no cenário campinense, intervindo nos problemas e lutas mais gerais da sociedade civil local.

A crescente confiabilidade que o Centro Estudantal adquirira, colaboraria para aguçar o interesse latente de alguns no sentido de se colocarem como opção de voto na política partidária. Nesse contexto, surgiria, nas eleições de 1955, os primeiros centristas disputando cargos eletivos. Deve-se acrescentar, também, que a inquietação política gerada pelo assassinato do Vereador Félix Araújo, finalmente conduziu à discussão da necessidade de atuação estudantil mais ampla.

O Centro Estudantal proporcionava condições mínimas, enquanto entidade, para o florescimento do exercício pleno da militância, abrindo canais para a ação do ativismo.

É importante assinalar, de imediato, que a atuação do Centro Estudantal no contexto das lutas específicas, de incorporação às lutas da sociedade campinense, bem como de intervenção nas questões nacionais, permitiram a formação de quadros, cuja ativa participação política seria marcante na conjuntura ora estudada.

Ao concluir a pesquisa, defrontamo-nos com a seguinte indagação de especial interesse: como os estudantes que passaram pelo Centro - considerado por muitos como a melhor escola política da Paraíba -, iriam integrar-se à política partidária, nos movimentos sociais e, como ocorreram suas definições profissionais?

A resposta a essa questão é fundamental para a compreensão do comportamento dos ex-centristas no interior da entidade e seu posterior desdobramento.

A maioria dos depoimentos colhidos revelam que o Centro foi responsável, no mínimo, pela definição daquilo que temos considerado como projeto pessoal:

"O Centro Estudantal Campinense, foi responsável pelo despertar de uma veia política, administrativa e acadêmica, que se reflete hoje nos seus membros". (Ex-militante, hoje Promotor Público).

Esse crescente engajamento do Centro Estudantal

tal nas lutas sociais como caixa de ressonância que passou a ser, foi responsável pela ascensão de alguns militantes que se personalizavam e confundiam com a própria entidade. Nessa altura, a importância do Centro Estudantal refletia-se diretamente no conjunto da sociedade civil campinense, apresentando-se como entidade que detinha a mais forte representatividade a nível local.

Nas décadas de 50 e 60, por exemplo, em decorrência das características daqueles momentos históricos, o Centro funcionou como aglutinador de jovens ansiosos em participar da vida pública, o que não era comum em Campina Grande.⁽²⁾ Os anseios de participação eram transportados para a entidade estudantil que se constituía num receptor, numa válvula de escape, funcionando como um pré-ensino do que seriam as lutas políticas da sociedade em que alguns posteriormente tomariam parte.

Assim, o conjunto das manifestações e mobilizações encaminhadas pelo Centro Estudantal teria, a nosso ver, contribuído pelo grau de politização então presente para a criação de condições do projeto de carreira política de alguns centristas. O ativismo estudantil os credenciava com a possibilidade de intervenção mais direta na

(2) Referimo-nos principalmente aos cargos eletivos, que podem ser constatados na primeira parte do Capítulo IV, onde mostramos o poder dos coronéis e a base rural do voto.

política partidária, nos movimentos sociais e de categorias profissionais.

Com efeito, antigos ativistas do Centro Estudantal ingressaram na política partidária, nos movimentos sociais, nas associações, enfim, em quase todos os locais de militância, sem, contudo, provocarem o impacto daquele tempo, mas apenas como acomodação nas correlações das forças tradicionais existentes.

Em relação às opções partidárias dos ex-centristas - com raras exceções - muitos podem ser enquadrados como de centro-direita; a política partidária seria, portanto, um caminho para a concretização de participação política de alguns - o que ocorria na maioria das vezes -, a partir de compromissos assumidos com as facções dominantes locais, desejosos de revitalizar seus quadros para continuarem reproduzindo suas dominações.

Observamos que, ao ingressar nesse caminho, os ex-centristas, afastavam-se gradativamente da entidade, redirecionando suas ações de acordo com os vínculos estabelecidos com os blocos dominantes.

Suas definições partidárias passaram a depender muito da conjuntura atual e da maneira de como se apresentavam aos olhos do eleitorado. Assim, não existia um comportamento político unitário e, assim, encontramos ativistas do Centro Estudantal dispersos pelas diversas agremia

ções partidárias e inseridos nas mais diferentes situações político-eleitorais.

Por esses e outros fatores é que procuramos no Capítulo IV, apresentar o quadro político campinense, mostrando como ocorreram as alianças e acordos entre os estudantes e as facções dominantes, o que ocorria — como afirmamos —, em função de determinados fatos políticos em evidência naquela oportunidade.

O conjunto dessas considerações apontam para o processo de ruptura entre a militância e o ingresso posterior na política partidária, cujo desfecho transparecia de forma nítida com a aquisição de um mandato eletivo. Nessa ótica cabe registrar que esses ex-centristas continuavam com um discurso semelhante ao do conjunto dos estudantes engajados no Centro Estudantal; entretanto já não buscavam na entidade a instrumentalização para orientar seus mandatos.

Suas identidades deixaram temporariamente de ser o Centro Estudantal, e passaram a ser elaboradas fora do universo onde se encontravam as raízes que permitiram sua projeção para a política ampla.

Os fatos que se sucederam na conjuntura permitiram que alguns centristas fossem reconhecidos no seio da sociedade civil campinense, tanto pelos setores dominados, como pelas facções dominantes; os primeiros pela ex

pectativa de possível mudança; os segundos com interesse inequívoco de cooptação como fator de reprodução de seu domínio.

No entanto, cumpre lembrar que esse deslocamento da entidade revelou um dos sinais mais evidentes. Poucos conseguiram sobreviver na política partidária sem o apoio dos estudantes; os que o conseguiram, a nosso ver, deveu-se a dois fatores: ao carisma pessoal que passa a ser sinônimo de popularidade, e às alianças oportunamente feitas com as facções dominantes.

Esse processo transparece de forma nítida na continuação até hoje da militância política daqueles que, de certa forma, tiveram seus passos iniciados no Centro Estudantal. Entre estes: os irmãos Cunha Lima, Raymundo Asfora - falecido, mas se reproduzindo através do filho que atualmente é vereador -, Deputado Evaldo Gonçalves e de toda a família Araújo, cuja entrada na política partidária ocorreu via Félix Araújo. Por outro lado, há aqueles que trilharam o caminho da política partidária, mas não obtiveram o sucesso almejado, mas continuaram de certa forma ligados à política institucional, destacando-se por sua posição de mediadores nos pleitos; entre estes encontram-se Josué Silvestre e Oliveiros Oliveira.

Por sua vez, uma percentagem muito pequena enveredou pela militância política junto aos sindicatos e associações. Quando isto ocorreu foi mais em função do

projeto profissional. Assim, entidades como o Sindicato dos Bancários, apresentava-se como canal de participação que mediará os interesses particulares e coletivos.

De fato, podemos dizer que a saída do Centro Estudantal representou - de certa maneira - a acomodação que se traduz na forma como ocorreu a inserção das lideranças estudantis na política partidária, nos movimentos sociais e nos profissionais liberais. Sua ação, portanto, passa a ser orientada pelas dimensões estabelecidas em seus projetos de vida e pelas alianças feitas.

Um ponto fundamental que merece ser argumentado nessa parte final, refere-se às opções profissionais, em cujo enfoque procuraremos mostrar o processo embutido de mobilidade social.

Evidentemente, a profissionalização passa a ser vista como meio que irá permitir a concretização do projeto de ascensão social, num processo onde a escola, enquanto aparelho ideológico, encarrega-se de inculcar no jovem estudante a possibilidade de consumação de um ideário ascensional. Será justamente a motivação à auto-realização que estabelecerá as condições e os limites de atuação dos ex-centristas perante a sociedade civil local. O estudante não esteve imune à orientação de seu meio social que depositava esperança e pressentia que na escolarização encontrava-se o caminho mais fácil e seguro de atingir uma aspiração de projeção social.

Na verdade, o que se colocava no plano de estu
dante, conforme observamos, era, acima de tudo, a conseq
ução de seu projeto de vida. Ao definirem suas opções pro
fissionais elas ocorriam de acordo com a possibilidade
de satisfação de suas aspirações sócio-econômicas.

No periódico "Formação" (1957) encontramos re
gistradas considerações formuladas por Noaldo Dantas com
relação ao comportamento de alguns ex-centristas.

"Folheando o velho livro de regis
tro já amarelecido pelo tempo,
encontrei nomes daqueles que
nessa época moços e idealistas e
hoje amadurecidos de consciência
delimitada e posição definidas,
talvez quem sabe? Já se esquece
ram até dos seus brilhantes pas
sados". (Hoje Jornalista).

A constatação acima, parece indicar, a existên
cia de dois estágios: o da militância moldada por interes
ses enquanto categoria social e o da acomodação em função
de interesses meramente pessoais.

Pode-se dizer, ainda, que os desdobramentos e
os rumos assumidos pelos centristas - ao deixarem a enti
dade -, teriam como pano de fundo o impasse que se coloca
sobre o que fazer ao deixar a escola. Assim como alguns
fatores conjunturais permitiram o ingresso na militância
política, estes também contribuíram para que os estudan

tes se presumissem como novos mediadores do campo político.

Do ponto de vista profissional, manifestou-se, também, a escolha que, de certa maneira, reflete a própria definição profissional preferida das elites locais; em sua maneira, a maioria dos ex-centristas optaram pelas carreiras das Ciências Jurídicas e pelo Jornalismo, profissões que combinavam com quem pretendia seguir carreira política e conferia status na época. (3)

As colocações feitas até aqui apontam para melhor compreensão da atuação estudantil orientada pelos limites impostos através da situação de classe, ou seja, o projeto de carreira vem à tona como condição para ultrapassar tais limites.

As lutas encaminhadas pelo Centro Estudantal, pedindo melhorias no abastecimento d'água, nos transportes, na energia, entre outras, evidencia, em suas entrelinhas, a expressa preocupação com a melhoria do padrão de vida. Não obstante serem lutas por melhores prestação de serviços, trazem em seu bojo as reivindicações das ca

(3) É necessário afirmar que muitos dos centristas tinham suas famílias ligadas aos esquemas de dominação na cidade. E esses vínculos interferia na escolha da profissão dos estudantes ao qual era incubido o dever de continuar e melhorar a história da família. Em nossa perspectiva isto não deve ser confundido como se a presença do estudante no movimento ocorre com base nos interesses de sua classe de origem, é bom lembrar que os estudantes neste trabalho são considerados uma categoria social.

madas ascendentes das quais os estudantes foram seu porta-voz.

É interessante, ainda, refletir sobre as expectativas quanto ao futuro, já que quase todos os estudantes demonstraram essa preocupação. No período em estudo os centristas não tiveram dificuldades em se aliarem às facções dominantes locais. Eram até bem vindos, o que atestava o reconhecimento da importância do Centro Estudantil na cidade. Além de que — como nos reportamos no Capítulo IV deste trabalho —, as velhas formas de dominação do poder local vinham paulatinamente perdendo espaço, e os centristas apareciam como novos aliados com potencialidades para reverter o quadro, diante de sua identificação com as questões sociais, e de seu poder de arregimentar a população diante de suas manifestações ardorosas. (4)

Some-se, ainda, o seguinte aspecto: a emergência desses novos atores no cenário político campinense pode ser compreendido a partir da própria análise da conjuntura, ou seja, a grande investida dos centristas na disputa por cargos eletivos ocorre logo após o assassinato do ex-centrista e então vereador Félix Araújo. A pes

(4) Se de um lado, a politização dos Centristas constituía-se num fator de importância para o ingresso na política institucional, por outro, tornava-se contraditório, à medida em que também poderia gerar a despolitização como consequência da cooptação exercida pelas facções dominantes que os transformava em agentes de reprodução da dominação vigente.

quiza⁽⁵⁾ não permite afirmar se essa participação foi decisão unânime da entidade; no entanto, constatamos que seus principais ativistas ingressaram na política partidária, ora como candidatos, ora como articulistas, mas sempre pulverizados entre as facções dominantes em disputa.

É compreensível, portanto, que, num primeiro momento a vida partidária haja se colocado como perspectiva de garantia à realização de um projeto político característico, possibilidade apresentada e alimentada pelas facções dominantes que agiam no sentido de cooptar novas principais lideranças.

É importante lembrar que essa aproximação da política partidária trazia como conseqüência o distanciamento da entidade. O desafio que se colocava para os que trilharam esse caminho foi duplo: conciliar carreira política e mobilidade social; neste sentido, a variável mais freqüente nos depoimentos colhidos foi a da profissionalização.

Assim, analisando a trajetória desses ex-ativistas do Centro Estudantal, constatamos que a quebra do vínculo com a entidade ocorreu à medida em que houve a aproximação com a política partidária, mas não percebemos a

(5) Tendo como fonte principal a história oral, a pesquisa não permite metodologicamente a generalização, nem a comparação, à medida em que trabalha informações parceladas e dá liberdade ao entrevistado para falar de suas experiências.

existência de qualquer iniciativa em manter contatos com outros tipos de movimentos.

Quando questionamos o porquê desse possível afastamento entre os ex-ativistas detentores de mandatos e o Centro Estudantal, a resposta freqüente aludia à função do mandato, ou seja, "os problemas da cidade que consumia todo o tempo de um homem público". Ocorria, assim, paulatinamente processo de perda da identidade estudantil com a emergência da nova identidade política partidária.

O aspecto da vida estudantil como passagem foi bastante enfatizada nos depoimentos colhidos, como se pode perceber no que se segue:

"Considerando que o período de vida estudantil é relativamente curto, não se deve esperar do mesmo a promoção de modificações estruturais. Entretanto à medida em que o estudante adquire uma sólida formação, as concepções adquiridas perdurarão ao longo de sua vida e nortearão nas atividades futuras". (De um militante estudantil hoje Professor Universitário).

Na verdade a expectativa quanto à definição de uma vida estável superou os marcos do desenvolvimento político individual; hoje, o que se observa nos principais ex-ativista do Centro Estudantal é que não possuem nenhum

vínculo com os movimentos sociais ou de categoria profissional; alguns ainda continuam na política partidária, aparecendo através de práticas assistencialistas e populistas.

FONTES**1. LITERATURA**

AGRA, Antônio Figueiredo. A Revolução do Polichinelo. Considerações em Torno de uma Plataforma de Governo. Campina Grande, Tipografia Américo César, 1960.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977.

———. Movimento Estudantil e Classe Média no Brasil. In: Classes Médias e Política no Brasil. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977.

ALVES, Márcio Moreira. O Cristo do Povo. Rio de Janeiro, Sabiã, 1966.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis, Vozes, 1984. (Trad. Clóvis Marques).

ANDRADE, Manuel Correia de. Formação Econômica-Social e Processo Político no Nordeste Brasileiro. In: A Questão Nordeste. (Org. Sílvio Maranhão). Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1984.

———. O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste. 2.^a Ed. Recife, SUDENE, Coord. Planejamento Regional, 1979.

AUED, Bernadete W. A Vitória dos Vencidos. Partido Comunista e Ligas Camponesas 1955-64. Florianópolis, Ed. da UFSC. 1986.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. Campina Grande: Poder Local e Mudança Nacional (1945-1964). Campina Grande, UFPB, Dissertação de Mestrado. (Mimeo.).

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados. In: A Questão Nordeste. (Org. Sílvio Maranhão), Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1984.

BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República 1961-1967. 3.^a Edição. São Paulo, Alfa-Omega, 1983.

BENEVIDES, Cesar. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1985.

BENEVIDES, Maria Victória. O Governo Kubistchek - Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1976.

BEOZZO, Pe. José Oscar. Cristãos na Universidade e na Política. Petrópolis, Vozes, 1984.

BOTAS, Paulo Cesar Loureiro. A Benção de Abril: Memória e Engajamento Católico 1963-64. Petrópolis, Vozes, 1983.

CARA A CARA com o Movimento Estudantil. In: Cara a Cara. Campinas (1) 1 maio, 1978.

CARA A CARA com Décio Saes. In: Cara a Cara. Campinas (1) 1 maio, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. Comentário Althusserianismo ou Marxismo? A propósito do Conceito de Classes em Poulantzas. In: As Classes Sociais na América Latina. (Coord. Raul Benitez Zenteno). Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977.

CARDOSO, Maria F. Thereza. Campina Grande e sua Função Como Capital Regional. Rio de Janeiro, FIBGE, 1964.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento no Brasil: JK - JQ. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1978.

CARONE, Edgard. A República Liberal-Evolução Política-1945-1964. São Paulo, Difel, 1975.

COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento - O Processo de Criação da SUDENE. São Paulo, Perspectiva, 1976.

COHN, Maria da Glória. Reivindicações Populares Urbanas.
São Paulo, Cortez, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, LPM Editores, 1981.

COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. Poder, Alegria dos Homens. João Pessoa, A Imprensa, 1965.

CUNHA, Luis Antonio & GÔES, Moacir de. O Golpe na Educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

CUPERTINO, Fausto. Classes e Camadas Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3.^a ed. Petrópolis, Vozes, 1981. (Trad. Faculdade de Letras da UFMG).

DUPAQUIER, Jaques. Problemas de Codificação Sócio-Profissional. In: A História Social, Problemas, Fontes e Métodos. Lisboa, Coleção Cosmos, 1967.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a Bloch 21/22 de Setembro de 1890. In: Obras Escolhidas III. São Paulo, Alfa-Omega.

EVERS, Tilman. Sobre o Comportamento Político das Classes Médias no Brasil, 1963-1977. In: Brasil do Milagre a Abertura. (Org. Paulo Krischke), São Paulo, Cortez, 1986.

FERNANDES, Florestan. Problemas de Conceituação das Classes Sociais na América Latina. In: As Classes Sociais na América Latina. (Coord. Raúl Benitez Zenteno), Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977.

FORACCHI, Marialice M. Os Estudantes e a Transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo, Nacional, 1977.

———. A Participação Social dos Excluídos. São Paulo, Hucitec, 1982.

FURTADO, Celso. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

———. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1974.

GÓES, Moacyr de. De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964) uma Escola Democrática. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, Antonio. Obras Escolhidas. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

HARNECKER, Marta. O Capital: Conceitos Fundamentais. São Paulo, Global, 1978.

HISTÓRIA DA UNE. Depoimento dos Ex-Dirigentes. São Paulo, Livramento, 1980.

- IANNI, Octávio. O Ciclo da Revolução Burguesa. Petrópolis, Vozes, 1985.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977. (Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio).
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo - Enxada e Voto. O Município e Regime Representativo no Brasil. 5.^a Ed. São Paulo. 1986.
- LIMA, Aroldo & ARANTES, Aldo. História da Ação Popular: da JUC ao PC do B. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.
- LOPES, José Stênio. Um Grande Esforço em Educação: Município de Campina Grande. 1964.
- MACCIOCHI, Maria Antonietta. A Favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977.
- MANDEL, Ernest. Os Estudantes, os Intelectuais e a Luta de Classe. Lisboa, Antidoto, 1979.
- MARANHÃO, Sílvio. Desenvolvimento Econômico e Poder Político: Algumas Reflexões sobre o Caso do Nordeste Brasileiro 1930-1975. In: A Questão Nordeste. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1984.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento Estudantil e Ditadura Militar 1964-68. Campinas, Papyrus, 1987.

MARX, Karl. À Contribuição a Crítica da Economia Política. In: Obras Escolhidas I. São Paulo, Alfa-Omega.

———. O Método da Economia Política. In: Marx & Engels, História 36. (Org. Florestan Fernandes). 2^a Ed. São Paulo, Ática, 1984.

MARTINS, Paulo Henrique N. A Propósito de uma Política Regional de "Desenvolvimento": O Caso Nordeste. In: Raízes, 2-3, Mestrado em Sociologia, UFPB, "Campus" II, 1983.

MENDES JÚNIOR, Antônio. Movimento Estudantil no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Col. Tudo é História).

MOURA, Odilão. As Idéias Católicas no Brasil. São Paulo, Convívio, 1978.

MOURA, Antônio Carlos et alli. A Igreja dos Oprimidos. São Paulo, 1981. (Col. Brasil/Debates, 03).

OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião - SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito, 3^a Ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1981.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. As Revoluções Utópicas. Petrópolis, Vozes, 1979.

- PERRUCI, Gadiel. A Formação Histórica do Nordeste. In: A Questão Nordeste. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. (Org. Sílvio Maranhão).
- POERNER, Artur José. O Poder Jovem. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. 2.^a Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classe Social no Estado Capitalista. Porto, Portulacenses. 1971.
- . As Classes Sociais na América Latina. In: As Classes Sociais na América Latina. (Coord. Raúl Benítez Zenteno). Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977.
- RIO DE JANEIRO. Conselho de Desenvolvimento. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN. 1959.
- ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. Política nos Currais. João Pessoa, Acauã, 1979.
- ROMAGNALI, Luiz Henrique & GONÇALVES, Tânia. A Volta da UNE de Ibiuna a Salvador. In: História Imediata 5. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

SAES, Décio. Classes Médias e Políticas de Classe - Uma Nota Teórica. In: Contraponto. Rio de Janeiro. Centro de Estudos Noel Nutels, 2 (2), Nov. 1977.

———. Raízes Sociais e o Caráter do Movimento Estudantil. In: Cara a Cara. 1 (2). Jul-Dez. 1978.

SANFELICE, José Luis. Movimento Estudantil. A UNE na Resistência ao Golpe de 64. São Paulo, Cortez, 1986.

SANTOS, Theotônio dos. Conceitos de Classes Sociais. 3^a Ed. Petrópolis, Vozes, 1985. (Trad. Orlando Reis).

SCHILLING, Paulo. Da Estrutura Agrária Brasileira. In: A Questão Agrária. Textos dos Anos Sessenta. São Paulo, 1. 1980.

SILVESTRE, Josué. Lutas de Vida e de Morte - Fatos e Personagens da História de Campina Grande 1945-1953. Brasília, Senado Federal, 1982.

———. Nacionalismo e Coronelismo, Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba - 1954-1964. Brasília, Senado Federal, 1988.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordestino - Existência e Consciência da Desigualdade Regional. São Paulo, Moderna, 1984.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil de Getúlio a Castelo (1930-1964). 4.^a Ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1975.

SOUSA, Josefa Lúcia Jordão de. Agradando a Deus e ao Diabo - Um Estudo Sobre a Gestão Severino Cabral - Campina Grande 1959-1963. Dissertação Apresentada ao Mestrado de Sociologia, Campina Grande, 1988. (Mimeo.).

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação Social e Estrutura de Classe. In: Estrutura de Classe e Estratificação Social. (Org. Otávio G. Velho e et alli). Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TEJO, William. Aliança Tácita Entre Argemiro e Cabral Elegeu Newton Rique. In: Gazeta Ilustrada. Suplemento Especial da Gazeta do Sertão, 20.11.1983.

———. Memórias e Confidências de um Líder. In: Gazeta Ilustrada. Suplemento Especial da Gazeta do Sertão, 27 de Fevereiro a 06 de Maio de 1983.

VIEIRA, Evaldo. Estado e Miséria Social no Brasil de Getúlio a Geisel. 2.^a Ed. São Paulo, Cortez, 1985.

WEFFORT, Francisco. Estado e Massa no Brasil. In: Revista Civilização Brasileira, 1 (7) maio, 1966.

———. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1980.

2. ARQUIVOS

- 2.1 - Câmara Municipal de Campina Grande. Livros de Atas e Projetos. 1950-1960.
- 2.2 - Arquivo do Espaço Cultural de João Pessoa. Jornais: A União, João Pessoa, Janeiro 1953 à Dezembro 1960. Correio da Paraíba, João Pessoa, Janeiro 1956 à Junho de 1957.
- 2.3 - Arquivo do Diário da Borborema: Jornal. Diário da Borborema, Campina Grande, Outubro de 1956 à Dezembro de 1959.
- 2.4 - Arquivo Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande: Jornais: O Rebate, Campina Grande, Junho de 1959 à Novembro de 1959. Formação, Campina Grande, Maio de 1949 à Julho de 1957. Jornal de Campina, Campina Grande, Agosto de 1952 à Fevereiro de 1957. Tribuna Estudantil, Campina Grande, 1956.

3. ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

- . Adélia Costa
- . Agnello Amorim
- . Abdias Vilar
- . Francisco Derly Pereira
- . Francisco Borges Sobrinho
- . Hélio do Nascimento Almeida

- . Joaquim Lucena
- . José Elmano Cavalcante
- . Oliveiros Cavalcanti de Oliveira
- . Rafael Timóteo de Souza
- . Raymundo Asfora
- . Severino Machado
- . Simão Almeida
- . William Capim
- . William Tejo

4. ESTATÍSTICAS

4.1 - Fundação IBGE

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. V. XVII.
Rio de Janeiro, 1960.

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1950 e
1960.

4.2 - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. Relatório Paraíba, Realidade Econômica, Problemas, Roteiro para Investimentos, FIEP, Campina Grande, 1956-1959.

A N E X O S

O Povo de Fagundes e a todo Município de Campina Grande

Os nossos adversários visitaram a sede do nosso Distrito, sábado, dia 16 do corrente. FOJERAM muita gente, muita música, muita bebida. Médicos, mezinhas, falação, retratos-colos. Esta turma do «milhão fácil» é realmente espalhafatosa...

Fizeram um comício; elogiaram o deputado Veneziano, prognosticaram quatro anos de miséria—se fosse eleito o nosso candidato a prefeito. O dinheiro que seus cabos eleitorais meteram ao povo deve ter ficado nas mãos do chefe; mil cruzeiros por voto feminino e cento por voto masculino. No comício houve um número especial: falou o prefeito de Campina Grande. Atacou o senador Argemiro de Figueirêdo. Não me atacou. O advogado Góes de Piencó, e advogado de Manoel Eduardo, o **PREDILETO DE MARIA BÔA**, cobrou do povo a soma de serviços que fez na sua criminosa administração, aqui no Distrito, com os dinheiros públicos. Tudo lhe agradecemos, pedindo ao nosso bom Deus que nos livre dêsse **CÂNCER** e corroe o município por 4 longos anos. Ele pensa que o povo daqui já esqueceu a morte do audaz Felix Araújo.

E o mais cômico aconteceu: apresentou, como **SALVADOR**, o sr. Severino Cabral. Ele pensa que o povo daqui já esqueceu os assaltos à casa de pacatos fazendeiros, crimes de furto, ferimentos leves e graves, casas incendiadas e, agora, uma quadrilha de ladrões de cavalo e de gado, em plena luz do sol, chefiada por **DIRCEU CABRAL** e **JERÔNIMO FELIX**, no Vale do Rio Uiraúna, que além de roubar os animais, ameaçam de morte aos proprietários. Os criminosos vivem em promiscuidade com as autoridades, zombando acintosamente de suas vítimas.

Acredito, porém, que os nossos adversários não tenham a loucura de dizer tratar-se de uma questão política de minha parte. Crimes, como os praticados aqui no Distrito, não se inventam. E, quando chegaram, comprometer-me-ei a levar as vítimas e entregá-las às autoridades, cujos depoimentos e julgamentos confirmarão as afinidades políticas, comerciais e sanguíneas que têm os criminosos os que se intitulam de **SALVADORES**...

E houve mais alguma coisa no comício. Elogiaram o deputado Veneziano Vital do Rêgo, meu amigo em duplicata. O povo daqui sentiu logo a maldade. Viu logo a sua intensão. Queriam deixar a minha dignidade e a de meus filhos comprometidas com a atitude de meu cunhado. Os meus comícios recordaram, então a memorável campanha de 1947. Relembrem aquela vitória espetacular das urnas de Fagundes. Notaram, com tristeza, que os que hoje o elogiam, nos comícios, são os que o odiavam àquela época.

Fizeram circular um boato de que eu havia aderido. Quanta maldade! Não surtiu o efeito desejado. Agora dizem que a minha esposa e meus filhos estão contra mim. Que eu estou só.

Perdoem-me os que me lêem. Eis a resposta a essas insidias: Canalha, o meu lar é Altar sagrado onde encontro alívio para minhas dores e coragem para os embates da vida. Meus filhos obedecem e sentem amor e entusiasmo pelo velho tio, o senador Argemiro de Figueirêdo. Do mais velho ao mais velho, todos estão empenhados na luta e cumprirão as suas determinações. Não são homens de família nem tentativas de subornos que farão quebrar a unidade do meu humilde lar. Somos homens de dignidade.

ADVERTÊNCIA:

PREFEITO DE CAMPINA GRANDE: — Lamento as tuas imerecidas imunidades. Abandona o nome do senador Argemiro de Figueirêdo. Não tens idoneidade para tocar no nome desse ilustre paraibano. Teus atos, as tuas misérias morais, são sobejamente conhecidos dos habitantes deste Distrito e de toda a Paraíba.

Não sou homem para fazer ameaças e nem tão pouco para temê-las. Quero apenas dizer, desde já, que qualquer ofensa física ou moral que venha sofrer o meu filho Salvino, a quem confiei a orientação da campanha aqui no Distrito, serão responsáveis aqueles que bem conhecemos.

Fagundes, julho de 1955.

Ass.: **JOÃO FIGUEIRÊDO**

I CONGRESSO DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DA PARAÍBA

Campina Grande, de 14 a 17 de Agosto de 1958

O Centro Estudantil Campinense, a Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba e a Vanguarda Estudantil da Paraíba, Entidades máximas dos estudantes paraibanos, convidam V. S. para assistir às Sessões Solenes de Abertura e Encerramento do I CONGRESSO DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DA PARAÍBA, a ser realizado na Cidade de Campina Grande, de 14 a 17 de Agosto de 1958, nas auditórias da Escola Técnica de Comércio Municipal.

Cientes de que seremos honrados com a presença de V. S., antecipamos os nossos melhores agradecimentos.

O Centro Estudantil Campinense (CEC), a Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba (AESP) e Vanguarda Estudantil da Paraíba (VEP);

Por suas Diretorias.

O ESTUDANTE PARAIBANO UNIDO

PELO NACIONALISMO

PELA REFORMA DO ENSINO

PELA REFORMA CONSTITUCIONAL

PELA FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DA PARAÍBA

PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS